

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)

QUELLE TAÍSA DA CHAGA OLIVEIRA

**FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES:
EFEITO DE VILÃO E DE HERÓI NA REVISTA *VEJA***

VITÓRIA DA CONQUISTA

2020

QUELLE TAÍSA DA CHAGA OLIVEIRA

**FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES:
EFEITOS DE VILÃO E DE HERÓI NA REVISTA *VEJA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Texto, Significado e Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva

Coorientadora: Profa. Dra. Joseane Silva Bittencourt

Bolsista CAPES

VITÓRIA DA CONQUISTA

2020

OL48f Oliveira, Quelle Taísa da Chaga
 Funcionamento discursivo do Partido dos Trabalhadores: efeitos de vilão e de herói na revista *Veja*. Quelle Taísa da Chaga Oliveira; orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva; coorientadora: Joseane Silva Bittencourt. - - Vitória da Conquista, 2020. 131f.

Dissertação (mestrado – Programa de Pós-Graduação em Linguística) -- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.
 Inclui Referência F. 123-130

1. Análise de Discurso. 2. Partido dos Trabalhadores. 3. Posição-sujeito. 4. Efeitos-sentido. 5. Memória discursiva. I. Fonseca-Silva, Maria da Conceição (orientadora). II. Bittencourt, Joseane Silva (coorientadora). III. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. IV. Título.

CDD: 401.41

Título em inglês: Discursive functioning of the Worker's Party (PT): effects of villain and hero in *Veja* magazine.

Palavras-chaves em inglês: Discourse Analysis. Worker's Party (PT). Subject-position. Effect-sense. Discursive memory.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca Examinadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (presidente); Profa. Dra. Joseane Silva Bittencourt (titular); Genice Ribeiro de Oliveira Cortes (titular); Profa. Dra. Anna Flora Brunelli (titular).

Data da Defesa: 30 de março de 2020

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3659-5539>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5537473952585422>

QUELLE TAÍSA DA CHAGA OLIVEIRA

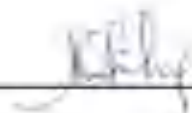
**FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES:
EFEITOS DE VILÃO E DE HERÓI NA REVISTA *VEJA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

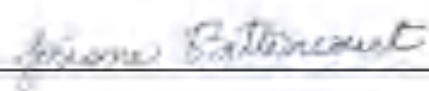
Data da aprovação: 30 de março de 2020.

Banca Examinadora:

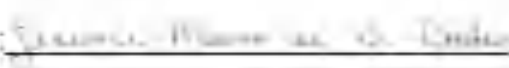
Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca
Silva (Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Joseane Silva Bittencourt
(Coorientadora)
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira
Cortes
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Anna Flora Brunelli
Instituição: UNESP

Ass.: 

*A meus pais, Edivaldo e Nilza, pelo amor incondicional.
A Terezinha, Érica e Nil, por tornarem a minha vida doce.*

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) e à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), pelos recursos materiais e humanos, que oportunizaram a continuidade de meus estudos acadêmicos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por fomentar a pesquisa no Brasil e oferecer condições para o progresso da ciência: “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”¹.

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Maria da Conceição Fonseca-Silva, por guiar meu olhar a lugares até então desconhecidos. E, ainda, por compartilhar comigo sua experiência e comprometimento para com pesquisa e a docência. Agradeço pelas sementes lançadas e me comprometo a ser terra fértil que ao receber uma semente a faz geminar, crescer e produzir frutos.

À minha coorientadora, Prof^ª. Dr^ª. Joseane Silva Bittencourt, por me conduzir habilidosamente pelos caminhos do saber. Agradeço imensamente pela paciência, dedicação e carinho. Saiba que sempre terá minha admiração e respeito.

Aos membros da banca de qualificação, Prof^ª. Dr^ª. Edvânia Gomes da Silva e Prof^ª. Dr^ª. Gerenice Ribeiro de Oliveira Côrtes, por aceitarem avaliar o trabalho e por contribuírem para sua construção.

Aos membros da banca de defesa, Prof^ª. Dr^ª. Gerenice Ribeiro de Oliveira Côrtes e Profa. Dra. Anna Flora Brunell pela leitura e pelas valiosas contribuições.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), pela excelência no trabalho realizado.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGLMS), pela solicitude

¹ Essa citação está em conformidade com o que dispõe o **Art. 3º da PORTARIA Nº 206, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018** (http://www.imprensa nacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39729251/do1-2018-09-05-portaria-n-206-de-4-de-setembro-de-2018-39729135), e com o ofício Circular no 87/2018-CEX/CGSI/DPB/CAPES, que ressalta: “o financiamento aludido na portaria envolve não apenas o recebimento de bolsa de estudos da CAPES, mas ainda o recebimento de qualquer tipo de apoio a atividades acadêmicas, as quais tenham feito uso de recursos de custeio ou de capital, tais como do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) ou do Portal de Periódicos, por exemplo.” Em cumprimento com o que reza tanto à referida portaria quanto ao que esclarece o ofício mencionado, o PPGLin estabeleceu que bolsistas e não bolsistas devem fazer referência ao apoio recebido da CAPES em todos os trabalhos (tais como: artigos, dissertações, teses, ou quaisquer outros trabalhos publicados em qualquer língua e em qualquer meio digital ou impresso.) que decorram das atividades acadêmicas desenvolvidas no Programa, já que o mesmo é financiado, parcialmente, pelo PROAP/CAPES.

e atenção. Também, aos demais profissionais ligados direta ou indiretamente aos programas e que contribuem para o seu funcionamento.

Aos companheiros do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis), pela troca, pela construção e pelo respeito mútuo. E aos colegas de mestrado, pelo convívio e pelas boas risadas.

Aos familiares e amigos por compartilharem comigo tanto as vitórias quanto as derrotas. Em especial a Edivaldo, Nilza, Érica, Terezinha e Nil. Dedico a vocês o meu amor.

Por último, mas não menos importante, agradeço a Deus pelo dom da vida.

Escrever a história de um partido significa escrever a história geral de um país.

(Antônio Gramsci, Quaderni del Carcere)

Quem domina o passado, domina o futuro.

(George Orwell, 1984)

RESUMO

Neste trabalho, apresentamos resultados de pesquisa que objetivou identificar e analisar, em capas de *Veja* que circularam entre os anos de 1979 e 2018, posições-sujeito que o Partido dos Trabalhadores foi convocado a ocupar. O *corpus* foi constituído de capas de edições de *Veja* que tratam do Partido dos Trabalhadores e/ou sujeitos políticos ligados ao partido, que circularam entre janeiro de 1979, primeiro ano em que o Lula/PT é matéria de capa, e dezembro de 2018, ano da primeira eleição presidencial após o *Impeachment* de Dilma Rousseff, da qual o PT saiu derrotado, interrompendo um ciclo de quatro vitórias sucessivas em eleições presidenciais. Na análise, mobilizamos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD). Os resultados indicaram que a trajetória do Partido dos Trabalhadores discursivizada pelas capas de *Veja* passou por momentos de construção e desconstrução, em que ora o partido foi convocado a ocupar a posição-sujeito herói, ora a posição-sujeito vilão. As análises apontaram ainda que os efeitos-sentido que constituem a posição-sujeito vilão são de agressividades, autoritarismo, radicalismo, subversão, desrespeito às leis, ameaça, perigo, inaptidão para lidar com questões econômicas, incompetência para gerir a coisa pública, inadequação ao cargo da presidência e corrupção. No que se refere à posição-sujeito herói, esta se constitui por efeitos-sentido de vitória, aclamação popular, adequação ao cargo da presidência, protagonismo, firmeza, confiança e autenticidade.

PALAVRAS-CHAVE

Análise de Discurso. Partido dos Trabalhadores. Posição-sujeito. Efeitos-sentido. Memória discursiva.

ABSTRACT

In this work, we present results of a research that aimed to identify and analyze the subject positions that the Workers' Party (PT) was summoned to occupy in *Veja* Magazine covers that circulated between 1979 and 2018. The corpus was made up of front covers of *Veja* editions that deal with the Workers' Party and / or political subjects linked to the party, which circulated between January 1979, the first year when Lula / PT was on the front cover, and December 2018, the year of the first presidential election after the Impeachment of Dilma Rousseff, when PT was defeated, interrupting a cycle of four successive victories in presidential elections. For the analysis, we employed theoretical assumptions of Discourse Analysis (AD). The results indicated that the trajectory of the Workers' Party discursivized by the *Veja*'s front covers went through moments of construction and deconstruction, when sometimes the party was summoned to occupy the subject-position hero, sometimes the subject-position villain. The analyzes also pointed out that the effects of meaning that constitute the villainous subject position are aggressiveness, authoritarianism, radicalism, subversion, disrespect for laws, threat, danger, inability to deal with economic issues, incompetence to manage public affairs, inadequacy to presidency and corruption. With regard to the hero-subject position, it is constituted by effects of meaning victory, popular acclaim, suitability for the position of the presidency, protagonism, firmness, confidence and authenticity.

KEYWORDS

Discourse Analysis. Workers' Party. Subject position. Effects of meaning. Discursive memory.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de edições publicadas pela revista <i>Veja</i> de janeiro de 1970 a dezembro de 2018.....	26
Tabela 2. Número de capas da revista <i>Veja</i> dedicadas à política e a outros assuntos.....	26
Tabela 3. Número de capas da revista <i>Veja</i> que discursivizam sobre o.....	27
Tabela 4. Classificação das capas <i>Veja</i> que discursivizam sobre o Partido dos Trabalhadores	27

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Capa edição <i>Veja</i> , 551, 28/03/1979.....	51
Figura 2. Capa edição <i>Veja</i> , 605, 09/04/1980.....	53
Figura 3. Capa edição <i>Veja</i> , 652, 04/03/1981.....	54
Figura 4. Capa edição <i>Veja</i> , 903, 25/12/1985.....	56
Figura 5. Capa edição <i>Veja</i> , 1095, 06/09/1989.....	57
Figura 6. Capa edição <i>Veja</i> , 1106, 22/11/1989.....	60
Figura 7. Capa edição <i>Veja</i> , 1107, 29/11/1989.....	61
Figura 8. Capa edição <i>Veja</i> , 1344, 15/06/1994.....	63
Figura 9. Capa edição <i>Veja</i> , 1550, 10/06/1998.....	65
Figura 10. Capa edição <i>Veja</i> , 1707, 04/07/2001.....	67
Figura 11. Capa edição <i>Veja</i> , 1752, 22/05/2002.....	69
Figura 12. Capa edição <i>Veja</i> , 1760, 17/07/2002.....	70
Figura 13. Capa edição <i>Veja</i> , 1774, 23/10/2002.....	71
Figura 14. Capa edição <i>Veja</i> , 1775, 30/10/2002.....	73
Figura 15. Capa edição <i>Veja</i> , 1784, 08/01/2003.....	77
Figura 16. Capa edição <i>Veja</i> , 1803, 21/05/2003.....	78
Figura 17. Capa edição <i>Veja</i> , 1816, 20/08/2003.....	80
Figura 18. Capa edição <i>Veja</i> , 1819, 10/09/2003.....	82
Figura 19. Capa edição <i>Veja</i> , 1842, 25/02/2004.....	84
Figura 20. Capa edição <i>Veja</i> , 1867, 18/08/2004.....	85
Figura 21. Capa edição <i>Veja</i> , 1907, 01/06/2005.....	87
Figura 22. Capa edição <i>Veja</i> , 1910, 22/06/2005.....	88
Figura 23. Capa edição <i>Veja</i> , 1911, 29/06/2005.....	90
Figura 24. Capa edição <i>Veja</i> , 1913, 13/07/2005.....	92
Figura 25. Capa edição <i>Veja</i> , 1914, 20/07/2005.....	93
Figura 26. Capa edição <i>Veja</i> , 1923, 21/09/2005.....	95
Figura 27. Capa edição <i>Veja</i> , 1937, 28/12/2005.....	96
Figura 28. Capa edição <i>Veja</i> , 2056, 16/04/2008.....	100
Figura 29. Capa edição <i>Veja</i> , 2184, 29/09/2010.....	101
Figura 30. Capa edição <i>Veja</i> , 2319, 01/05/2013.....	103
Figura 31. Capa edição <i>Veja</i> , 2403, 10/12/2014.....	105
Figura 32. Capa edição <i>Veja</i> , 2470, 23/03/2016.....	106
Figura 33. Capa edição <i>Veja</i> , 2468, 09/03/2016.....	108

Figura 34. Capa edição <i>Veja</i> , 2474, 21/04/2016.....	110
Figura 35. Capa edição <i>Veja</i> , 2478, 18/05/2016.....	112
Figura 36. Capa edição <i>Veja</i> , 2494, 07/09/2016.....	113
Figura 37. Capa edição <i>Veja</i> , 2529, 10/05/2017.....	115
Figura 38. Capa edição <i>Veja</i> , 2597, 29/08/2018.....	118
Figura 39. Capa edição, <i>Veja</i> 2603, 10/10/2018.....	119

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Estado de arte da pesquisa no LAPADis	14
1.2 Considerações sobre o percurso teórico-metodológico.....	24
1.2.1 <i>Constituição do corpus da pesquisa: pressupostos metodológicos.....</i>	<i>24</i>
1.2.2 <i>Pressupostos teóricos: algumas considerações.....</i>	<i>28</i>
1.3 Considerações sobre o objeto.....	36
1.4 Organização dos capítulos.....	48
2 O PARTIDO DOS TRABALHADORES DA POSIÇÃO-SUJEITO VILÃO PARA A POSIÇÃO-SUJEITO HERÓI.....	50
2.1 Considerações iniciais.....	50
2.2 Posição-sujeito vilão.....	50
2.3 Posição-sujeito herói	65
2.4 Considerações finais.....	74
3 O PARTIDO DOS TRABALHADORES ENTRE A POSIÇÃO-SUJEITO HERÓI E A POSIÇÃO-SUJEITO VILÃO.....	76
3.1 Considerações iniciais.....	76
3.2 Posição-sujeito herói	76
3.3 Posição-sujeito vilão.....	81
3.4 Considerações finais.....	97
4. O PARTIDO DOS TRABALHADORES NA POSIÇÃO-SUJEITO VILÃO EM DECLÍNIO	99
4.1 Considerações iniciais.....	99
4.2 Posição-sujeito vilão em declínio	99
4.2.1 <i>Autoritarismo, radicalismo e desrespeito às leis.....</i>	<i>99</i>
4.2.2 <i>Corrupção.....</i>	<i>104</i>
4.2.3 <i>Queda do PT.....</i>	<i>107</i>
4.2.4 <i>Eleições 2018.....</i>	<i>116</i>
4.3 Considerações finais.....	121
5 CONCLUSÕES	122
REFERÊNCIAS.....	125

1 INTRODUÇÃO

1.1 Estado de arte da pesquisa no LAPADis

Estudar as relações que se estabelecem entre o político e o midiático auxilia na compreensão não apenas de temas pertinentes aos estudos da política e da mídia, mas, também, do fenômeno da corrupção, um fenômeno complexo e multifacetado que tem sido tema de pesquisa de muitos estudiosos em diversas áreas do conhecimento. Nesse contexto, o Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Linguística e ao Programa Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, tem desenvolvido, no Laboratório de Pesquisa em Análise de Discurso (LAPADis), pesquisas que tentam responder questões que tratam da discursivização de sujeitos e instituições que atuam nas esferas política e jurídica e em casos de corrupção que emergem nas mesmas esferas, tendo como fio condutor o fenômeno da corrupção, como mostram os resultados apresentados por Fonseca-Silva (2009), Viggiano (2012), Barbosa (2014), Santos (2016), Brito (2016), Luz (2018), Costa (2018) e Conceição (2018)², os quais serão apresentados resumidamente.

Essa retomada se faz necessária, uma vez que as pesquisas desenvolvidas dialogam entre si e, juntas, contribuem para compreensão de questões complexas ligadas aos campos político, jurídico e midiático. Os trabalhos mencionados serão apresentados em ordem cronológica e mobilizados, posteriormente, para explicar de que maneira dialogam e contribuem para construção desta pesquisa.

Em *Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político*, Fonseca-Silva (2009) apresenta resultado de pesquisa sobre o funcionamento da espetacularização midiática da política e a encenação discursiva da corrupção, deflagradas pelas denúncias de corrupção presente em várias esferas da administração pública e analisa o modo pelo qual a memória irrompe, reatualizando os sentidos sobre a corrupção, nos períodos de abertura política e da chamada nova democratização brasileira, em revistas de informação. Para tanto, analisa capas de edições de *Veja* que circularam de 1974 a 2018, com o intuito de definir

² Além dos trabalhos mencionados, destacamos, entre outros, Prado (2010); Brito, Abade, Amorim, Costa, Fonseca-Silva e França (2011); Gonçalves (2012; 2016); Fonseca-Silva (2012; 2013); Fonseca-Silva e Prado (2012); Oliveira (2013); Machado (2013); Amorim e Fonseca-Silva (2015); Pinto (2017); Barbosa e Fonseca-Silva (2017); Prates (2018); Prates e Fonseca-Silva (2018); Costa e Fonseca-Silva (2018); Fonseca-Silva, Gonçalves e Ferreira (2019); Fonseca-Silva, Gonçalves e Pinto (2019); Fonseca-Silva; Gonçalves e Gomes (2019); Gonçalves e Fonseca-Silva (2012; 2016a; 2016b; 2017; 2019); Luz e Fonseca-Silva (2018); Prates e Fonseca-Silva (2018); Prates, Fonseca-Silva e Gonçalves (2019); Santos e Fonseca-Silva (2018; 2019a; 2019b); Vieira e Fonseca-Silva (2013; 2018).

quantas dessas capas foram dedicadas à política, aos processos eleitorais, aos governos e aos escândalos de corrupção.

Os resultados apresentados por Fonseca-Silva (2009) mostram que nem todos os escândalos políticos envolvendo corrupção foram espetacularizados e discursivizados por *Veja*. A análise quantitativa dos dados indica que, das capas da revista *Veja* relacionadas à política catalogadas, cento e quarenta e oito eram dedicadas ao tema escândalos de corrupção. Dessas, treze capas circularam no processo de abertura política e cento e quarenta, na chamada nova democracia brasileira. No que diz respeito às capas que circularam no processo de abertura política, cinco foram publicadas no Governo Geisel; quatro no Governo Figueiredo; e quatro no Governo Sarney. Das capas que circularam no período chamado de nova democracia brasileira, vinte e sete foram publicadas no Governo Collor; quatorze, no Governo Itamar; vinte e quatro, nos Governos FHC; e sessenta, nos Governos Lula.

No que se refere ao funcionamento da espetacularização da política e da encenação discursiva dos escândalos de corrupção em *Veja* nos períodos analisados, Fonseca-Silva (2009) avalia que: (a) todos os governos foram afetados por crimes de corrupção; (b) “as cenas de corrupção política nesses governos foram validadas, ou seja, foram instaladas na memória coletiva pela repetição, pelo retorno e pela espetacularização na mídia” (p. 202); (c) as cenas de corrupção validadas na mídia ocorreram nas esferas privada e pública; (d) as relações de poder no Brasil, delimitadas pelas cenas validadas de escândalos, produzem um apagamento das fronteiras entre as esferas públicas e privadas; e (e) as erupções dos acontecimentos discursivos relacionados à corrupção “mostram que a mídia, a exemplo da revista *Veja*, têm ‘lugar de falar’, poder de ‘falar’ e de ‘sugerir’ onde e o que olhar, o que ler e como interpretar” (FONSECA-SILVA, 2009, p. 202).

Em *Memória, corrupção e o acontecimento discursivo PC Farias espetacularizado na mídia*, Viggiato (2012) examina como se deu, em *Veja*, o funcionamento do espetáculo em torno do caso de corrupção política (“Esquema PC”) comandado por Paulo César Farias e como a memória irrompe indicando associações entre PC e o então presidente Fernando Collor de Mello. O empresário Paulo César Cavalcante Farias ganhou notoriedade ao atuar como tesoureiro da campanha presidencial de Fernando Collor de Mello e, posteriormente, por ter seu nome vinculado a escândalos de corrupção envolvendo o ex-presidente. O “Esquema PC”, como ficou conhecido, ligado ao “caso Collor”, consistia no recebimento de propina de empresários que tinham o interesse de atuar em negócios referentes ao governo. PC Farias, após o recebimento da propina, retinha 30% do valor e o restante era repassado a Collor. Para a construção do trabalho, foram analisadas quinze capas e vinte e duas matérias de edições de

Veja que circularam entre agosto de 1987 e agosto de 1996, que discursivizavam sobre Paulo César Farias.

As análises indicam a produção de um efeito-sentido de associação entre PC e Collor de Mello, além do aparecimento de uma memória que legitima os efeitos-sentido de aproximação, de reconhecimento e conhecimento do brasileiro, no que concerne às ações corruptas de PC Farias e a suas condutas irregulares ligadas a funcionários e ao próprio ex-presidente Fernando Collor de Mello, confirmando, assim, a hipótese de que o funcionamento do espetáculo em torno do “esquema PC” se deu a partir da produção de efeito-sentido que rememorou dizeres que macularam a imagem de Fernando Collor, mesmo após o processo de *impeachment*, que o tirou do governo.

Em *Mídia e discursividade, Dilma, Lula, radicais do PT e corrupção*, Barbosa (2014) analisa o modo como se estabeleceu a relação discursiva entre o sujeito político Dilma Rousseff e o sujeito político Lula; e entre o sujeito político Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores, a partir de temas relacionados aos chamados “radicais” do PT e corrupção ligada ao governo PT. O pesquisador observa como essas relações funcionaram nas discursivizações sobre Dilma, em dois momentos: pré-candidata/candidata às eleições presidenciais de 2010 e presidente da República (até dezembro de 2013). As sequências discursivas para análise foram extraídas de edições da revista *Veja* (capas da edição, matérias, reportagens e afins), veiculadas entre janeiro de 2010 e dezembro de 2013.

Os resultados apresentam uma série de regularidades que mostram o funcionamento de uma relação de proximidade e de afastamento entre o sujeito político Dilma Rousseff e o sujeito político Lula. Tal funcionamento, segundo o pesquisador, é determinado por um jogo de entrecruzamento com outros dois funcionamentos: o da relação Dilma e “radicais” do PT, e o da relação Dilma e corrupção no governo PT. Dito de outro modo, o discurso sobre Dilma Rousseff, enquanto sujeito político, estaria sustentado por efeitos de sentidos que criam tensões entre Dilma e “radicais” do PT, entre Dilma e o PT, e entre Dilma e corrupção no governo PT, e que, atravessado a esse discurso, havia um discurso sustentado por efeitos de sentido que faziam funcionar um jogo de proximidade e de distanciamento entre o sujeito político Dilma e o sujeito político Lula.³

Em *Corrupção, memória e o ato de julgar: o senso de justiça e o espírito de vingança no caso Collor de Mello*, Santos (2016) afirma que uma das formas de estudar a passagem de Collor pela presidência é a sua relação com a mídia. Nesse sentido, postula que o caso Collor é

³ Ver também Barbosa e Fonseca-Silva (2017).

um marco no processo de espetacularização midiática da corrupção no Brasil. O *corpus* de pesquisa para análise foi constituído de um conjunto de textos e imagens retiradas da revista semanal *Veja*, que circularam de agosto de 1987 (ano da primeira matéria em que aparece o nome de Fernando Collor) a dezembro de 1994 (quando foi julgada a Ação Penal 307-3/DF). Foram selecionadas capas ou matérias que retratavam a figura de Fernando Collor, do seu governo ou de pessoas ligadas a ele.⁴

Os resultados apresentados por Santos (2016) mostram que a discursivização midiática sobre o ex-presidente Fernando Collor poderia ser dividida em quatro momentos: construção, desconstrução, ressignificação e esquecimento. Ainda segundo o pesquisador, foi a mídia que o construiu, o desconstruiu, o ressignificou e o isolou.

Em *Memória discursiva e efeitos-sentido de divisão do Brasil em processos de eleições presidenciais*, Brito (2016) apresenta resultados de pesquisa que tenta responder às seguintes questões: o Brasil emergiu dividido, das urnas, nas Eleições Presidenciais de 2014? Na discursivização da mídia sobre as Eleições Presidenciais do período da redemocratização do Brasil, quais efeitos-sentido de “divisão do Brasil” podem ser identificados? O *corpus* do trabalho foi constituído por reportagens veiculadas nas revistas de informação *Veja* e *Isto é*, nos anos de 1989 a 2014, e por posts e comentários publicados e veiculados no Facebook no ano de 2014.

Os resultados indicam que, na discursivização da mídia sobre as Eleições Presidenciais de 1989 a 2014, apareceram: efeitos-sentido de divisão do Brasil por classe social (desde as eleições presidenciais de 1989), efeitos-sentido de divisão do Brasil por região (desde as eleições de 2006) e efeitos-sentido de divisão do Brasil entre petismo e antipetismo (nas eleições de 2014). Desse modo, nas Eleições de 2014, o Brasil não emerge, mas (re)emerge dividido das urnas.

Em *Efeitos de sentido nas justificativas favoráveis à Admissibilidade do Processo de Impeachment de Dilma Rousseff*, Luz (2018) toma a admissibilidade do Processo de Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff como um acontecimento discursivo e apresenta uma análise dos efeitos-sentido nas justificativas dos votos favoráveis à admissibilidade do impeachment. O trabalho utiliza como base material, além da sessão de votação na Câmara dos Deputados, notícias sobre as manifestações populares de 2013, 2015 e 2016 e notícias sobre o resultado da votação pela admissibilidade do impeachment, que circularam em sites e na mídia impressa, nacional e internacional.

⁴ Sobre o caso Collor, ver também Oliveira (2013).

Os resultados apresentados por Luz (2018) mostram que, das 511 justificativas de votos na Sessão de Votação pela Admissibilidade do *Impeachment* de Dilma Rousseff, somente em 12% foi identificado o efeito-sentido jurídico de crime de responsabilidade, efeito que motivou o pedido de abertura do processo do *impeachment*; nos outros 88% das justificativas, esse efeito deslizou-se discursivamente. Nessa deriva, corrupção, Deus, família e povo se tornam motivos para que a admissibilidade fosse aceita.

Em *A posição-sujeito réu no acontecimento discursivo do Impeachment de Dilma Rousseff*, Costa (2018) parte de um contexto sociopolítico, em que a primeira mulher eleita presidente do Brasil perde o mandato, e de um cenário em que o país está dividido entre petistas e não petistas, como apresentado por Brito (2016), desde as eleições de 2014, para refletir acerca do funcionamento da posição-sujeito réu no julgamento do *impeachment* de Dilma Rousseff. A pesquisadora tomou a Sessão Extraordinária de Julgamento do *Impeachment* de Dilma Rousseff, que ocorreu de 25/08/2016 a 31/08/2016, como base material para análise.

Os resultados mostram que, nas materialidades discursivas da Sessão Extraordinária de Julgamento do *Impeachment* de Dilma Rousseff, outros sujeitos, além da ex-presidente, foram convocados a ocupar a posição-sujeito réu, embora, juridicamente, apenas ela pudesse figurar na condição de sujeito passivo do processo. As análises das sequências discursivas extraídas dos pronunciamentos da sessão indicam que, além da ex-presidente, os sujeitos políticos Lula e PT foram convocados a ocupar essa posição-sujeito réu durante o julgamento.

Em “*Memória e efeitos-sentido sobre Dilma Rousseff em Veja: construção e desconstrução*”, Conceição (2018) analisa as posições-sujeito que Dilma Rousseff foi convocada a ocupar na discursivização de edições de *Veja* que circularam entre os anos de 2010 e 2017, e os efeitos-sentido produzidos nessas posições. O *corpus* foi constituído de capas e reportagens de edições de *Veja* que traziam, nas chamadas principais ou secundárias, o sujeito político Dilma Rousseff como candidata à Presidência (em 2010 e em 2013), presidente eleita (de 2011 a 2014 e de 2015 a 2016), presidente afastada (2016) e que sofreu o *impeachment* (2016).

Os resultados indicam que, entre os anos de 2010 e 2016, Dilma Rousseff foi convocada a ocupar posições-sujeito antagônicas: (i) posição-sujeito de presidente adequada e (ii) posição-sujeito de presidente inadequada, veiculadas a efeitos-sentido de competência e incompetência ao cargo da Presidência, respectivamente. As análises indicam ainda que, na discursivização em *Veja*, o sujeito político Dilma passa por um processo construção e de desconstrução. Assim, como no trabalho de Barbosa (2014), Conceição (2018) mostra o movimento de aproximação e afastamento entre os sujeitos políticos Lula e Dilma.

Para as análises dos trabalhos apresentados, foram mobilizados princípios e procedimentos do quadro teórico da Escola Francesa de Análise de Discurso (AD), que se constitui na articulação do materialismo histórico, da linguística e da teoria do discurso, atravessada “por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (PÊCHEUX, FUCHS, 1975, p. 164), e, considerando a especificidade dos problemas propostos, as Teorias da Memória e outras áreas do conhecimento, como as Ciências Políticas, o Direito e a Filosofia.

Antes de melhor delinear como essas pesquisas contribuíram para a construção da questão a que este trabalho se propõe a responder, que será apresentada ao final deste item, é importante fazer alguns apontamentos a respeito da mídia e de sua relação com o campo político.

Como podemos observar nos trabalhos apresentados, o midiático e o político estão estreitamente relacionados. Nesse sentido, Fonseca-Silva (2007a; 2009) afirma que grande parte da atividade política se manifesta em redes midiáticas e que a mídia se caracteriza como meio de espetacularização da vida e da política. Ainda segundo a autora:

Foi a partir do fenômeno Collor que acadêmicos de diversos campos de conhecimento passaram a reconhecer a importância da comunicação de massa no processo político brasileiro. Estudar a relação entre a Comunicação e a Política hoje no Brasil é estudar a mídia e suas influências, a comunicação mediatizada ou a cultura midiática. E, para além do poder simbólico, é estudar o poder político e econômico que a mídia incorporou ao tornar-se elemento fundamental da engrenagem da globalização econômica e cultural (FONSECA-SILVA, 2009, p. 194).

A mídia, segundo Fonseca-Silva (2007a), funciona como lugar de memória discursiva e de materialização dos discursos que circulam na sociedade. Brito (2016), verificamos, seja na mídia impressa (revista), seja na mídia digital (*Facebook*), esse funcionamento. Na discursivização da mídia sobre as Eleições Presidenciais de 2014, Brito (2016) mostra como emergiu e funcionou o efeito-sentido de divisão do Brasil entre a posição-sujeito de eleitor petista e a posição-sujeito de eleitor antipetista. Essas posições, por sua vez, produziam os efeitos de petismo e antipetismo, que funcionavam ligados a outro efeito de divisão do Brasil, entre regiões, quais sejam, Norte/Nordeste (petista) e Sul/Sudeste (antipetista).

O trabalho de Brito (2016) ainda mostra que, na repercussão das Eleições de 2014, por meio da mídia social *Facebook*, a divisão entre petismo e antipetismo surgiu como um acontecimento novo, ou seja, não identificado em eleições passadas, que auxiliou na

massificação desse discurso de divisão, o que reafirma a ideia de que a mídia funciona como um importante dispositivo que coloca em circulação determinados discurso em uma sociedade.

Dito isso, retomaremos a discussão dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do GPADis, trazendo pontos que são caros a este trabalho. Especialmente, o de Luz (2018), sobre o processo de admissibilidade do *impeachment*, ainda na Câmara dos Deputados; o de Costa (2018), sobre a Sessão Extraordinária de julgamento do *impeachment* de Dilma Rousseff; e o de Conceição (2018), sobre como o *impeachment* foi discursivizado na e pela mídia e trabalhos do grupo que analisaram outras materialidades e que tomaram Dilma Rousseff (BARBOSA, 2014) e o PT (BRITO, 2016) como objeto de estudo.

Destacamos os seguintes resultados: (i) na Sessão de Votação pela Admissibilidade do *Impeachment* de Dilma Rousseff, das 511 justificativas de votos, somente em 12% foram identificados o efeito-sentido jurídico de crime de responsabilidade, que motivou o pedido de abertura do processo do *impeachment*; nos outros 88% das justificativas, esse efeito deslizou-se discursivamente, aparecendo os motivos “corrupção”, “Deus”, “família” e “povo” (LUZ, 2018); (ii) apesar do fato de que apenas Dilma pudesse figurar como sujeito passivo do processo de *impeachment*, as análises das SDs extraídas dos pronunciamentos da Sessão do Julgamento mostraram que outros sujeitos políticos, Lula e PT, foram convocados a ocupar a posição-sujeito réu (COSTA, 2018); (iii) na discursivização sobre o *impeachment* em *Veja*, a corrupção de Dilma Rousseff não aparece como motivação; o processo é apresentado como solução para a crise política, crise econômica e perda de legitimidade e governabilidade da presidente (CONCEIÇÃO, 2018).

Esses resultados apontam para um desvio em relação ao *impeachment* de Dilma Rousseff em dois aspectos: o primeiro, quanto ao objeto (pedaladas fiscais), e o segundo, quanto ao sujeito réu, o que ratifica a ideia do *impeachment* de Dilma Rousseff como sendo de ordem política. Nesse sentido, recorremos a Cretella Júnior (1992), que afirma: “O *Impeachment* é procedimento político, inspirado por motivos políticos e, não raro, por isso mesmo, desvirtuado, distorcido” (p. 61). E ainda, a Pinto (1965), segundo o qual, assim “como no direito norte-americano e argentino, o ‘*Impeachment*’ tem feição política, não se origina senão de causa política, objetiva resultados políticos, é instaurado sob considerações de ordem política e julgado segundo critérios políticos [...]” (p. 71).

No que se refere aos resultados apresentados por Barbosa (2014) e Brito (2016), destacamos os seguintes: (i) na discursividade sobre Dilma Rousseff como presidente do Brasil, as análises de um conjunto de SDs apontaram para um funcionamento, no que diz respeito ao modo de governar e em relação ao modo de lidar com o PT, em que Dilma e Lula ocupam

posicionamentos discursivos diferentes: ao passo que Dilma é identificada numa zona de conflito com o PT, Lula quase se confunde com o próprio partido (BARBOSA, 2014); e (ii) na discursivização da mídia sobre as Eleições Presidenciais de 2014, funcionou o efeito-sentido de divisão do Brasil entre a posição-sujeito eleitor petista e a posição-sujeito eleitor antipetista (BRITO, 2016).

É preciso considerar ainda que alguns acontecimentos históricos que marcaram a história do Brasil, como a ascensão de um operário à Presidência da República, a eleição da primeira mulher a presidente do país e o *impeachment*, ocorridos no período conhecido como nova democracia brasileira, estiveram ligados ao Partido dos Trabalhadores. Como mostraremos adiante, acontecimentos históricos relacionados a esse partido político prefiguraram ou instauraram acontecimentos discursivos. Segundo Pêcheux (1983a), um acontecimento discursivo é “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (p.17). Para Possenti (2006), o conceito operacional de acontecimento é fundamental em Análise de Discurso pelas seguintes razões:

a) permite estabelecer de maneira relativamente precisa as relações entre acontecimentos históricos e acontecimentos discursivos; b) permite selecionar *corpus* também levando em conta sua relevância histórica, tanto para os discursos quanto para a história propriamente dita (POSSENTI, 2006, p. 1).

O autor ainda acrescenta que o acontecimento discursivo pode ser entendido como um evento, algo que foge à estrutura, único ou mesmo inesperado, muito embora seja facilmente explicado *a posteriori* (POSSENTI, 2006). É importante, no entanto, estabelecer a distinção entre o acontecimento histórico e o acontecimento discursivo. Um acontecimento histórico, conforme Le Goff (1992), é um fato e ocorrência no mundo que pode ser rememorado na história e narrado pela ciência histórica pela relevância. Um acontecimento discursivo, por outro lado, conforme Pêcheux (1983a), é instaurado a partir de um acontecimento histórico, é resultado de confrontos discursivos que o prefigura, é instaurado numa relação tensa tanto com a memória quanto com o discurso novo.

Pêcheux (1983a) ao tratar da questão do acontecimento, toma o enunciado “On a gagné” [“Ganhamos”] “tal como ele atravessou a França no dia 10 de maio de 1981, às 20 horas e alguns minutos (o acontecimento, no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória)” (p.17), explica que

O confronto discursivo sobre a denominação desse acontecimento improvável tinha começado bem antes de 10 de maio, por um imenso trabalho de

formulação (retomadas, deslocadas, invertidas, de um lado a outro do campo político) tendendo a prefigurar discursivamente o acontecimento, a dar-lhe forma e figura, na esperança de apressar sua vinda [...] ou impedi-la; todo esse processo vai continuar, marcado pela novidade do dia 10 de maio (PÊCHEUX, [1983a] 1990, p. 20).

Assim como o enunciado “On a gagné” [“Ganhamos”] marcou a vitória de François Mitterrand na França e apontou para um acontecimento discursivo, o enunciado ‘Dilma Rousseff foi eleita a primeira presidente do Brasil’, tal como ele atravessou o país na noite de 31 de outubro de 2010, conforme Fonseca-Silva (2012; 2013), marca a novidade de um acontecimento.

Em *Memória, mulher e política: do governo das capitânicas à presidência da república, rompendo barreiras*, Fonseca-Silva (2012), ao tratar da questão da mulher na vida pública, toma a eleição de Dilma Rousseff como um acontecimento discursivo. Segundo a autora, a partir das 20 horas do dia 30 de outubro de 2010, marcado pela novidade do acontecimento ‘Dilma Rousseff foi eleita a primeira presidente do Brasil’, teve início, em diversos veículos de informação, quase simultaneamente, como um grito quase coletivo, a circulação-confronto de formulações (deslocadas, repetidas e retomadas) que se colocaram no jogo parafrástico e polissêmico. Nas palavras da autora,

As formulações/reformulações colocadas em circulação/confronto na noite do dia 31 de outubro têm uma duração no presente, mas evoca o passado e o futuro. Quem foi eleito presidente do Brasil? A esquerda? O PT? Os partidos aliados? Essas perguntas desorganizam o sentido logicamente estabilizado evocado pela mídia e evocam outros sentidos, pois o acontecimento de 31 de outubro de 2010 é marcado pela atualidade e pela novidade: Dilma Rousseff é a primeira presidente do Brasil, mas, ou ao mesmo tempo, pela memória que é atravessada pela história de gerações de mulheres (índias, negras, brancas, ricas ou pobres, famosas ou anônimas, livres ou escravas) que, da Colônia à República, participaram de relacionamentos de forças, lutaram e promoveram contra condutas individuais e coletivas no interior de racionalidades políticas, para poderem se subjetivar no lugar de sujeito político. O nome Dilma Rousseff, neste sentido, deixa de figurar uma pessoa para figurar um lugar que representa todas as gerações de mulheres brasileiras (anônimas, esquecidas, pouco lembradas) que não aceitaram as injunções impostas pela sociedade e se colocaram no lugar de resistência (FONSECA-SILVA, 2012, p. 202-203).

Conforme a autora, o enunciado ‘Dilma Rousseff foi eleita a primeira presidente do Brasil’ marcou o início do trabalho do acontecimento em seu contexto da atualidade e no espaço da memória que ele (o acontecimento) convocou, dando abertura para outra organização da memória.

Seguindo a mesma perspectiva, Costa (2018) trata do *impeachment* de Dilma Rousseff como acontecimento, analisa os confrontos discursivos presentes nas mídias que discursivizavam sobre Dilma Rousseff e, posteriormente, sobre o *impeachment*, no período dos mandatos de Dilma (2011 a 2016) e depois da sentença, com base nos trabalhos de Abreu (2017) e Conceição (2018) e Luz (2018). Costa afirma que

O julgamento do *Impeachment* de Dilma produz novos sentidos, constitui-se como um acontecimento discursivo que retoma e atualiza sentidos, mas também produz novos, desestabilizando a memória do próprio acontecimento. No *Impeachment* de Dilma Rousseff, o logicamente estabilizado tem sua ordem perturbada quando a defesa aponta que existem motivos políticos e não motivo jurídico de crime de responsabilidade, que deveria ser o objeto de discussão do processo (COSTA, 2018, p. 52).

Tomando o enunciado “Lula lá” como objeto, Indursky (2003), por sua vez, analisa a eleição de Lula como um acontecimento. Assim como nos exemplos anteriores, na noite de 27 de outubro de 2002, a vitória do então recém-eleito presidente República foi discursivizada pela imprensa falada (TV e Rádio), pelas manifestações dos analistas políticos e, depois, pela mídia impressa com matérias, comentários, artigos, chamadas, manchetes e afins. A autora defende que, nesse dia,

fomos testemunhas de um acontecimento histórico que clamava por discurso, que reclamava sentidos, por novos sentidos, sentidos ainda não ditos, desconhecidos. Tudo era, entretanto, muito novo, muito inusitado e a multidão se movia, se reunia, gritava, cantava. Comemorava e, ao mesmo tempo, rememorava (INDURSKY, 2003, p. 110).

Considera, ainda, que o enunciado “Lula lá” “inscreve-se, tanto na estrutura, quanto no acontecimento. E é ancorado sobre os já-ditos, cujos sentidos são mobilizados, que se faz a ruptura, instituindo o acontecimento” (p. 119). Trata-se, portanto, de um acontecimento “que vem para perturbar a memória” (PÊCHEUX, 1983b, p. 53), deslocar e desregular os implícitos associados a um sistema de regularização anterior.

Os textos apresentados tomam a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (INDURSKY, 2003), a eleição de Dilma Rousseff (FONSECA-SILVA, 2012; 2013) e o seu *impeachment* (LUZ, 2018; COSTA, 2018) como acontecimentos discursivos, mostrando as relações de confronto discursivo anteriores ao acontecimento e como esse processo continuou, marcado pela novidade do acontecimento. Um dos pontos que justificam a relevância, sob a óptica discursiva, de olhar para o Partido dos Trabalhadores como objeto de investigação.

Os trabalhos apresentados neste item se relacionam e são importantes para a pesquisa que resultou esta dissertação, pois todos tentaram, também, responder questões que se ancoram em projetos temáticos desenvolvidos no LAPADis. Desse modo, tomamos a mídia como lugar de memória discursiva e de materialização dos discursos diversos que circulam na sociedade, o contexto histórico e os resultados dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do LAPADis pelo GPADis, para tentar responder à seguinte questão: quais posições-sujeito o Partido dos Trabalhadores foi convocado a ocupar nas capas das edições de *Veja* que circularam desde a sua fundação até dezembro de 2018? Com o intuito de responder a tal questão, foi levantada a seguinte hipótese: o Partido dos Trabalhadores foi convocado a ocupar, nas capas das edições de *Veja* que circularam desde a sua fundação até dezembro de 2018, as posições-sujeito herói e vilão.

Assim sendo, a pesquisa teve por objetivo geral identificar e analisar as posições-sujeito que o Partido dos Trabalhadores foi convocado a ocupar em capas de *Veja*. E por objetivos específicos: (i) analisar o funcionamento discursivo do PT nas posições-sujeito herói e vilão no semanário *Veja*, desde sua fundação até dezembro de 2018; e (ii) analisar que efeitos-sentido são produzidos nessas posições.

1.2 Considerações sobre o percurso teórico-metodológico

1.2.1 Constituição do corpus da pesquisa: pressupostos metodológicos

Tomamos a discursivização do Partido dos Trabalhadores na mídia como campo de referência, operamos um gesto de interpretação para construir o arquivo analítico e selecionamos o *corpus* discursivo, constituído de sequências discursivas extraídas das capas de edições da revista *Veja* que trataram do Partido dos Trabalhadores ou de sujeitos ligados ao partido, publicadas desde a sua fundação a 2018.

No que se refere à abordagem, a pesquisa que resultou este trabalho classifica-se como qualitativa e quantitativa, posição que “nos coloca mais atentos aos riscos de excessiva confiança que podem comprometer o gesto de interpretação que operamos na construção do arquivo, [...] e do *corpus* discursivo, compreendido como conjunto de sequências discursivas, selecionadas para a análise” (LUZ, 2018, p. 25). No que se refere aos objetivos, a pesquisa foi descritivo-interpretativa, pois não há em AD descrição sem interpretação (PÊCHEUX, 1983),

e, quanto aos procedimentos, trata-se de uma análise discursiva do Partido dos Trabalhadores em capas do semanário *Veja*.

A data de início do recorte temporal se justifica por dois motivos: primeiro, porque em março de 1979 foi publicada a primeira capa de *Veja* em que aparece Luiz Inácio Lula da Silva, à época um dos líderes das greves do ABC paulista, movimento grevista que ocorreu entre os anos de 1978 e 1980; segundo, porque, embora a fundação do Partido dos Trabalhadores tenha ocorrido em 1980, entendemos que é preciso observar o processo de constituição. O final do recorte temporal, por sua vez, diz respeito ao ano em que novas eleições presidenciais consolidam a saída do Partido dos Trabalhadores do cargo da Presidência da República, após quatro vitórias sucessivas, nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014.

Assim, operamos um primeiro recorte que cobre toda a década de 1970 até o ano de 2018, por entender que esse período nos permite analisar as condições de produção a discursivização sobre o PT, observando-o em vários momentos: surgimento, chegada à Presidência, permanência no mais alto cargo do poder executivo do Brasil e a derrota nas urnas depois de quatro vitórias sucessivas. Dentro desse primeiro recorte, serão operados outros, quando necessário.

Para construir o arquivo analítico: (i) acessamos o acervo digital da revista *Veja*; (ii) selecionamos as capas dedicadas à política que circularam de janeiro de 1970 a dezembro de 2018 e criamos uma pasta para essas capas; (iii) identificamos, separamos e organizamos em outra pasta as capas dedicadas ao Partidos dos Trabalhadores ou sujeitos políticos ligados ao partido.

A escolha da revista enquanto materialidade discursiva para análise se deu por três motivos. O primeiro, porque as revistas põem em circulação discursos que estão em funcionamento na sociedade (FONSECA-SILVA, 2007a). O segundo, por entender que “toda e qualquer materialidade simbólica de significação funciona como um lugar de memória discursiva” (FONSECA-SILVA, 2007a, p. 19). E por isso mesmo, consideramos *Veja* como lugar de memória discursiva e como lugar de materialização de diversos discursos que circulam na sociedade. O terceiro, pelo fato de entender, à luz dos trabalhos de Santos (2016) e Conceição (2018), que *Veja* pode funcionar como um dos lugares de construção e desconstrução de sujeitos e partidos políticos.

Lançada pela *Editora Abril* em 1969, o semanário *Veja* é considerado “um dos meios de comunicação que mais se destaca na imprensa brasileira, a mais comprada, a maior em assinaturas e em tiragem de exemplares (nacionalmente) e a quinta revista de informação de maior circulação no mundo” (FONSECA-SILVA, 2009, p. 2). Cabe ainda destacar que *Veja*,

“como prática discursiva institucional, funciona como *locus* de realização política e do fazer práticas sociais e discursivas do cotidiano do século XX e início do século XXI”, conforme Fonseca-Silva (2009, p. 2). Inicialmente a *IstoÉ* também seria analisada, entretanto não foi identificada possibilidade de acesso ou existência de acervo completo da revista, o que tornou essa opção inviável.

Verificamos que, entre janeiro de 1970 e dezembro de 2018, foram publicadas ao todo 2.543 edições semanais e 77 edições especiais da revista *Veja*, chegando a um total de 2.620 edições. Das capas identificadas, inicialmente selecionamos aquelas dedicadas à política, um total de 1.650; as 970 restantes foram dedicadas a outros assuntos. daquelas, separamos as que tratavam do Partido dos Trabalhadores (PT) e sujeitos políticos ligados ao partido, totalizando 334 capas, conforme ilustrado nessas tabelas:

Tabela 1. Número de edições publicadas pela revista *Veja* de janeiro de 1970 a dezembro de 2018

Número de edições	N	%
Número de edições semanais	2543	97,1
Número de edições especiais	77	02,9
Total de edições publicadas	2620	100

Fonte: tabela produzida com base em informações retiradas do acervo digital da revista *Veja*

Tabela 2. Número de capas da revista *Veja* dedicadas à política e a outros assuntos de janeiro de 1970 a dezembro de 2018

Número de capas por assunto	N	%
Capas dedicadas à política	1650	63
Capas dedicadas a outros assuntos	970	37
Total	2620	100

Fonte: tabela produzida com base em informações retiradas do acervo digital da revista *Veja*

Posteriormente, operamos um segundo recorte. Separamos imagens de capas de edições publicadas no ano de 1989 e nos anos correspondentes aos períodos dos governos Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. Isso se justifica porque, no ano de 1989, foram publicadas edições da revista *Veja* com capas dedicadas à primeira eleição direta após o período militar e por ter sido a primeira eleição em que o Partido dos Trabalhadores concorreu à Presidência da República, com a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva.

Verificamos que, entre janeiro de 1989 a dezembro de 2018, foram publicadas 328 capas de edições de *Veja* que discursivizam sobre o Partido dos Trabalhadores ou sujeitos políticos ligados ao partido. Das 328 capas identificadas, nesse período, 07 foram edições que circularam

no período das eleições de 1989, 01 em edições que circularam no período do governo Fernando Collor, 04 no período do governo Itamar Franco, 21 no período do governo Fernando Henrique Cardoso, 119 no período do governo Luiz Inácio Lula da Silva, 140 no período do governo Dilma Rousseff e 36 no período do governo Michel Temer, conforme mostrado na tabela a seguir:

Tabela 3. Número de capas da revista *Veja* que discursivizam sobre o Partido dos Trabalhadores por período

Período	Ano	N	%
Eleições de 1989	1989	07 capas	2,1
Governo Fernando Collor	1990 a 1992	01 capa	0,3
Governo Itamar Franco	1992 a 1994	04 capas	1,2
Governo Fernando Henrique Cardoso	1995 a 2002	21 capas	6,4
Governo Luiz Inácio Lula da Silva	2003 a 2010	119 capas	36,3
Governo Dilma Rousseff	2011 a 08/2016	140 capas	42,7
Governo Michel Temer	08/2016 a 2018	36 capas	11,0
Total	1989 a 2018	328	100,0

Fonte: tabela produzida com base em informações retiradas do acervo digital da revista *Veja*

Posteriormente, classificamos em positivas ou negativas as 328 capas identificadas. Das 328 capas de *Veja* que circularam de janeiro de 1989 a dezembro de 2018, 277 capas produziram efeitos-sentido negativo, e 51 capas produziram efeitos-sentido positivo, como mostra a Tabela 4:

Tabela 4. Classificação das capas *Veja* que discursivizam sobre o Partido dos Trabalhadores de janeiro de 1989 a dezembro de 2018

Classificação	N	%
Negativo	278	84,8
Positivo	50	15,2
Total	328	100,0

Fonte: tabela produzida com base em informações retiradas do acervo digital da revista *Veja*

Apresentado o processo metodológico utilizado na constituição do *corpus* de pesquisa e exposta a análise quantitativa dos dados, no item seguinte discutiremos os principais conceitos teóricos mobilizados na análise qualitativa dos dados que será apresentada nos Capítulos 2, 3 e 4 deste trabalho.

1.2.2 Pressupostos teóricos: algumas considerações

Para responder à questão e comprovar ou refutar a hipótese levantada para a pesquisa, mobilizamos, nas análises das sequências discursivas, conceitos do quadro teórico da Análise de Discurso. Entre esses conceitos, alguns foram basilares para a construção do trabalho: **discurso, posição-sujeito, efeitos-sentido e memória discursiva**.

A Análise de Discurso toma por objeto o discurso, não a língua ou a gramática, embora estas lhe sejam caras. Na AD, segundo Orlandi (2007, p. 15), “procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história”. Assim, essa teoria não trabalha a língua como sistema abstrato, mas a língua significando, produzindo sentidos. Significar, portanto,

está na ordem do discurso e não na ordem da língua (ou de outros domínios semióticos), cujo(s) real(is) é(são) atravessado(s) pela divisão discursiva entre o espaço da manipulação de significações estabilizadas e o espaço de transformações do sentido; que o impossível de achar, o equívoco, a falha e a ambigüidade são constitutivos da língua e, por isso, o sentido como efeito de sempre escapa, mas escapa, também, em materialidades discursivas que comportam a língua e outras bases simbólicas de significação ou somente outras bases simbólicas de significação (FONSECA-SILVA, 2007c, p. 11).

No que diz respeito à questão do sujeito, Fonseca-Silva (2007a) e Amorim e Fonseca-Silva (2015), compreendem com Pêcheux que “sob a evidência de que ‘eu sou realmente eu’ [...], há o processo da interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio” (PÊCHEUX, [1975] 1990, p. 145). O que permite pensar o sujeito como lugar (posição) no interior de determinada formação discursiva (FD), ou seja, uma posição-sujeito.

Para Pêcheux ([1975] 1990), “a interpelação supõe um desdobramento entre o sujeito enunciador e o sujeito universal e pode assumir diferentes modalidades: identificação, contra-identificação e desidentificação” (PÊCHEUX, [1975] 1990, p. 170).

A identificação diz respeito a um recobrimento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, “de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘livremente consentido’” (PÊCHEUX, [1975] 1990, p. 199). A contra-identificação, segundo Amorim e Fonseca-Silva (2015, p. 171), na perspectiva de Pêcheux (1975),

ocorre quando o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal, de forma que a tomada de posição do sujeito para assujeitar-se à forma-sujeito se dá através da separação (distanciamento, dúvida, revolta) com o que ‘o sujeito universal lhe dá a pensar’. As formações discursivas têm contradições entre si

e no seu interior, sendo próprio da FD dissimular essa contradição. Por isso, a contra-identificação não implica uma saída da FD, mas sim um questionamento a partir das contradições.

O processo de desidentificação, por sua vez, segundo Amorim e Fonseca-Silva (2015), *apud* Pêcheux (1975), diz respeito a uma modalidade subjetivo-discursiva e a uma tomada de posição não subjetiva e pode ocorrer de duas maneiras: “i) pela apropriação subjetiva do conhecimento científico; ii) e pela apropriação subjetiva da política de tipo novo” (p. 171). Dessa forma, no processo de desidentificação, “o sujeito se desidentifica com a forma sujeito que o domina e rompe com a FD em que estava inscrito, identificando-se com outra FD e sua respectiva forma-sujeito” (p.171).

Em “*Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito*”, Grigoletto (2007) discute os desdobramentos que a concepção de sujeito do discurso assumiu no interior da teoria pecheutiana. A autora começa a discussão acerca da questão do sujeito da AD estabelecendo um ponto importante, o de que esse sujeito não se refere ao indivíduo, sujeito empírico, mas a um sujeito do discurso, “que carrega consigo marcas do social, do ideológico, do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido” (GRIGOLETTO, 2007, p. 123).

Ao discutir as noções de forma e posição-sujeito e seus desdobramentos, Grigoletto (2007) declara que, em “*Semântica e Discurso*”, Pêcheux (1975) “afirma que o lugar do sujeito não é vazio, sendo preenchido por aquilo que designa de forma-sujeito ou sujeito do saber de uma determinada FD” (GRIGOLETTO, 2007, p. 123). E que é pela forma-sujeito “que o sujeito do discurso se inscreve em uma determinada FD, com a qual se identifica e que o constitui enquanto sujeito” (GRIGOLETTO, 2007, p. 123-124). Segundo a autora, Pêcheux ([1975] 1990) chama de posição-sujeito “a relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber (forma-sujeito)” (GRIGOLETTO, 2007, p. 124). Tais reflexões são retomadas por Courtine (1982), que, conforme Grigoletto (2007), estabelece que

a especificidade da posição-sujeito se dá no funcionamento polêmico do discurso em que o sujeito universal (ou sujeito do saber) é interpelado e se constitui em sujeito ideológico e, ao se identificar com o sujeito enunciador, assume uma posição. Então, diferentes indivíduos, relacionando-se com o sujeito do saber de uma mesma FD, constituem-se em sujeitos ideológicos e podem ocupar uma mesma ou diferentes posições.

Em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux ([1983a] 1990) caracteriza o discurso como estrutura e acontecimento, conceituando este como ponto de encontro de uma

atualidade e uma memória. Nesse sentido, a estrutura estaria relacionada à materialidade (verbal e não verbal) e o acontecimento, ao que irrompe, trazendo à estrutura redes de filiações dos sentidos, de posições-sujeito.

No que diz respeito ao conceito de memória discursiva, para Courtine (1981) ela se refere à existência histórica de um enunciado no seio de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos. Nesse sentido, Fonseca-Silva (2007b, p. 105) afirma que “os enunciados, em cuja formação se constitui o saber próprio de uma formação discursiva, são tomados no tempo longo da memória, e as formulações, no tempo curto da atualidade de um enunciado”. Assim, é na relação entre o interdiscurso e intradiscurso que se estabelece o efeito de uma memória discursiva na atualidade de um acontecimento.

Ainda nesse sentido, Pêcheux (1983b) defende que a memória da qual trata não deve ser entendida “no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador” (PÊCHEUX, [1983b] 2008, p. 50). Segundo o autor,

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, [1983b] 2008, p. 52).

Ainda sobre esse ponto, ao tratar da questão de onde residiriam esses implícitos, Pêcheux ([1983b] 2008) retoma Achard ([1983] 2008), que levanta a hipótese de que não é possível encontrar, explicitamente, o discurso-vulgata do implícito de forma estável e sedimentada, considerando que

Haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma ‘regularização’ (termo introduzido por P. Achard) se iniciaria, e seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase (PÊCHEUX, [1983b] 2008, p. 52).

Segundo Pêcheux ([1983b] 2008), *apud* Achard ([1983] 2008), tal regularização discursiva estaria sempre suscetível a se desmanchar sob o peso do acontecimento discursivo novo, “que vem perturbar a memória”. Assim, o acontecimento poderia deslocar e desregular os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. Nesse sentido, funcionaria sempre um jogo de forças na memória, sob o choque do acontecimento:

Um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confrontá-la como ‘boa forma’, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo; mas também, ao contrário, o jogo de força de uma ‘desregulação’ que vem perturbar a rede de ‘implícitos’ (PÊCHEUX, [1983b] 2008, p. 53).

No que se refere aos elementos imagéticos, como materialidades para análise, Pêcheux ([1983b] 2008) afirma que, em *Análise de Discurso*, essa questão se dá por outro viés, não mais como a imagem legível na transparência, uma vez que um discurso a atravessa e a constitui, mas opaca e muda, ou seja, “da qual a memória ‘perdeu’ o trajeto de leitura” (p. 55).

Ainda sobre a imagem, Pêcheux ([1983b] 2008) afirma que, além do real da língua, outros reais podem ser descritos. Nesse sentido, Fonseca-Silva (2007) declara que, “assim como o discurso é uma das formas de materializar a ideologia, a língua é apenas uma das formas de materializar o discurso e não a única”. Para a autora, “a *Análise de Discurso*, na condição de disciplina de interpretação, pode construir procedimento para expor o olhar-leitor à opacidade tanto da língua quanto de outros domínios semióticos” (FONECA-SILVA, 2007a, p. 111), pois considera que as materialidades discursivas não se restringem ao verbal.

Expostos os principais conceitos teóricos mobilizados nas análises apresentadas nos capítulos seguintes, faz-se necessário, ainda, tratar das categorias herói e vilão, que foram utilizadas para compreender a constituição das posições-sujeito herói e vilão no funcionamento discursivo do Partido dos Trabalhadores em *Veja*.

As figuras do herói e do vilão são antiquíssimas. Dos mitos às produções hollywoodianas, esses personagens estiveram presentes nas mais diversas narrativas orais e escritas, mitos, contos de fadas, romances, novelas, filmes, histórias em quadrinhos, entre outras. Por isso, na tentativa de compreender como essas categorias se constituíram e se modificaram ao longo do tempo, as linhas seguintes foram dedicadas a fazer um breve levantamento dos “ditos” sobre essas duas categorias que circulam em nossa sociedade e que estão em nosso imaginário, a memória do que é um herói e um vilão, trazendo para discussão ideias que, em alguma medida, contribuem para construção deste trabalho.

As narrativas míticas são as primeiras formas, das quais se tem notícia, de que o homem utilizou para tentar explicar o mundo e, nelas, a figura do herói se faz presente. Segundo Cardoso (2017, p.22), “é nos mitos gregos que se encontra a origem dos heróis ocidentais”, motivo pelo qual o percurso histórico que propomos realizar se iniciará tratando do herói nessas narrativas.

Em *O herói de mil faces*, Campbell ([1949] 2007) reúne uma série de mitos e contos folclóricos originários de diversas partes do mundo e, observando as regularidades presentes nessas narrativas, estabelece uma espécie de “fórmula mitológica universal da aventura do herói” (CAMPBELL, [1949] 2007, p. 26). Para o autor, independentemente do tipo de herói, a jornada percorrida por ele sofre poucas variações no plano essencial. Enquanto os contos populares partem do ponto de vista físico para apresentar a ação heroica, as narrativas religiosas as representam do ponto de vista moral. Entre os tipos de herói, Campbell ([1949] 2007), com base nas narrativas, apresenta o herói do mito, o herói do conto de fadas e o herói tribal ou local. O autor estabelece que,

Tipicamente, o herói do conto de fadas obtém um triunfo microcósmico, doméstico, e o herói do mito um triunfo macrocósmico, histórico-universais. Enquanto o primeiro [...] vence os opressores pessoais, este último traz de sua aventura os meios de regeneração de sua sociedade como um todo. Os heróis tribais ou locais [...] comprometem as bênçãos que obtém com um único povo; os heróis universais [...] trazem uma mensagem para o mundo inteiro (CAMPBELL, [1949] 2007, p. 29).

À luz dos estudos de Campbell ([1949] 2007), o herói pode ser definido, em linhas gerais, como aquele que é dotado de dons excepcionais, honrado e reconhecido pela sociedade da qual faz parte ou, ainda, aquele homem ou mulher que conseguiu vencer suas limitações, seja pessoal, seja local, seja histórica.

Ainda no que se refere à mitologia, Campbell ([1949] 2007, p.21) considera que uma das suas funções primárias é “a de fornecer os símbolos que levam o espírito humano a avançar” e chama a atenção, a partir da relação do mitológico com o simbólico, para a função da psicanálise nos estudos da mitologia. Conforme o autor, os psicanalistas foram responsáveis por “demonstrarem irrefutavelmente que a lógica, os heróis e os feitos do mito mantiveram-se vivos até a época moderna” (CAMPBELL [1949] 2007, p.22).

A esse respeito, Bettelheim ([1976] 2002) avalia, em *A psicanálise dos contos de fadas*, que, assim como os mitos, os contos de fadas são narrativas antigas, que foram se desenvolvendo através dos séculos, mas sem perder características que lhes são constitutivas. Segundo Bettelheim ([1976] 2002), a relação dual bem versus mal funciona de modo bem definido nos contos de fadas e é personificada em certas figuras e nas suas ações. O herói ou a heroína aparecem como a personificação do bem e da virtude, ao passo que o vilão ou a vilã representam o mal e os vícios. O herói dos contos de fadas é aquele que passa por provas e tribulações (seja interior, seja exterior) para, depois de vencidos os obstáculos, alcançar o

triunfo. O mal, personificado na figura do vilão, por sua vez, é apresentado como poderoso e astuto, motivo pelo qual consegue usurpar o lugar do herói durante um período da narrativa, mas logo é desmascarado e punido por seus atos.

Em *O herói 'desbussolado' e a vida sem honra: uma análise da figura mítica do herói hipermoderno à luz da teoria psicanalítica*, Cardoso (2017) investiga a figura do herói com o intuito de analisar como ela se apresenta na sociedade contemporânea, também numa perspectiva psicanalítica. A autora parte dos mitos, por atribuir a essa narrativa a origem dos heróis ocidentais, para discutir os processos de mudanças pelas quais a figura do herói passou ao longo do tempo até chegar ao herói moderno.

Os resultados apresentados por Cardoso (2017) mostram que a figura do herói passa por transformações que refletem os anseios provenientes de cada época e apontam os valores e as normas sociais que compõem as bases de uma sociedade. O herói hipermoderno, refletiria, portanto, “a postura individualista e utilitarista do homem atual, ao mesmo tempo em que demonstra um lado questionador que traz à tona o impasse ético”, uma vez que as delimitações entre o legal e o ilegal, o correto e incorreto, ou melhor e pior, nesses heróis, não estariam bem definidas.

Cardoso (2017) apresenta duas definições de heróis advindos da cultura greco-romana: o herói que se constitui da junção entre “o corpo, forte e belo, e o espírito, bom e belo” (CARDOSO, 2017, p. 25) e o herói defensor, que sacrifica sua vida “em prol da defesa de um grupo e de um objetivo comum”. Este, o do segundo tipo, é dotado de um caráter mais social. Segundo a autora, o herói ocidental, embora tenha sua origem no herói da cultura greco-romana, o absorveu com um estilo já moralizado, regularizando-se no belo e no bom. Ainda acerca do herói, Cardoso (2017) analisa que

O herói em Freud também se apresenta como um forte referenciador para o processo civilizatório, pois se insere em um contexto de estabelecimento de leis, protegendo e amparando os indivíduos diante dos perigos e do desamparo humano, colocando-se como um modelo admirado, seja pelo amor ou pelo temor” (CARDOSO, 2017, p. 25)

Esta última definição apresentada pela autora, à luz da leitura de Freud, abre espaço para pensar a questão das leis como elemento caracterizador do herói e do vilão. Se o herói se apresenta como referenciador para o processo civilizatório, por se inserir em um contexto de estabelecimento de leis, o vilão, por sua vez, pode se apresentar como agente de desestabilização dessas mesmas leis, sendo, nesse contexto, responsável por colocar os indivíduos em perigo ou em situação de desamparo.

Em *Melkor, o inimigo do mundo: a constituição do vilão em o Silmarillion de J. R. R. Tolkien*, Rufo (2016) analisa como se constitui o vilão Melkor em *O Silmarillion* de J. R. R. Tolkien. Para realizar a análise, a autora recorreu a obras dos autores Mikhail Bakhtin e Joseph Campbell. Os resultados do trabalho mostram que o papel da figura do vilão não se restringe apenas a antagonista do herói e a personificação de todo mal, “mas que o vilão, assim como herói, é bem e mal, feio e belo e a sua constituição se dá na relação com o outro” (RUFO, 2016, p. 9). Ainda sobre o vilão, as análises também indicam que

Ele é valorado socialmente de forma negativa, seja pelos seus atos ou estética, a partir do olhar do outro e do seu posicionamento moral na realidade em que faz parte, tendo assim, seus atos considerados como perversos e sua estética como feia, monstruosa ou grotesca (RUFO, 2016, p. 9).

Rufo (2016) discorre sobre a reestruturação das características do vilão, o que aponta para mutabilidade dessa figura, uma vez que sua constituição se dá por meio da relação com o outro. Foucault ([1974] 1996), de certo modo, também discute essa não estabilização, ao partir de um mito largamente difundido, Édipo, que pode ser usado com um exemplo da construção do herói mitológico.

Ao tratar das figuras do herói e do tirano, partindo da tragédia de Édipo, Foucault ([1974] 1996) conclui que o personagem obteve o poder por meio de uma série de eventos que fizeram dele, primeiro, o homem mais miserável e, depois, o mais poderoso. O personagem conheceu um destino desigual, indo do mais alto ponto ao mais baixo, da glória à miséria, alcançando novamente a ascensão para, depois, cair em desgraça. Para Foucault ([1974] 1996),

Esta alternância do destino é um traço característico de dois tipos de personagens. O personagem lendário do herói épico que perdeu sua cidadania e sua pátria e que, depois de um certo número de provas, reencontra a glória, e o personagem histórico do tirano grego do fim do VI e início do V século. O tirano era aquele que depois de ter conhecido várias aventuras e chegando ao auge do poder estava sempre ameaçado de perdê-lo (FOUCAULT, [1974] 1996, p. 44).

Édipo herói é aquele que, depois de passar por provações, conseguiu superar as limitações e alcançar a glória. Depois de perder a cidadania e a pátria, Édipo venceu obstáculos e, ao desvendar o enigma da Esfinge, mediante sabedoria e astúcia, conquistou o reconhecimento do povo de Tebas, tornando-se o líder daquele reino. Tais eventos o levaram a se tornar o salvador da pátria, o herói nacional, aclamado e respeitado pelos tebanos.

Entretanto, ao chegar ao auge do poder, teve medo de perdê-lo, por isso torna-se tirano. O Édipo tirano, segundo Foucault ([1974] 1996), “é aquele que não dá importância às leis e que as substitui por suas vontades e suas ordens” (p. 45). Sua vontade é, portanto, a lei da cidade. O autor acrescenta: “é preciso, portanto, reconhecer em Édipo um personagem historicamente bem definido, assinalado, catalogado, caracterizado pelo pensamento grego do século V: o tirano” (p. 41). O personagem do tirano, conforme Foucault ([1974] 1996), não se caracteriza apenas pelo poder, mas, também, por certo tipo de saber. Não se trata, portanto, segundo o autor, de alguém que toma simplesmente o poder, mas daquele que o toma por fazer valer o fato de que detém certo saber superior aos demais. Desse modo, “o saber edípiano, o excesso de poder, o excesso de saber foram tais que ele se tornou inútil” (p.48).

Esse limiar de herói a tirano, apresentado em Foucault ([1974] 1996), mostra que um mesmo sujeito pode ocupar ou ser convocado a ocupar diferentes posições, a exemplo de Édipo nas posições-sujeito herói e tirano. Trazer essa oscilação é importante para o nosso estudo, por constituir um ponto de diálogo entre Foucault ([1974] 1996) e o que foi discutido, na medida em que as materialidades analisadas para o desenvolvimento da pesquisa desvelam uma alternância quanto às posições-sujeitos que o Partido dos Trabalhadores é convocado a ocupar em *Veja*.

Alguns aspectos apresentados nesses trabalhos contribuem de maneira mais pontual para a compreensão do herói e do vilão e para o deslocamento dessas figuras para fazer funcionar em análise de discurso as categorias posição-sujeito herói e posição-sujeito vilão, com o intuito de analisar o funcionamento discursivo do Partido dos Trabalhadores em *Veja* em tais posições.

O primeiro aspecto aparece no trabalho de Campbell ([1949] 2007), quando, ao tratar do mito, estabelece que, independentemente do tipo de herói, a jornada percorrida sofre poucas variações no que diz respeito ao plano essencial. O segundo aspecto está no texto de Bettelheim ([1976] 2002) que, ao propor uma discussão sobre os contos de fadas, considera que a relação dual bem versus mal funciona de modo bem definido nos contos de fadas e é personificada em certas figuras e nas suas ações. O terceiro aspecto encontra-se no estudo realizado por Cardoso (2017), que, ao propor um debate acerca do herói hipermoderno, avalia que a figura do herói passa por transformações que refletem os anseios provenientes de cada época e aponta para os valores e as normas sociais que compõem as bases de uma sociedade.

Além dos aspectos descritos, os conceitos de herói e vilão apresentados por Campbell ([1949]2007), Foucault ([1974] 1996), Bettelheim ([1976]2002), Cardoso (2017) e Rufo (2016) permitem estabelecer traços comuns presentes em todas essas definições que giram em torno

do maniqueísmo bem *versus* mal, da relação entre virtudes e vícios, bem como, da ligação de moralmente/imoralidade.

Isso posto, pontuamos que tais personagens, do herói e do vilão, e suas respectivas características foram retomadas e deslocadas para fazer funcionar as categorias de análise, posição-sujeito herói e posição-sujeito vilão, utilizadas neste trabalho para tratar da discursivização do Partido do Trabalhadores em *Veja*.

Para a Análise de Discurso tanto sujeito quanto sentidos se constituem enquanto efeitos na relação entre posições. Entendemos, portanto, com base no conceito de posição-sujeito já discutido, que as posições-sujeito herói e vilão se constituem a partir de funcionamentos discursivos em que são produzidos efeitos-sentido de heroísmo e vilania. Na posição-sujeito herói funcionam efeitos-sentido positivos, relacionados à bondade, à virtude, à moralidade e suas derivações, ao passo que na posição-sujeito vilão funcionam efeitos-sentido negativos, relacionados à maldade, aos vícios, à imoralidade e suas derivações.

Compreender a constituição dessas categorias e discuti-las foi necessário para que pudessemos melhor mobilizá-las na análise das materialidades que constituem o *corpus* de pesquisa desse trabalho, e, assim, poder analisar o funcionamento discursivo do Partido dos Trabalhadores nas posições-sujeito herói e vilão, bem como o processo de transição de uma posição a outra.

Uma vez exposto o percurso teórico, trazendo os principais conceitos mobilizados para as análises, apresentaremos, no item 1.3, um percurso histórico sobre o Partido dos Trabalhadores, começando pelo processo de fundação do partido, passando pela sua chegada à cadeira presidencial até a sua saída da Presidência da República.

1.3 Considerações sobre o objeto

O contexto social e político de formação do Partido dos Trabalhadores (PT) é marcado por alguns fatos importantes da história do Brasil. O país era regido pelo governo militar, que vigorou entre os anos de 1964 e 1985, e as chamadas Greves do ABC (1978-1980) possibilitaram o ambiente propício para a criação do partido, que, como defendiam os membros fundadores, organizaria a classe operária. A sigla nasceu, portanto, em meio a embates e greves. Por esse motivo, embora o partido tenha sido fundado oficialmente em 1980, faz-se necessário realizar um percurso histórico desde o golpe civil-militar de 1964 até o ano de 2018. O final do recorte temporal diz respeito ao ano em que novas eleições presidenciais consolidam a saída do

Partido dos Trabalhadores da cadeira presidencial, após quatro vitórias sucessivas (2002, 2006, 2010 e 2014).

Realizar esse percurso histórico possibilita compreender as condições de produção do discurso e auxilia na descrição das materialidades analisadas neste trabalho. Para Pêcheux e Fuchs (1975, p. 128), as condições de produção do discurso podem ser entendidas tanto como as determinações que caracterizam um processo discursivo, quanto as características múltiplas de uma situação concreta que conduz à produção, no sentido linguístico do termo, da superfície linguística de um discurso empírico concreto, acrescentando ainda que “parece que nos falta radicalmente uma teoria da ‘situação concreta’ enquanto formação ideológica em que o ‘vivido’ é informado, constituído pela estrutura ideológica” (PÊCHEUX E FUCHS, 1975, p. 128). Assim, os fatos históricos descritos nesta subseção serão retomados nas análises das capas de edições de *Veja* que discursivizaram sobre o PT ou sujeitos políticos ligados ao partido, realizadas nos Capítulos 2, 3 e 4.

No ano de 1964, teve início, no Brasil, o regime militar⁵, que perdurou mais de vinte anos. Em março daquele mesmo ano, a oposição organizou manifestações contra as medidas do governo João Goulart, chamadas “Marchas da família com Deus pela liberdade”, em que religiosos conservadores, grupos formados pela classe média e alta e os militares ocuparam as ruas. Depois da ocupação, o então presidente João Goulart, que assumiu a Presidência após a renúncia de Jânio Quadros, se refugiou no Uruguai e, no dia seguinte, os militares tomaram o governo.

O general Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente militar do período ditatorial, permaneceu no cargo entre os anos de 1964 e 1967. Entre as medidas adotadas pela gestão de Castelo Branco, destaca-se a extinção do pluripartidarismo e a implantação do sistema de bipartidarismo, por meio do Ato Institucional nº 2 (AI-2)⁶, a extinção dos partidos políticos vigentes com a cancelamento dos registros (artigo 18); estabelecimento da eleição indireta para presidente da República, medida complementada pelo Ato Institucional nº 3 (AI-3)⁷, que estabelecia a indicação pelo presidente da República dos governadores estaduais. Com a

⁵ CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004. Edição original: 1994.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **A república brasileira: 1964/1984**. 12. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1994. Edição original: 1985.

⁶ BRASIL. **Ato Institucional Nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Brasília, DF: Presidência da República, [1965]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 10 jul. 2019.

⁷ BRASIL. **Ato Institucional Nº 3, de 05 de fevereiro de 1966**. Brasília, DF: Presidência da República, [1966]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-03-66.htm. Acesso em: 15 jul. 2019.

dissolução dos partidos políticos, eles foram reduzidos a dois: Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Ainda nesse governo, foi outorgada a Constituição Federal de 1967, votada pelo Congresso Nacional de acordo com as determinações do Ato Institucional nº 4 (AI-4)⁸. O documento ratificava o presidencialismo por meio de eleições indiretas, limitava o direito de greve, permitia a pena de morte em caso de crime contra a segurança do país e estabelecia prazos limitados para discussão, no Congresso, dos projetos de lei propostos pelo Executivo, que, em casos considerados de urgência e interesse público, poderia também baixar decretos com força de lei.

A Constituição de 1967 entrou em vigor em 15 de março de 1967, mesmo dia em que o general Artur da Costa e Silva foi empossado no cargo de presidente da República. O segundo militar a assumir a Presidência editou o Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁹, que, junto com o Ato Complementar nº 38¹⁰, colocava o Congresso, anteriormente fechado e reaberto, em recesso por tempo indeterminado. O AI-5 também tornava mais amplos os poderes do presidente, entre eles, suspensão de direitos políticos, cassação de mandatos, suspensão de certas garantias constitucionais (a exemplo do *habeas corpus*) para acusados de crimes políticos e a interferência federal em estados e municípios. Nesse período, ministros do Supremo Tribunal Federal e professores universitários tiveram suas aposentarias forçadas, deputados foram cassados, e a imprensa passou a ser controlada pelo regime civil-militar.

Em agosto de 1969, Costa e Silva foi acometido por problemas de saúde, deixando o cargo de presidente vago. No lugar de Pedro Aleixo, vice de Costa e Silva, uma junta militar, formada pelo general Lyra Tavares, pelo almirante Augusto Rademaker e pelo marechal Márcio de Sousa Melo, assumiu o poder administrativo do Brasil. A junta foi responsável, entre outras medidas, pela outorga da Emenda Constitucional nº 1¹¹, que incorporou à Constituição a prisão perpétua e a pena de morte, por ampliar o período correspondente ao estado de sítio e por criar a chamada fidelidade partidária. Essas medidas fortaleciam a Lei de Segurança Nacional, que se configurou como uma das bases do governo militar.

⁸ BRASIL. **Ato Institucional Nº 4, de 07 de dezembro de 1966**. Brasília, DF: Presidência da República, [1966]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-04-66.htm. Acesso em: 15 jul. 2019.

⁹ BRASIL. **Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Brasília, DF: Presidência da República, [1968]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹⁰ BRASIL. **Ato Complementar Nº 38, de 13 de dezembro de 1968**. Brasília, DF: Presidência da República, [1968]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-38-68.htm. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹¹ BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 1, de 17 de outubro de 1969**. Brasília, DF: Presidência da República, [1969]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em: 25 jul. 2019.

A fim de realizar novas eleições, o Congresso Nacional, convocado pela junta militar, elegeu Emílio Garrastazu Médici como o novo presidente e o almirante Augusto Rademaker, como vice-presidente, ambos indicados pelo Supremo Comando Militar. Defensor do AI-5, Médici acentuou a censura à imprensa, grupos de oposição considerados como mais radicais foram para a clandestinidade e passaram a ser investigados por órgãos de repressão, com destaque ao Destacamento de Operações Internas e Comando Operacional de Defesa Interna (DOI-CODI) e a Operação Bandeirante (Oban). Além dos órgãos governamentais, grupos, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e civis espalhados pelo país, delatavam jornais, entidades culturais, colegas de trabalho e afins¹².

Grupos de esquerda, que optaram pela luta armada contra o regime militar, intensificaram suas ações a partir de 1969. As guerrilhas urbanas, como eram chamados alguns desses grupos, praticavam ações como: ataques a quartéis, assaltos a bancos e sequestro de diplomatas. Os estrangeiros sequestrados eram liberados em troca da liberdade de membros do grupo que haviam sido presos. Essas ações tinham dentre os objetivos angariar espaço na mídia e visibilidade dos setores da sociedade, divulgando, dessa maneira, a luta contra o governo militar. Dentre grupos e movimentos com atuação nessa época, destacam-se a Aliança Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário de 8 de Outubro (MR-8)¹³.

No campo, um movimento que ganhou notoriedade foi a Guerrilha do Araguaia¹⁴, região localizada entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Entre os anos de 1972 e 1975, organizada por membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a guerrilha rural buscava o apoio da população da região para iniciar um movimento camponês de luta contra o regime civil-militar. Em 1975, o Exército brasileiro conseguiu dissipar a guerrilha e os seus integrantes acabaram presos, exilados ou mortos.

As notícias sobre as ações armadas não foram divulgadas pela imprensa. A prisão e a tortura de suspeitos de ligação com a guerrilha foram institucionalizadas, agentes foram infiltrados em organizações de esquerda e artistas tidos como opositores ao regime foram exilados¹⁵. Em contrapartida, o regime investia na promoção de propagandas de cunho

¹² CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004. Edição original: 1994.

¹³ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas - A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1987.

¹⁴ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. rev. E ampliada. São Paulo: Editora da UNESP/FAPESP, 2010. Edição original: 1993.

¹⁵ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas - A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1987.

patriótico, a exemplo do *slogan* “Brasil: ame-o ou deixe-o” e de músicas, como “Pra frente, Brasil”. A vitória da seleção brasileira na copa do mundo também serviu para angariar a simpatia popular para o governo Médici.

O final do governo foi marcado por uma série de projetos que fracassaram. O crescimento econômico do início do governo foi substituído pelo vislumbre de uma crise econômica e a eclosão da Crise do Petróleo diminuiu o apoio ao regime civil-militar, obrigando o governo a iniciar o processo de abertura política. O encarregado de levar esse processo adiante foi o general Ernesto Geisel, que tomou posse da Presidência em 15 de março de 1974. Vendo a necessidade de criar mecanismos políticos que impedissem mais desgastes na imagem da gestão e garantissem a permanência dos militares no poder, o governo Geisel ficou responsável por iniciar a abertura política, que, posteriormente, resultou em um processo de redemocratização do Brasil¹⁶.

A ideia de luta pela democracia, entretanto, avançava e a sociedade civil cada vez mais se mobilizava. Instituições e associações, como a Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e membros do MDB se uniam a protestos contra as ações violentas do regime. A morte do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, sob tortura, aumentou a pressão sobre o governo¹⁷, levando ao desmonte dos órgãos de repressão. Geisel extingue o AI-5 em dezembro de 1978.

Para frear o avanço do MDB e manipular as vitórias nas urnas, o governo criou a Lei Falcão, que estabelecia o tempo das propagandas eleitorais, e o Pacote de Abril, que, entre outras medidas, estabelecia o fechamento do Congresso. Um terço dos senadores foi nomeado pelo presidente e os critérios de indicação de governadores estaduais pelo governo foi mantido para garantir que o ARENA elege-se seus candidatos. Em março de 1979, João Batista Figueiredo tomou posse da Presidência da República, tornando-se o quinto presidente militar a ocupar o cargo. O clima era de otimismo, pois esperava-se que ele completasse a abertura democrática iniciada no governo Geisel. A situação econômica, no entanto, não era considerada positiva e atingia diretamente os trabalhadores, que tinham de conviver com o arrocho salarial, o que resultou na eclosão de uma série de greves, com destaque para as do ABC paulista¹⁸.

¹⁶ VIEIRA, Evaldo Amaro. **A república brasileira**: 1964/1984. 12. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1994. Edição original: 1985.

¹⁷ SÁ, Israel de. **Da repressão à abertura política**: processos de espetacularização do discurso político. 2011. 213 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/5709/3515.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹⁸ VIEIRA, Evaldo Amaro. **A república brasileira**: 1964/1984. 12. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1994. Edição original: 1985.

Desafiando o regime civil-militar, milhares de operários realizaram paralisações. O movimento denominado greves do ABC¹⁹ teve seu marco inicial em 12 de maio de 1978, quando trabalhadores da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, paralisaram as atividades. Tratava-se da primeira greve dos metalúrgicos do ABC, região da Grande São Paulo, formada pelas cidades Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A região foi construída em torno da forte industrialização e urbanização e caracterizada pelos altos índices de circulação de capital.

O movimento grevista se espalhou para outras indústrias e as manifestações desencadearam paralisações de grandes proporções. Os grevistas tinham, entre suas principais pautas de reivindicações, o reajuste salarial e melhores condições de trabalho. No ano seguinte, uma greve geral paralisou os trabalhos em cerca de 600 fábricas. Foi em 1980, no entanto, que ocorreu a mais longa greve da história do país, a greve durou quase 50 dias e teve dimensões nunca vistas até então no Brasil. Entre os líderes da greve, figurava o nome de Luiz Inácio Lula da Silva, na época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Consideradas ilegais, as greves foram duramente reprimidas. O governo interveio nos sindicatos e ordenou a prisão de seus dirigentes. Apesar das ações, as greves prosseguiram, apoiadas por personalidades e entidades que forneciam alimentação e recursos para os grevistas. Além dos operários, professores, motoristas de ônibus, portuários, bancários, empregados da construção civil, funcionários públicos, entre outros setores, também fizeram parte das greves, assinalando a inauguração do novo sindicalismo, com projeções de lideranças e métodos novos para luta pelos direitos dos trabalhadores.

Nesse contexto de grande mobilização por parte da sociedade civil e de ascensão das lutas pela redemocratização, Figueiredo decretou a anistia geral, que abarcava condenados políticos, restabelecia os direitos políticos dos exilados e também dos acusados de praticar tortura durante o regime. O presidente também pôs fim ao bipartidarismo, abrindo espaço para volta do multipartidarismo ²⁰.

Os membros do MDB se dividiram, formando o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Popular (PP). Os que faziam parte da ARENA, apoiadores do regime, reuniram-se no Partido Democrático Social (PDS). O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) voltou sob o comando de Ivete Vargas. E outros partidos foram fundados: o Partido

¹⁹ SECCO, Lincoln. **História do PT**. 5ª edição. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2018. Edição original: 2011.

²⁰ VIEIRA, Evaldo Amaro. **A república brasileira**: 1964/1984. 12. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1994. Edição original: 1985.

Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola, e o Partido dos Trabalhadores (PT), cuja formação será descrita a seguir.

Segundo Secco (2011), Luiz Inácio Lula da Silva, em 1978, já declarava que organizar a classe operária em um partido era algo que demandava apenas tempo. No ato de primeiro de maio de 1979, em meio às greves do ABC, a Carta de Princípios do PT foi lançada. E, posteriormente, a fundação do partido era articulada por meio de viagens, reuniões e comícios locais.

O grupo heterogêneo que deu origem ao partido foi inicialmente formado por três subgrupos: o novo sindicalismo, a igreja progressista e os membros remanescentes da luta armada. No que se refere a esse tripé, Secco (2011) sugere um desdobramento, redistribuindo em seis grupos as fontes que deram origem ao PT.

A primeira foi o chamado novo sindicalismo; a segunda, o movimento popular influenciado pela Igreja Católica; a terceira, políticos já estabelecidos do MDB; a quarta, os intelectuais com origens diversas, como o antigo PSB ou posições liberais radicalizadas; a quinta, militantes de organizações trotskistas; a sexta, remanescentes da luta armada contra a ditadura (embora seja possível agrupar estes dois últimos) (SECCO, 2011, p. 27).

Em 10 de fevereiro de 1980, cerca de 1200 pessoas se reuniram no Colégio Sion em São Paulo para fundar o Partido dos Trabalhadores. Em 21 de outubro do mesmo ano, o manifesto de fundação do partido foi publicado no Diário Oficial da União. Entre os presentes estavam cerca de quatrocentos delegados eleitos em dezessete estados brasileiros. Segundo Secco (2011),

A maioria dos presentes era de estudantes, intelectuais e líderes de movimentos populares, mas não de trabalhadores. Além disso, o *Manifesto do PT*, aprovado naquela reunião, não falava em socialismo (ao contrário da *Carta de Princípios* divulgada no ano anterior), todavia era patente que se tratava de uma organização de esquerda e radicalmente favorável aos interesses imediatos dos trabalhadores, até então impedidos de ter voz na sociedade civil [...] A simples presença de intelectuais históricos, vinculados ao trotskismo, ao comunismo, ou a uma opção liberal clássica e radical ao lado de sindicalistas que acabavam de afrontar a Ditadura Militar e o capital transnacional em grandes greves, mostrava a que viera o PT (SECCO, 2011, p. 35-36).

Após a fundação, o partido esteve presente em eventos importantes para o processo de redemocratização do Brasil, com destaque para a campanha das *Diretas Já* e para a Assembleia Nacional Constituinte. O movimento, que ficou conhecido como *Diretas Já*, contestava a

legitimidade das eleições indiretas e reivindicava eleições diretas, com manifestações articuladas por partidos de oposição e entidades da sociedade civil. A campanha começou em 1983, mesmo ano em que o deputado Dante de Oliveira (PMDB), do Mato Grosso, levou ao Congresso uma emenda constitucional que buscava reestabelecer as eleições para a Presidência já em 1984. Apesar da forte mobilização, a emenda não alcançou a quantidade de votos necessária para que fosse aprovada²¹.

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves, candidato do PMDB, é eleito presidente pelo Colégio Eleitoral. Seu vice era José Sarney, um dos líderes do Partido da Frente Liberal (PFL), formado por dissidentes do PDS. O ex-presidente do PDS foi um dos responsáveis pela articulação que levou à derrota da Emenda de Dante. Sarney construiu sua carreira política entre a UDN, ARENA e PDS, saindo do partido por não concordar com a candidatura de Paulo Maluf. Assim, se deu a transição do período militar para a redemocratização, sem grandes rupturas²².

Os anos do governo José Sarney (PFL), que assumiu a Presidência após Tancredo Neves apresentar sérios problemas de saúde, pouco antes de tomar posse, foram marcados pela busca da construção do ambiente propício para restabelecimento da democracia. Nesse período, as eleições diretas foram restabelecidas, a liberdade e autonomia dos sindicatos foram reconhecidas, ficou estabelecido direito de voto a analfabetos, liberdade de organização de novos partidos, o acesso de todos os partidos aos meios de comunicação e o fim da Lei Falcão, entre outras medidas. Em outubro de 1988, com promulgação da Constituição, resultado do trabalho da Assembleia Nacional Constituinte, avanços sociais e políticos significativos foram estabelecidos e ratificados²³.

As eleições diretas só voltaram a acontecer no ano de 1989. Essa eleição marca a retomada da escolha direta de representantes. Concorreram às eleições: Paulo Maluf (PDS), Mário Covas (PSDB), Leonel Brizola (PDT), Ulisses Guimarães (PMDB), Aureliano Chaves (PEL), Roberto Freire (PCB), Roberto Caiado (UDR), Guilherme Afif Domingos (Associação Comercial de São Paulo), Fernando Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Era a estreia do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais. Após uma disputa

²¹ MOREIRA, Maria Ester Lopes. **Diretas Já**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV, c2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>. Acesso em: 20 jun. 2019.

²² LAMOUNIER, Bolívar. **Redemocratização**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV, c2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/redemocratizacao>. Acesso em: 21 jul. 2019.

²³ DIAS, Sônia; LEMOS, Renato Lemos; CARNEIRO, Alan. **José Sarney**. Rio de Janeiro: Atlas História do Brasil - CPDPC/FGV, 2015. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/4909>. Acesso em: 21 jul. 2019.

acirrada no segundo turno, Fernando Collor venceu Lula e foi eleito o primeiro presidente por voto direto após o período militar²⁴.

O mandato do ex-presidente, entretanto, foi interrompido. Em maio de 1992, o nome de Collor apareceu vinculado a escândalos de corrupção. Seu irmão, Pedro Collor, denunciou, em uma entrevista para a revista *Veja*, um vasto esquema de corrupção comandado por Paulo César Farias, empresário alagoano e tesoureiro na campanha presidencial de Fernando Collor. O “Esquema PC”, como ficou conhecido, consistia no recebimento de propina de empresários que tinham o interesse de atuar em negócios referentes ao governo. PC Farias, após o recebimento da propina, retinha uma porcentagem do valor e o restante era repassado a Collor, como descreve Viggiato (2012).

Em junho, o Congresso instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias. A mesma mídia que auxiliou na construção da imagem de Collor e, por consequência, ajudou a elegê-lo nas eleições presidenciais de 1989, promoveu a espetacularização do caso de corrupção envolvendo o ex-presidente e o desconstruiu, conforme análise de Santos (2016). Em resposta às denúncias, a sociedade civil, mais uma vez, foi às ruas, a partir de agosto. O movimento, que ficou conhecido por *Caras Pintadas*, pedia o *impeachment* do então presidente. O processo de *impeachment* foi instaurado e, mesmo após a renúncia de Fernando Collor, em dezembro de 1992, o ex-presidente foi julgado e condenado pelo Senado.

Após a renúncia e o *impeachment* de Collor, o vice-presidente, Itamar Franco, assumiu a Presidência. O governo Itamar recebeu o país em um cenário desanimador, com inflação alta, planos econômicos malsucedidos, população insatisfeita, recessão e incredibilidade política. Em 1993, a gestão ganhou certa identidade ao indicar Fernando Henrique Cardoso, um dos fundadores do PSDB, para o Ministério da Fazenda. O novo ministro de Itamar investiu no Plano Real que, ao ser implementado, gerou a estabilização da moeda, da inflação e do mercado.

O sucesso do Plano Real tornou Fernando Henrique Cardoso um nome de peso para as eleições presidenciais de 1994. Com uma vitória em primeiro turno, Fernando Henrique Cardoso assumiu em 1995 a Presidência da República. Com o resultado das urnas, se consolidava a segunda derrota consecutiva da esquerda nas eleições presidenciais, que tinha,

²⁴ GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. **1989: História da Primeira Eleição Presidencial Pós-Ditadura**. 1. ed. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2019.
SECCO, Lincoln. **História do PT**. 5ª edição. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2018. Edição original: 2011.

entre seus representantes, Lula e Brizola. Na eleição seguinte, 1998, FHC se tornou o primeiro presidente reeleito da história do Brasil.

Após três derrotas sucessivas em eleições presidenciais, o Partido dos Trabalhadores venceu o pleito de 2002. Luiz Inácio Lula da Silva, metalúrgico e líder sindical, assumiu a presidência da República em 1º de janeiro de 2003. Tratava-se de um marco na história do Brasil, um acontecimento, o primeiro operário a ocupar o mais alto cargo do poder executivo do país. Lula manteve aspectos da política econômica de FHC, honrando os compromissos e acordos internacionais, manteve a estabilidade da moeda, a inflação sob controle e lançou importantes programas sociais, alcançando grandes índices de popularidade.

Entretanto, em 2005, o Partido dos Trabalhadores foi atingido pelo primeiro grande escândalo de corrupção, o “Mensalão”. Em entrevista ao Jornal *Folha de São Paulo*, o então deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) denunciou um complexo esquema de corrupção, que se dava “mediante pagamento de uma mesada a partidos e líderes da base aliada do governo de Lula, para captação de apoio nas votações de projetos legislativos de interesse do governo” (MACHADO, 2013). Como analisa Machado (2013, p.14):

Com a instauração da Ação Penal n.º 470/2007 pelo STF, em 12/11/2007, foram, ao final, denunciadas 38 pessoas, dentre parlamentares, dirigentes partidários e seus assessores e terceiros envolvidos no esquema. Entre 02/08 e 17/12/2012, o STF condenou 25 dos 38 indiciados pelo cometimento de diversos crimes conexos, por concurso material, tais como formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, peculato, gestão fraudulenta de instituição financeira e evasão de divisas, dentre os quais os principais dirigentes nacionais do PT na época da sua denúncia, como José Dirceu (ex-Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República), José Genoíno (ex-presidente do PT) e Delúbio Soares (ex-tesoureiro do PT).

Embora tenham abalado a gestão, as denúncias de corrupção envolvendo sujeitos ligados ao governo não foram suficientes para derrubar a popularidade do então presidente, e o petista foi reeleito nas eleições de 2006. Nas eleições presidenciais de 2010, o Partido dos Trabalhadores se manteve no poder. Apoiada por Lula, Dilma Rousseff foi eleita presidente da República – novo fato inédito na história do Brasil, a primeira mulher a ocupar a cadeira presidencial do país, um acontecimento discursivo, como discutido na subseção 1.1 deste trabalho, com base em Fonseca-Silva (2012). A esse respeito, a autora analisa que, “na circulação-confronto de formulações sobre o acontecimento da noite de 31 de outubro de 2010 a mídia deslizou o sentido da participação de Dilma nos movimentos clandestinos, na militância contra o regime militar” (p. 203). Se antes o histórico de militância de Dilma era discursivizado

pela mídia de modo a produzir um efeito-sentido negativo em relação à candidata, com o intuito de impedir o acontecimento, depois do resultado da eleição de 2010 outros sentidos começaram a circular.

O sentido aparentemente estabilizado em que Dilma era apresentada pela mídia como subversiva e terrorista, deslizou-se para o sentido em que Dilma Rousseff, a primeira mulher presidente do Brasil, é apresentada como mulher destemida, líder, de personalidade forte, de estilo polêmico e combativo, responsável e comprometida com o Brasil, requisitos que lhe permitiram chegar ao mais alto cargo do Poder Executivo (FONSECA-SILVA, 2012, p. 204-205).

Em 2013, no entanto, ocorreu um movimento que abalou a credibilidade do governo e do partido, que já estava fragilizado em decorrência de escândalos de corrupção, como Mensalão e a Operação Lava Jato. Um ano antes de novas eleições para presidente da República, as ruas foram tomadas por populares que protestavam, inicialmente, contra o aumento do preço das passagens dos transportes coletivos. Os protestos ocorreram primeiramente em São Paulo e depois se alastraram pelo Brasil, incorporando outras reivindicações: protestos contra a Copa das Confederações Fifa de 2013, contra gastos com a Copa do Mundo Fifa de 2014, contra corrupção, entre outras. Os encontros eram organizados e agendados através das redes sociais e tiveram entre seus organizadores integrantes do Movimento Passe Livre (MPL).

As “Manifestações de julho de 2013”, como ficaram conhecidas, foram uma das maiores manifestações populares da história política do país. O movimento se conclamava como apartidário, mas foi o marco inicial de uma série de fatos que iriam mudar a configuração política do país. Segundo Brito (2016):

As manifestações de junho de 2013 e os escândalos de corrupção política que apareceram nos 12 anos de governo do PT, em especial, o escândalo do Mensalão e escândalo da Operação Lava Jato, que coincidiram com o período eleitoral das Eleições Presidenciais de 2006 e 2014, respectivamente, contribuíram para que ocorresse uma acentuada queda da popularidade da presidenta da República Dilma Rousseff (PT) (BRITO, 2016, p.14).

As eleições de 2014 refletiram a divisão do país, e Dilma Rousseff foi reeleita, no segundo turno, em uma das mais acirradas vitórias nas eleições presidenciais da história do Brasil. A diferença entre os candidatos Aécio Neves do PSDB e Dilma Rousseff do PT foi de 3,28 % dos votos. Sobre isso, manifesta-se Brito (2016):

[...] nas Eleições de 2014, o efeito de divisão que já se mostrava em eleições presidenciais anteriores, desde 1989, foi atualizado, reconfigurado e massificado pelas novas mídias, em nosso caso de análise, o *Facebook*. A grande quantidade de internautas no Brasil, no ano de 2014, e a polarização política entre os candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves, contribuiu para uma grande repercussão das Eleições presidenciais de 2014. Nessa repercussão, o acontecimento, isto é, o fato novo, ou a atualidade do efeito de divisão, que surge nas eleições de 2014 é a divisão do Brasil entre duas posições-sujeito de eleitor: petista e antipetista que produziram/produzem efeito de ataque e de contra-ataque com ofensas discriminatórias recíprocas (BRITO, 2016, p. 80).

Desde então, o governo Dilma passou por várias crises. Já em 2015, novas manifestações ocorreram. O movimento mantinha algumas pautas das “Manifestações de julho de 2013”, fazendo críticas ao governo e saindo em defesa da “Operação Lava Jato”. Somaram-se, a esse quadro, as duras críticas realizadas, tanto pela oposição, quanto pela base aliada, em relação às medidas econômicas adotadas pelo ministro da Fazenda Joaquim Levy. O momento era de conflito e o governo sofria com os reflexos desse cenário.

Em 2015, Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal protocolam um pedido de *Impeachment* contra Dilma Rousseff, sob a acusação de prática de “pedaladas fiscais” e o pedido foi acolhido pelo então presidente da Câmara de Deputados Eduardo Cunha (PMDB). Segundo Costa (2018),

[...] a aceitação do pedido de *Impeachment* foi considerada pelo PT medida de retaliação, visto que, no mesmo dia, os deputados do partido anunciaram que votariam contra Eduardo Cunha, em processo por quebra do decoro parlamentar que estava em trâmite no Conselho de Ética da Câmara (COSTA, 2018, p. 23).

A Sessão Extraordinária para julgamento do *Impeachment* ocorreu de 25 a 31 de agosto de 2016 e, com um placar de 61 votos favoráveis e 20 contrários, o Senado aprovou em plenário a perda do mandato de Dilma Rousseff. O então vice-presidente Michel Temer (PMDB) assumiu a Presidência para concluir o mandato da chapa Dilma/Temer. Na eleição presidencial seguinte, em 2018, Jair Bolsonaro foi eleito o novo presidente da República, assumindo o cargo em 1º de janeiro de 2019. Consolidou-se, assim, a saída do Partido dos Trabalhadores da cadeia presidencial, após quatro mandatos consecutivos, sendo o último interrompido pelo *impeachment*.

Realizado o percurso histórico, que possibilitou a compreensão das determinações que caracterizaram os processos discursivos materializados nas capas das edições de *Veja* que foram

tomadas como sequências discursivas para análise neste trabalho, a próxima subseção será destinada a descrever a maneira como o trabalho está organizado.

1.4 Organização dos capítulos

O trabalho está organizado em quatro capítulos. Este primeiro, a **Introdução**, é composto por quatro itens. No item **1.1 Estado de arte: pesquisas desenvolvidas**, apresentamos alguns dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do GPADis, que têm por fio condutor a temática da corrupção, mostrando como esses trabalhos dialogam entre si e como contribuem para a construção deste estudo. Apresentamos também considerações sobre a pergunta, hipótese e objetivos deste trabalho. No item **1.2 Considerações sobre o percurso teórico-metodológico**, discorremos sobre o processo de constituição do *corpus*, o percurso metodológico e teórico utilizado na pesquisa. No item **1.3 Considerações sobre o objeto**, realizamos um percurso histórico da trajetória do Partido dos Trabalhadores com o intuito de mostrar as condições de produção do discurso, o que contribuiu para descrição das materialidades analisadas no trabalho, nos capítulos 2, 3 e 4. E, no item **1.4 Organização dos capítulos**, descrevemos como o trabalho está dividido.

No segundo capítulo, intitulado **O Partido dos Trabalhadores da posição-sujeito vilão para a posição-sujeito herói**, analisamos o funcionamento discursivo do Partido dos Trabalhadores na posição-sujeito vilão e na posição-sujeito herói e verificamos o processo de transição de uma posição a outra em capas de edições de *Veja* que circularam entre os anos de 1979 e 2002. No item **2.1 Considerações iniciais**, apresentamos as considerações iniciais do capítulo. No item **2.2 Posição-sujeito vilão**, tratamos do funcionamento discursivo do PT na posição-sujeito vilão. No item **2.3 Posição-sujeito herói**, tratamos do funcionamento discursivo PT na posição-sujeito herói. E no item **2.4 Considerações finais**, apresentamos as considerações finais do capítulo.

No terceiro capítulo, **O Partido dos Trabalhadores entre a posição-sujeito herói e a posição-sujeito vilão**, analisamos o funcionamento discursivo do Partido dos Trabalhadores na posição-sujeito herói e na posição-sujeito vilão e verificamos o processo de transição de uma posição a outra em capas de edições de *Veja*, que circularam entre os anos de 2003 e 2006. No item **3.1 Considerações iniciais**, apresentamos as considerações iniciais do capítulo. No item **3.2 Posição-sujeito herói**, tratamos do funcionamento discursivo do PT na posição-sujeito herói. No item **3.3 Posição-sujeito vilão**, tratamos do funcionamento discursivo PT na posição-

sujeito vilão. E no item **3.4 Considerações finais**, apresentamos as considerações finais do capítulo.

No quarto capítulo, **O Partido do Trabalhadores na posição-sujeito vilão em declínio**, analisamos o funcionamento discursivo do Partido dos Trabalhadores na posição-sujeito vilão em declínio, em capas de edição de *Veja*, que circularam entre o anos de 2007 e 2018. No item **4.1 Considerações iniciais**, apresentamos as considerações iniciais do capítulo. No item **4.2 Posição-sujeito vilão em declínio**, tratamos do funcionamento discursivo do PT na posição-sujeito vilão em declínio. E no item **4.3 Considerações finais**, apresentamos as considerações finais do capítulo.

Os capítulos dois, três e quatro se diferenciam pelo recorte temporal analisado. Essa divisão foi realizada a partir da análise das materialidades que apontaram para processos de construção e desconstrução do Partido dos Trabalhadores em *Veja*, em que ora o partido foi convocado a ocupar a posição-sujeito herói, ora a posição-sujeito vilão. Nesse sentido, cada capítulo diz respeito a um processo de transição entre essas posições na trajetória do partido, discursivizada pelas capas do semanário.

2 O PARTIDO DOS TRABALHADORES DA POSIÇÃO-SUJEITO VILÃO PARA A POSIÇÃO-SUJEITO HERÓI

2.1 Considerações iniciais

Ao examinar a trajetória do Partido dos Trabalhadores pelas capas de *Veja*, verificamos que o partido passou por momentos de construção e desconstrução nos períodos históricos investigados na pesquisa, a saber, 1979 a 2002, 2003 a 2006, e 2007 a 2018. Nesse sentido, a fim de confirmar ou refutar a hipótese levantada no projeto de pesquisa, as discussões que serão apresentadas nos Capítulos 2, 3 e 4 foram resultado da análise do funcionamento discursivo do Partido dos Trabalhadores nas posições-sujeito herói e vilão nas capas de *Veja*, em edições que circularam entre os anos de 1979 e 2018.

Neste capítulo, serão analisadas capas de edições de *Veja* que discursivizam sobre o Partido dos Trabalhadores ou os sujeitos políticos ligados ao partido e que foram postas em circulação entre os anos de 1979 e 2002. O marco inicial e final do recorte diz respeito, respectivamente, à primeira capa em que Luiz Inácio Lula da Silva aparece, antes mesmo da fundação oficial do partido, e o ano em que o petista venceu as eleições presidenciais, em 2002, após três derrotas consecutivas em pleitos que ocorreram depois do regime civil-militar.

Nesse sentido, as capas que tratam do ex-presidente, mesmo que, inicialmente, não o relacionem diretamente ao partido, constituem materialidades para análise, pois que, discursivamente, Lula quase se confunde com o PT, como analisaram Barbosa (2014), Barbosa, Fonseca-Silva e Ventura (2017) e Conceição (2018).

Neste capítulo, analisamos o funcionamento discursivo do Partido dos Trabalhadores na posição-sujeito vilão e na posição-sujeito herói e verificamos o processo de transição de uma posição a outra em capas de edições de *Veja*. Este, por sua vez, se subdivide em três partes: a 2.2, que trata do funcionamento do PT na posição-sujeito vilão; a 2.3, que trata do PT na posição-sujeito herói; e a 2.3, em que apresentamos as considerações finais do capítulo.

2.2 Posição-sujeito vilão

A capa da edição Nº 551 de *Veja*, datada de 28 de março de 1979, apresenta, pela primeira vez, a figura de Luiz Inácio Lula da Silva, o “Lula”, como é conhecido. O Partido dos Trabalhadores ainda não havia se instituído de fato, mas o grupo que o compunha já estava organizado e a mobilização para sua fundação já estava formada. Lula, nascido Luiz Inácio da

Silva, um dos principais líderes do partido, atuava nos Sindicatos do ABC e foi uma das lideranças das greves daquela região. E é tomando as greves do ABC como plano de fundo que as três primeiras capas de *Veja* dedicadas a ele vão aparecer.

Figura 1 - Capa edição *Veja*, 551, 28/03/1979



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Na capa dessa edição, o então sindicalista aparece com o semblante sisudo, cabeça baixa, testa levemente franzida e barba grande. Ele está cercado por pessoas, entre elas um policial, que se destaca em relação aos demais na imagem. No canto direito, na parte inferior da imagem, a chamada principal traz a formulação linguística “GREVE, IMPASSE E A QUEDA DE LULA” e, em seguida, “CONFRONTO NO ABC”, destacada com letras maiúsculas e fonte maior. As formulações linguísticas estão escritas com letras na cor amarela sobre uma tarja preta. Somados os elementos da imagem e da formulação linguística, *Veja* apresenta, nessa trilogia, uma narrativa sobre as greves do ABC, marcando o episódio e seus personagens.

Na formulação linguística, “GREVE, IMPASSE E A QUEDA DE LULA” (fonte menor) “CONFRONTO NO ABC (fonte maior e em caixa alta)”, os substantivos “impasse” e “confronto” demarcam a existência de um conflito entre pelo menos dois personagens, que, no contexto, podem ser: governo *versus* grevistas ou governo *versus* Lula. Nesse cenário,

grevistas e Lula estão em um lado da situação de conflito, e o governo, no outro. Isso é reforçado por meio da materialidade não verbal presente na capa: os grevistas aparecem representados por Lula, e o governo, pela polícia. As materialidades analisadas da capa produzem um efeito-sentido de embate e conflito.

Nesse período, como mostramos no item 1.3, o Brasil vivia sob o regime civil-militar, que proibia greves e manifestações, considerando movimentos dessa natureza ilegais. Assim, tendo em vista o contexto social da época e o cenário apresentado na capa, é possível afirmar que, nessa situação de conflito Lula/grevistas *versus* governo, na discursivização de *Veja* sobre as greves do ABC, Lula representa a ilegalidade, e o governo figura como a legalidade. Portanto, em um contexto de confronto entre governo e grevistas/Lula, “A QUEDA DE LULA” pode significar o “fim da greve”. “Lula” e “greve” encontram-se, portanto, em relação de paráfrase.

As duas outras edições com essa temática foram publicadas em abril de 1980 e março de 1981. A segunda capa, a edição Nº 605, de abril de 1980, apresenta a imagem de Lula discursando para os grevistas, seus traços aparecem acentuados e a boca, aberta. No canto inferior da página, sobre uma tarja vermelha, a chamada apresenta, em letras maiúsculas e na cor branca, a seguinte formulação linguística “LULA, O GOVERNO E A GREVE”, em letras menores, e “O PREÇO DA INTRANSIGÊNCIA”, em tamanho maior.

Figura 2 - Capa edição *Veja*, 605, 09/04/1980



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A foto selecionada para estampar a capa da edição 605 de *Veja* traz Lula discursando. No momento da captura da imagem, a boca do petista aparece aberta, os traços aparecem acentuados e os dedos aparecem em riste. O gesto de colocar o dedo em riste retoma uma memória relacionada ao ato de ordenar ou até mesmo de desafiar. Nesse sentido, a expressão e o posicionamento das mãos, como estão na foto, somados à formulação linguística em destaque “O PREÇO DA INTRANSIGÊNCIA” produzem efeitos-sentido de agressividade, autoritarismo e radicalismo.

A camisa com que Lula está vestido na foto apresenta um balãozinho onde se lê a formulação linguística “HOJE EU NÃO TOU BOM”. Dizer que não está bom reforça os sentidos de intransigência e de agressividade em relação a Lula/grevistas, além de produzir efeito-sentido de falta de capacidade ou vontade para o diálogo por parte de Lula e dos grevistas para com o governo.

Na materialidade linguística “LULA, O GOVERNO E A GREVE”, seguida de “O PREÇO DA INTRANSIGÊNCIA”, o substantivo “intransigência”, no final da formulação, embora não esteja diretamente atrelado a Lula, ao governo ou à greve, cola-se a Lula e à greve, uma vez que a foto é do petista e ele é novamente apresentado como o rosto do movimento grevista. Nesse sentido, há relações imagéticas que, atreladas às formulações linguísticas,

produzem o efeito de que a intransigência é do movimento grevista que tem em Lula sua personificação.

A terceira capa, por sua vez, apresenta Luiz Inácio Lula da Silva de forma a ligá-lo ao Partido dos Trabalhadores. A edição Nº 652, de março de 1981, traz uma foto de Lula com expressão preocupada sobre um plano de fundo preto, acompanhada da formulação linguística “CONDENADO” na cor azul e destacada em letras maiúscula, sobre um fundo branco no canto direito e inferior da página. No canto esquerdo, em letras de tamanho reduzido, a descrição “Luiz Inácio da Silva (Lula), presidente do PT”.

Figura 3 - Capa edição *Veja*, 652, 04/03/1981



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A capa desta edição de *Veja* faz referência à condenação de Lula, sentenciado a três anos e meio de prisão pela participação nas greves do ABC. O tempo de prisão, no entanto, foi de trinta e um dias. O termo “CONDENADO”, da forma como está colocado na discursivização da revista, estabelece uma relação discursiva entre condenação e culpa, produzindo o efeito de um Lula fora-da-lei, portanto, vilão. Nesse sentido, se Luiz Inácio Lula da Silva é um infrator, e ele é presidente do PT, logo, o efeito-sentido de desrespeito às leis cola-se também ao partido. Além do petista, outros integrantes do movimento grevista foram condenados, entretanto é Lula

que aparece novamente como o rosto da greve. Os tons escuros da capa produzem um efeito-sentido de ilegalidade, de agir nas sombras e reforçam o sentido de desrespeito às leis.

Como exposto, na subseção 1.2.2, segundo Pêcheux (1983), o sujeito do discurso é um sujeito-estrutura, ou seja, não se trata do sujeito pragmático, mas de lugares (posições) determinados na estrutura social, que podem ser ocupadas por qualquer indivíduo. O discurso, portanto, deve ser entendido como efeito-sentido entre posições-sujeito em determinada estrutura social.

As análises das materialidades mostram que os efeitos-sentido produzidos nas capas em relação às greves do ABC e a Lula são de agressividade, autoritarismo e desrespeito às leis. Na capa ilustrada na Figura 1, observamos um efeito-sentido de conflito entre greve/grevistas/Lula e o governo, entre a ordem, personificada no policial, que é um representante do governo, e a desordem, personificada na figura de Lula. Na capa ilustrada na Figura 2, a materialidade analisada produz efeitos-sentido de agressividade, autoritarismo e radicalismo em relação à greve, grevistas e Lula. Na capa ilustrada na Figura 3, por sua vez, a materialidade analisada produz um efeito-sentido de desrespeito às leis, relacionado à greve, grevistas e Lula e também ao Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, Lula e, por consequência, o seu recém-criado partido se aproximam da posição-sujeito vilão. O vilão, nas materialidades analisadas, representa a desordem, a agressividade, o radicalismo, o autoritarismo e o desrespeito às leis.

As análises mostram também que Lula/movimento grevista e Lula/PT ocupam uma mesma posição-sujeito, ao passo que a posição-sujeito ocupada pelo governo é diferente. Trata-se, na discursivização de *Veja*, de uma relação de ordem *versus* desordem, em que o governo representa a ordem e greve/Lula/grevistas a desordem.

No período correspondente aos anos de 1982 a 1988, o número de capas de edições de *Veja* que discursivizam sobre o Partido dos Trabalhadores ou sujeitos políticos relacionados ao partido foi pequeno. Apenas três edições foram veiculadas pela revista: uma em 1985 e duas em 1988. Em 1985, foi publicada a primeira edição de *Veja* em que figura o Partido dos Trabalhadores na capa como chamada principal. Todas as edições apresentam Lula às greves do ABC. Nessa última capa, no entanto, além de aparecer ligado às greves Lula também aparece vinculado ao seu recém-formado partido. Entretanto, o partido não era a pauta, ou seja, não era o assunto principal apresentado na capa e, por consequência, na matéria de capa.

A edição Nº 903, datada de 25 de dezembro de 1985, é a primeira em que o Partido dos Trabalhadores aparece em destaque. Após quatro anos de fundação, o partido ganha uma matéria de capa com mais de dez páginas. É importante demarcar, no entanto, que, mesmo ao

ganhar ênfase como partido, este não se distanciou ou se separou de Lula. Ao lado da inscrição “O PT CRESCE E AGITA”, aparece a imagem do petista.

Figura 4 - Capa edição *Veja*, 903, 25/12/1985



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A capa da edição Nº 903 traz sobre um plano de fundo vermelho e, no canto direito e inferior da página, a formulação linguística “O PT CRESCE E AGITA”, destacada em letras maiúsculas e na cor branca. Ao lado da formulação linguística, há a imagem de Luiz Inácio Lula da Silva, um dos líderes do partido. A cor vermelha presente no plano de fundo da capa, cor da bandeira do Partido dos Trabalhadores, retoma uma memória relacionada ao comunismo, ao socialismo e à chamada esquerda revolucionária, associando-a ao partido. À época, segundo dados da própria edição da revista, o PT contava com 320.000 filiados, com previsão de chegar a 1 milhão no ano seguinte da publicação, 1986, o que justifica a formulação da capa “O PT CRESCE”.

A forma verbal “agita”, presente na materialidade linguística “O PT CRESCE E AGITA”, produz, na discursivização de *Veja*, um efeito-sentido de movimento. Nesse contexto, o Partido dos Trabalhadores cresce e movimenta o cenário político, inquietando os adversários. À época, quem comandava o país era o PMDB de José Sarney. O Brasil estava no período de

abertura política e o que se buscava era um processo de transição sem grandes rupturas do regime militar para o regime democrático. Segundo a matéria de capa dessa edição, para o governo, o crescimento do PT representava uma inquietação, uma vez que, em caso de uma possível vitória na eleição presidencial seguinte, o partido simbolizava uma ruptura. Nesse sentido, no que se refere ao governo e aos militares, o PT ocupava uma posição-sujeito marcada pelo radicalismo e pela subversão, motivo pelo qual o partido agita. A forma “agita”, portanto, encontra-se em relação de paráfrase com agitação, agitador e produz um efeito-sentido do partido como agitador das massas, o que, por sua vez, pode deslizar para baderneiro e arruaceiro.

As duas capas seguintes, publicadas em 1988, trazem como pauta as eleições diretas de 1988 (edição Nº 1010 de 13 de janeiro) e noticiam a eleição de Luiza Erundina (PT) para ocupar o cargo de prefeita de São Paulo (edição Nº 1055 de 23 de novembro de 1988). O ano seguinte, 1989, é marcado pelo retorno de eleições diretas para presidente da República, após o golpe civil-militar de 1964. A campanha, ocorrida nesse ano, girava em torno dos candidatos: Fernando Afonso Collor de Mello (PRN), Leonel Brizola (PDT), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Paulo Maluf (PDS) e Mario Covas (PSDB).

Figura 5 - Capa edição *Veja*, 1095, 06/09/1989



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Nesse contexto, *Veja* publica a primeira capa sobre o Partido dos Trabalhadores ou sujeitos políticos ligados ao partido em eleições presidenciais e na condição de candidato. Lula já era um nome conhecido, tendo em vista seu histórico como sindicalista e a atuação na fundação do Partido dos Trabalhadores. O candidato, que havia se tornado líder sindical aos 25 anos e deputado federal aos 41 anos, buscava a cadeira presidencial. A edição Nº 1095, de 06 de setembro de 1989, apresenta como plano de fundo a bandeira do partido e, sobre a bandeira, uma foto de Lula com o punho cerrado. Do lado esquerdo da página, a chamada principal com a formulação linguística “O CANDIDATO OPERÁRIO”, destacada em letras maiúsculas e na cor branca. Em seguida, separada por uma linha amarela, a formulação “A dura jornada de Lula na sucessão”, em letras minúsculas também na cor branca.

O braço levantado com o punho cerrado é uma saudação muito utilizada para expressar unidade, força, desafio ou resistência. Esse gesto ficou conhecido também como um símbolo dos Panteras Negras. Fundado em outubro de 1966, o grupo surgiu com o objetivo inicial de patrulhar os bairros de maioria negra para proteger os moradores contra a violência policial e defendia a resistência armada, se necessário, contra a opressão dos negros. O grupo chegou a ter 2 mil membros, espalhados pelo EUA, e escritórios nas principais cidades do país. Tempos depois, os próprios líderes do Panteras Negras renunciariam a formas de manifestação violentas, e os seus integrantes passaram a se dedicar a serviços de assistência social nas comunidades negras. A organização foi oficialmente dissolvida no início dos anos 1980²⁵.

A foto do então candidato nessa posição, associada à bandeira do partido ao fundo e o próprio histórico de Lula relacionado às greves do ABC retomam uma memória de luta e a relaciona ao PT. Nesse sentido, as materialidades presentes na capa produzem um efeito-sentido de luta e embate. A relação entre Lula e o Partido dos Trabalhadores é retomada; logo, esses sujeitos continuam a ocupar a mesma posição-sujeito.

A formulação linguística “O CANDIDATO OPERÁRIO” remete à origem de Lula, na condição de operário e líder sindical, e também a parte de seu eleitorado, composto pela classe trabalhadora. O adjetivo “dura”, presente na formulação linguística “A dura jornada de Lula na sucessão”, sugere as dificuldades enfrentadas pelo candidato, que não apresenta o perfil da maioria dos candidatos e encara problemas para agradar ricos e pobres, uma vez que, segundo a revista, seus projetos sugerem mudanças que dividem e assuntam o eleitorado. Se Lula/PT dividem o eleitorado, eles não podem comprimir o papel de unificar a sociedade e, por esse

²⁵ NAVARRO, Roberto. Quem foram os Panteras Negras? **Super Interessante**. São Paulo: Editora Abril, 2011. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quem-foram-os-panteras-negras/>. Acesso em: 08 mar. 2020.

motivo, geram caos social, o que produz o efeito-sentido de divisão do Brasil. Esses ditos produzem o sentido de que o PT/Lula é (são) vilão/vilões.

Esse efeito de divisão do país foi discutido na subseção 1.1 deste trabalho subsidiado pelo estudo realizado por Brito (2016), que analisa o efeito de divisão do Brasil por classe social desde as eleições de 1989. Nesse sentido, ao discursivizar Lula como “O CANDIDATO OPERÁRIO”, a revista estabelece ao lado de qual classe social Lula está. Tais questões são retomadas por *Veja* em outras edições como veremos a seguir.

Foram para o segundo turno da eleição de 1989 os candidatos Fernando Afonso Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Diferentemente dos demais candidatos, Collor não era um nome em destaque no cenário político até poucos anos antes de sua candidatura, muito embora já tivesse uma carreira política.

A edição Nº 978 da revista *Veja*, datada de 03 de junho de 1987, discute, na matéria intitulada “A cara do poder”, o perfil ideal para o presidente da República, segundo a opinião do eleitorado. O perfil foi montado com base em dados de uma pesquisa realizada pela agência de publicidade *Talent*, com uma amostra de 230 entrevistados, pertencentes a todos os estratos sociais. Os resultados dessa pesquisa mostraram que, entre outras características, o candidato ideal seria branco, de meia-idade, rico, religioso, casado e faria uso de trajes sociais. Nesse sentido, segundo Santos (2016),

Não é difícil perceber que Collor preenchia esses requisitos. Bastava, portanto, apresentá-lo ao seu “público-alvo”. Ocorre que nem todo o eleitorado avalia o candidato de maneira tão superficial. Era necessário agregar a essa imagem outras qualidades, entre as quais avulta a competência administrativa e a conduta ética, virtudes tão escassas naqueles tempos, conforme o excesso de memória se empenhava em reafirmar. É seguindo essa lógica que se introduz a discursivização sobre Collor (SANTOS, 2016, p. 56).

Ainda segundo Santos (2016), a mídia exerceu papel importante na construção da imagem de Collor. Ao examinar a narrativa construída por *Veja* sobre o político, o autor constatou que, nas reportagens veiculadas pelo semanário, a trajetória de Fernando Collor é discursivizada em quatro momentos. O primeiro deles marcado pela construção da imagem do sujeito político, de modo a introduzi-lo no cenário político nacional, caracterizando-o “como uma liderança jovem e destemida, disposta a combater o marajonato e a velha classe política que os mantém, suprimindo seus privilégios” (SANTOS, 2016, p. 16). Nessa primeira fase, “ele é apresentado como o político que dispõe das qualidades necessárias para liderar o Brasil,

consolidando o processo de redemocratização e conduzindo a nação para uma era de modernidade” (SANTOS, 2016, p. 16).

Nesse contexto, a capa da edição Nº 1106, de 22 de novembro de 1989, apresenta a imagem dos dois candidatos, Collor e Lula, sobre o plano de fundo preto, com os rostos posicionados frente a frente. Na parte superior das imagens as formulações linguísticas “Agora, o combate que decide a sorte do Brasil” e, separada por uma linha vermelha, “PRESIDENTE COLLOR OU PRESIDENTE LULA”.

Figura 6 - Capa edição *Veja*, 1106, 22/11/1989



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

O modo como os rostos dos candidatos está disposto na página de capa, frente a frente, retoma uma memória relacionada às lutas profissionais. Trata-se de uma disposição de imagens muito utilizada em divulgações desse tipo de luta, o que produz efeito-sentido de embate. O substantivo “combate” e a forma verbal “decide”, presentes na construção “Agora, o combate que decide a sorte do Brasil”, reforçam esse sentido, uma vez são palavras que remetem ao campo semântico da luta.

Em “PRESIDENTE COLLOR OU PRESIDENTE LULA” a conjunção “ou” indica exclusão, não podendo os dois sujeitos políticos, Collor e Lula, ocuparem a mesma posição-

sujeito. Nesse sentido, a conjunção funciona não só para demarcar que os sujeitos ocupam posições diferentes, mas também para reforçar o efeito-sentido de embate entre esses sujeitos políticos.

Nessa mesma formulação linguística, o nome de Collor vem antes do de Lula, ordem de colocação que também aparece na imagem da capa, o que reforça o efeito-sentido de protagonismo de Collor. Na divulgação de lutas profissionais, essa ordem é usada para marcar o desafiado e o desafiador, respectivamente. O desafiado é alguém que já possui títulos ou venceu certo número de embates, e o desafiador busca vencê-lo para substituí-lo e passar a ocupar o lugar de vencedor. Assim, nessa capa de *Veja*, Collor aparece discursivizado como o desafiado, o vencedor, enquanto Lula é o desafiante.

O número seguinte de *Veja*, edição Nº 1107, datada de 29 de novembro de 1989, dedica a capa ao candidato do PT. Sobre um plano de fundo preto, a foto de Lula com expressão séria aparece no canto esquerdo da página, no lado das formulações “LULA E O CAPITALISMO”, destacada em letras maiúsculas e na cor branca, e “As mudanças que o PT promete dividem o Brasil”, em letras minúsculas também na cor branca.

Figura 7 - Capa edição *Veja*, 1107, 29/11/1989



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A capa dessa edição do semanário trata de uma questão que é um ponto de pauta importante em eleições presidenciais, a economia, aspecto que desperta interesse em grande parte do eleitorado. O Partido dos Trabalhadores originou-se de grupos heterogêneos, formados por membros do novo sindicalismo, da igreja progressista e de remanescentes de grupos da luta armada, com influência da chamada esquerda revolucionária, do socialismo e do trotskismo. Nesse sentido, tendo em vista o conceito de formação do partido, a formulação linguística “LULA E O CAPITALISMO”, seguida de “As mudanças que o PT promete dividem o Brasil” produz um efeito-sentido de dúvida em relação à capacidade do partido em lidar como modelo econômico capitalista. Na construção “LULA E O CAPITALISMO”, o conectivo “e” funciona não como adição, mas como um elemento adversativo, estabelecendo uma relação antagônica entre Lula e o Capitalismo e entre Lula e tudo aquilo que o capitalismo representa na discursivização de *Veja*, o emprego, a economia das famílias, a estabilidade financeira, a ordem. Nesse sentido, essa relação pode produzir outros deslocamentos, engendrando oposição, por exemplo, Lula e o emprego, Lula e a economia das famílias, Lula e a estabilidade financeira, Lula e a ordem, e afins.

Em *Veja*, no período analisado nesta subseção, a memória do PT como partido “revolucionário”, “socialista” e das “massas” é retomada e atualizada. Essas características, no entanto, aparecem produzindo efeito-sentido negativo. A formulação “As mudanças que o PT promete dividem o Brasil” produz um efeito-sentido de divisão do país, o que é negativo, uma vez que o apoio popular é importante, primeiro, para eleição de um candidato e, depois, para a manutenção do mandato. Essa divisão produz efeito-sentido negativo em relação às mudanças propostas pelo partido. Ou seja, as mudanças prometidas, por provocarem uma divisão e não serem aceitas por uma parcela significativa da população, são vistas como negativas.

O plano de fundo escuro, a imagem sombreada e a expressão séria de Lula, associados às formulações linguísticas presentes na capa dessa edição, produzem efeitos-sentido de medo e ameaça. A maneira como esses elementos linguísticos e imagéticos estão dispostos colocam Lula/PT como uma suposta ameaça ao país.

A partir das capas analisadas, tomando como base as discussões realizadas por Santos (2016) a respeito da discursivização de Collor em *Veja*, é possível afirmar que, nas materialidades produzidas pelo semanário em relação às eleições presidenciais de 1989, Collor aparece como protagonista, enquanto Lula figura como antagonista. Collor é discursivizado como uma liderança jovem e destemida, disposta a combater o marajato e a velha classe política, suprimindo privilégios (SANTOS, 2016), ao passo que Lula é discursivizado, nas capas das edições de *Veja*, como grevista (ou ex-grevista), intransigente, radical e com uma

capacidade duvidosa de governar, portanto, uma opção insegura para ocupar o mais alto cargo do poder executivo do Brasil. Collor é o mocinho, o candidato adequado, cabendo a Lula, o candidato inadequado, o papel de vilão.

Depois de ser derrotado no segundo turno por Fernando Collor (PRN), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) volta a concorrer como candidato à Presidência nas eleições de 1994. Nesse ano, *Veja* publicou duas edições que discursivizavam sobre o Partido dos Trabalhadores na capa. A edição N° 1344, de 15 de março de 1994, trazia a estrela do PT em destaque no centro da página, nas cores vermelho e branco. Dentro da estrela, estava a sigla do partido, também na cor branca e em letras maiúsculas. Sobre um plano de fundo amarelo, uma mão segurava a estrela, abaixo dela a formulação linguística “POR QUE O PARTIDO DE LULA BRILHA E ASSUSTA”.

Figura 8 - Capa edição *Veja*, 1344, 15/06/1994



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Se, por um lado, a forma verbal “brilha” produz um efeito-sentido positivo a respeito do partido, por outro, a forma verbal “assusta”, que vem logo em seguida, pode produzir dois efeitos distintos. No primeiro, embora “brilhe”, o partido ainda é uma opção que “assusta”, em razão das bases ideológicas e do histórico de luta; portanto, ainda desperta desconfiança do eleitorado, produzindo efeito-sentido negativo. No segundo, por sua vez, a forma verbal “assusta” permite uma segunda interpretação, a de que o partido assusta os oponentes. Partindo

dessa segunda interpretação, se o partido pode “assustar” os oponentes é porque representa um perigo à vitória deles. Tais funcionamentos, entretanto, não necessariamente se excluem, mas parecem funcionar juntos nessa capa da edição de *Veja*.

Sintaticamente o verbo assustar precisa de um argumento interno; nesse contexto, a questão que se coloca é quem o PT assusta, ou seja, quem pode ocupar o lugar de argumento interno desse verbo. Nas capas analisadas até o momento, o PT pode assustar os eleitores, o mercado, os adversários, os ricos. Na construção “o partido de Lula”, observamos o então candidato à Presidência e o PT funcionando na mesma posição-sujeito.

Vimos, nas análises das capas representadas nas Figuras 1, 2 e 3, que Lula e a greve/grevistas do ABC são convocados a ocupar, por *Veja*, uma mesma posição-sujeito, em que são produzidos efeitos-sentido de embate e conflito em relação ao governo, que, por sua vez, ocupa uma posição-sujeito antagônica ao movimento grevista/Lula. Os efeitos-sentido produzidos nas capas de *Veja* em relação a Lula e ao movimento grevista são de autoritarismo, agressividade e desrespeito às leis. Na discursivização sobre as greves do ABC, portanto, o governo aparece como protagonista, ao passo que Lula e greve/grevistas aparecem como antagonistas.

Na Figura 3, o semanário não só atrela a imagem de Lula às greves do ABC, como feito nas edições anteriores, ilustradas nas Figuras 1 e 2, como também a liga ao recém-criado Partido dos Trabalhadores. Dito de outro modo, além de relacionar Lula às greves, como nas duas primeiras edições em que o petista aparece, *Veja* o descreve como presidente do PT, por meio da formulação linguística “Luiz Inácio da Silva (Lula), presidente do PT”.

As capas seguintes, ilustradas nas Figuras 4 e 5, retomam e atualizam uma memória do Partido dos Trabalhadores relacionada à chamada esquerda revolucionária e ao comunismo e, mesmo, às próprias greves do ABC. As capas das edições de *Veja* referentes às eleições de 1989, envolvendo os sujeitos políticos Lula e Collor, discursivizam Collor como candidato adequado para a função de presidente da República, cabendo ao candidato do PT o lugar de candidato inadequado. Observa-se também uma memória de medo e ameaça ligada ao partido que vai se formando e perpassa todas as materialidades analisadas nesta subseção.

Assim, ao analisar o funcionamento discursivo do Partido dos Trabalhadores na posição-sujeito vilão, verificamos que, nas materialidades analisadas nesta subseção, essa posição se constitui por efeitos-sentido de autoritarismo, agressividade, radicalismo, desrespeito às leis, medo e ameaça.

2.3 Posição-sujeito herói

No pleito de 1994, Fernando Henrique Cardoso saiu vitorioso e foi posteriormente reeleito. Na eleição presidencial seguinte, em 1998, o Partido dos Trabalhadores voltou a disputar a cadeira presidencial e novamente lançou Lula como candidato. A edição Nº 1550, datada de 10 de junho de 1998, traz a imagem do petista trajando terno completo, com óculos na mão, cabelo e barba bem aparados, em um campo de futebol. Lula aparece na imagem realizando um movimento futebolístico conhecido como embaixadinha. Ao lado da imagem, no canto direito da capa, estão as formulações linguísticas “LULA ENTRA NO JOGO”, destacada em letras maiúsculas na cor preta e em uma fonte maior, seguida de “Mas será que ele tem chance de ganhar a eleição?”, em letras minúsculas na cor branca e em fonte menor.

Figura 9 - Capa edição *Veja*, 1550, 10/06/1998



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Diferentemente das demais capas analisadas até aqui, nessa edição, Lula se aproxima do perfil do candidato adequado para ocupar a Presidência da República, aos moldes do que foi apresentado por *Veja* na matéria da edição Nº 978, de 03 de junho de 1987, anteriormente descrita, qual seja, branco, de meia-idade, rico, religioso, casado e com traje social. Partindo desse perfil, Lula apresenta, nessa capa, ao menos algumas dessas características. A página

também não exhibe nenhum elemento que retome uma memória relacionada ao radicalismo, à agressividade, ao histórico grevista ou, mesmo, às bases ideológicas da sigla do candidato.

A formulação linguística “LULA ENTRA NO JOGO”, somada à imagem apresentada do então candidato, produz um efeito-sentido de mudança e adaptação. A formulação “Mas será que ele tem chance de ganhar a eleição?”, entretanto, produz um efeito-sentido de dúvida, retomando e atualizando, assim, uma memória quanto à capacidade de adequação do partido ao cargo, caso ganhe a eleição. Nesse contexto, mesmo não trazendo elementos que retomem os efeitos de agressividade, radicalismo, ameaça, entre outros, presentes nas capas anteriormente analisadas, o efeito sentido de dúvida permanece. O verbo “entrar” da manchete principal, por sua vez, reatualiza a memória de um partido/candidato que estava fora do jogo, fora da ordem, fora das regras e que, agora, entra no jogo, o que produz efeitos-sentido de desconfiança e até mesmo de dissimulação e adaptação.

A partir dessa edição, a discursivização de *Veja* sobre o Partido dos Trabalhadores começa a mudar, isto é, o PT passa de antagonista a protagonista, de partido inadequado a adequado, de vilão a herói. Trata-se de um processo sutil e gradativo de construção de Lula e, conseqüentemente, de seu partido, uma vez que estes quase que se confundem nas materialidades analisadas neste capítulo.

A edição Nº 1707, datada de 04 de julho de 2001, traz uma foto de Lula, com a mesma aparência da edição anteriormente analisada. Ao lado da imagem, a formulação linguística “LULA LIGHT”, destacada em letras maiúsculas com fonte maior, e a formulação linguística “Na tentativa de parecer simpático e escapar da quarta derrota, o candidato do PT fala agora em fazer alianças amplas e defender a estabilidade da moeda”, em letras minúsculas e em fonte menor, uma abaixo da outra, na parte direita da página.

Figura 10 - Capa edição *Veja*, 1707, 04/07/2001



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Na formulação linguística “Na tentativa de parecer simpático e escapar da quarta derrota, o candidato do PT fala agora em fazer alianças amplas e defender a estabilidade da moeda”, a construção “na tentativa de parecer simpático” produz um efeito de que o candidato não é simpático, ele tenta ser, mas não o é naturalmente, o que retoma e reforça uma memória do político mentiroso, que “parece ser”, ao invés de “ser”. Maquiavel, em *O Príncipe*, aconselha que “Não é [...] necessário a um príncipe possuir todas essas qualidades, mas apenas que ele pareça possuí-las. Como parecer ser piedoso, fiel humano, íntegro, mas limitando teu espírito nesse ponto, de modo que, se for necessário, tu possas e saibas usar seu contrário”. A esse respeito, Courtine ([1994] 2011, p.119) retoma Maquiavel e, ao tratar do espetáculo político contemporâneo, afirma que “a arte de governar sempre soube tirar proveito da aparência [...] com fins políticos” e, ainda, que “governar foi e permanece sendo saber mostra-se”.

No trecho em destaque “o candidato do PT fala agora em fazer alianças amplas e em defender a estabilidade da moeda”, o advérbio “agora” indica que Lula não estivera disposto a fazer alianças nem se preocupava com a estabilidade da moeda, mobilizando uma memória relacionada ao medo do PT/Lula no que diz respeito a suas propostas econômicas, que, por sua vez, são inscritas em uma memória do conflito: os operários contra o mercado. A construção

produz ainda um efeito de aproximação do candidato em relação ao jogo político, o que reforça a ideia da edição anteriormente analisada de que Lula “entrou no jogo”.

A construção linguística “LULA LIGHT”, por sua vez, produz efeito-sentido de afastamento entre o candidato e o PT, que o relaciona ao radicalismo. Nesse sentido, somadas, as duas formulações linguísticas produzem um efeito-sentido de adequação do candidato ao cargo da Presidência. Assim, a discursivização de Lula nessa edição de *Veja* produz, ao mesmo tempo, um efeito-sentido de afastamento em relação ao radicalismo e aproximação do jogo político, tornando-o, portanto, um candidato adequado. Por outro lado, a formulação conduz ao sentido de político fingido, que muda para se adequar às necessidades do momento político, de modo semelhante ao que aparece na construção “na tentativa de parecer simpático”. Trata-se, dessa forma, do “mesmo” Lula, que adotou uma versão “light” para atender às necessidades políticas do momento.

A edição Nº 1752, de 22 de maio de 2002, primeira capa dedicada ao PT no período das eleições presidenciais de 2002, traz a imagem de Lula no canto direito da página, ao lado da formulação linguística “POR QUE LULA ASSUSTA O MERCADO”, destacada em letras maiúsculas na cor branca. O plano de fundo exibe um gráfico com informações acerca da intenção de votos destinada a Lula naquela eleição e o Risco Brasil, um conceito econômico-financeiro que diz respeito à possibilidade de mudanças no ambiente de negócios do país. O gráfico mostra que o Risco Brasil acompanhava o aumento das intenções de voto do candidato petista, ou seja, ao passo que as intenções de voto a Lula subiam, o Risco Brasil aumentava. Na parte superior da página, em letras maiúsculas na cor verde, a formulação linguística “EMPRESÁRIOS DISPUTAM A AGENDA DO PETISTA”.

Figura 11 - Capa edição *Veja*, 1752, 22/05/2002



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A formulação linguística “POR QUE LULA ASSUSTA O MERCADO”, associada aos dados apresentados pelo gráfico no plano de fundo da capa, produz efeitos-sentido de desconfiança, insegurança e medo em relação ao projeto econômico do candidato petista. Também retoma e atualiza uma memória em relação à maneira como o PT trata a questão econômica e sua capacidade de lidar com o capitalismo, levando em consideração suas bases ideológicas, como mostramos nas análises das edições ilustradas nas Figuras 7 e 10.

Na imagem, Lula aparece com o semblante assustado, o que produz um efeito-sentido de medo. Nesse contexto, “LULA ASSUSTA O MERCADO”, mas também é assustado por ele, uma vez que a questão econômica (o mercado) pode ser um empecilho para sua vitória nas eleições presidenciais. No lado esquerdo da formulação linguística “POR QUE LULA ASSUSTA O MERCADO”, há uma fumaça, um fantasma que assusta, o que remete ao universo do terror e produz um efeito-sentido de mistério e terror.

Observa-se ainda que há uma regularidade discursiva no verbo “assustar”, que também aparece na Figura 8 em “PORQUE O PARTIDO DE LULA BRILHA E ASSUSTA”. Essa regularidade se manifesta tanto na repetição quanto nas relações parafrásticas com outros termos do mesmo campo semântico, que produzem efeitos-sentido de medo e ameaça associados a Lula/PT, a exemplo de “agita” (Figura 4) e “confronto” (Figura 1).

Se, por um lado, a formulação destacada e o gráfico presente na capa produzem um efeito negativo em relação ao partido no que concerne à questão econômica, por outro, a formulação “EMPRESÁRIOS DISPUTAM A AGENDA DO PETISTA” sugere um protagonismo de Lula na corrida presidencial de 2002. A forma verbal “disputam” indica que Lula não apenas “entrou no jogo” político, como está com força suficiente para ser disputado por empresários. Sua agenda passa a atender não apenas à classe trabalhadora, que constituía inicialmente sua base eleitoral, mas, também, a empresários.

Esse protagonismo do candidato petista aparece ainda mais forte na edição N° 1760, datada de 17 de julho de 2002. Nela, aparecem os seguintes candidatos: Luiz Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes e José Serra. A imagem de Lula aparece como plano de fundo da página, sob a imagem dos candidatos Ciro e Serra, que aparecem lado a lado. Na parte inferior da página as formulações linguísticas “CIRO OU SERRA” e, separada por uma linha vermelha, “Quem vai ser o anti-Lula?”.

Figura 12 - Capa edição *Veja*, 1760, 17/07/2002



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A formulação linguística “Quem vai ser o anti-Lula?” sugere a consolidação do petista no primeiro lugar das intenções de votos daquela eleição. Assim, os candidatos Ciro e Serra disputariam, entre si, o segundo lugar das votações, para chegar ao segundo turno. Disputam

também o antagonismo, uma vez que as materialidades analisadas indicam o protagonismo de Lula. O prefixo “anti”, utilizado em “anti-Lula”, é empregado na língua portuguesa para indicar oposição a algo, contrariedade; nesse sentido, a construção retoma uma memória relacionada ao combate e marca a existência de duas posições-sujeito, a posição-sujeito de Lula e do anti-Lula, dado o protagonismo do então candidato do PT.

Publicada na semana em que se realizou o segundo turno das eleições presidenciais de 2002, a edição Nº 1774, datada de 23 de outubro de 2002, exibe na capa a imagem de um cão com três cabeças. Ao invés de serem caninas, as cabeças trazem as imagens de Karl Marx, Leon Trótski e Vladimir Ilyich Ulyanov, mais conhecido como Lênin. Penduradas às cabeças, coleiras com os respectivos nomes: Marx, Trótsky e Lênin. A manchete, na parte inferior da página, apresenta a formulação linguística “O QUE QUEREM OS RADICAIS DO PT?” e o subtítulo “Entre os petistas, 30% são de alas revolucionárias. Ficaram silenciosos durante a campanha. Se Lula ganhar, vão cobrar a fatura. O PT diz que não paga”.

Figura 13 - Capa edição *Veja*, 1774, 23/10/2002



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

O cão de três cabeças presente na capa de *Veja* faz alusão a um personagem da mitologia grega, Cérbero, um cão tricéfalo responsável por guardar as portas do inferno. Guardião do

reino subterrâneo dos mortos, o cão recebe as almas e garante que elas jamais saiam, despedaçando qualquer mortal que tente passar pela entrada.

As imagens de Marx, Trótsky e Lênin retomam uma memória em relação ao marxismo, trotskismo e comunismo, associadas ao personagem da mitologia grega e à formulação “O QUE QUEREM OS RADICAIS DO PT?”. Tais formulações linguísticas e imagéticas produzem um efeito-sentido de radicalismo, relacionando-o não só ao marxismo, trotskismo e ao comunismo, mas, também, aos chamados “radicais do PT”. Os “radicais do PT”, como são chamados, correspondem a uma ala do partido conhecida por ser mais revolucionária e radical, conforme análise de Barbosa (2014; 2017).

Como vimos, o PT se formou de grupos heterogêneos, alguns deles marcados como radicais e revolucionários. Nesse sentido, as imagens de Marx, Trótsky e Lênin, que compõem a cabeça do cão, retomam e atualizam uma memória em relação às influências ideológicas dos grupos que deram origem ao Partido dos Trabalhadores. A cor vermelha do cão faz referência à cor do partido.

A formulação linguística, “Entre os petistas, 30% são de alas revolucionárias. Ficaram silenciosos durante a campanha. Se Lula ganhar, vão cobrar a fatura. O PT diz que não paga”, produz um efeito de afastamento entre Lula e os “radicais do PT” e entre o PT e sua ala radical. Nesse sentido, a formulação linguística leva a duas posições-sujeito distintas. A construção, “Se Lula ganhar, vão cobrar a fatura”, coloca Lula e “radicais do PT” em posições-sujeito diferentes, e a construção “O PT diz que não paga” dispõe o PT e sua ala radical em posições-sujeito também distintas.

Dada a formulação, portanto, é possível verificar que Lula e PT ocupam uma mesma posição-sujeito, ao passo que Lula/PT e os “radicais do PT” ocuparam posições-sujeito distintas. As materialidades analisadas dessa capa da edição de *Veja* sugerem um efeito-sentido de afastamento de Lula/PT do radicalismo do PT. A memória do partido, enquanto revolucionário, radical e agressivo, é retomada, atualizada e relacionada aos “radicais do PT”, que se encontram em posições-sujeito distintas de Lula/PT.

A capa seguinte de *Veja* traz Lula sorridente, já vitorioso do pleito à Presidência do Brasil. A edição Nº 1775, datada de 30 de outubro de 2002, apresenta o recém-eleito presidente segurando a bandeira do Brasil sobre um plano de fundo azul. Na chamada principal, na parte inferior da página, aparece a formulação linguística “TRIUNFO HISTÓRICO”, destacada em letras maiúsculas na cor branca. No canto esquerdo, a formulação linguística “Seu desafio: retomar o crescimento e corrigir as injustiças sociais sem colocar em risco as conquistas de FHC”, em letras minúsculas, também na cor branca. E, na parte superior da página, a

formulação “O PRIMEIRO PRESIDENTE DE ORIGEM POPULAR”, destacada em letras maiúsculas na cor amarela.

Figura 14 - Capa edição *Veja*, 1775, 30/10/2002



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

As formulações “TRIUNFO HISTÓRICO” e “O PRIMEIRO PRESIDENTE DE ORIGEM POPULAR” sugerem um fato inédito na história do Brasil. Fato esse que, do ponto de vista teórico-epistemológico da AD, pode ser considerado um acontecimento discursivo, uma vez que se trata de um evento, algo que irrompe, foge à estrutura e, retomando Possenti (2006), o motivo pelo qual um conjunto de outros textos foi em seguida produzido e veiculado.

Lula se consolidou, na discursivização dessa edição de *Veja*, como protagonista, como herói nacional. O substantivo “triunfo”, presente na formulação linguística “TRIUNFO HISTÓRICO”, retoma e atualiza uma memória relacionada à guerra, à batalha, à luta, da qual o PT saiu vitorioso. E que não se trate de qualquer vitória, mas de um “triunfo histórico”. Esta é a primeira vez que Lula aparece sorrindo em uma capa de *Veja*, desde sua primeira capa em março de 1979.

A formulação linguística “Seu desafio: retomar o crescimento e corrigir as injustiças sociais sem colocar em risco as conquistas de FHC” faz referência ao compromisso do PT em relação às questões sociais, tendo em vista que se trata de um partido de massas, ao mesmo tempo em que retoma e atualiza uma memória relacionada à capacidade do petista e de seu

partido de lidar com as questões econômicas. A construção “colocar em risco”, presente nessa formulação, produz um efeito-sentido de desconfiança, já que FHC é discursivizado como um presidente que trouxe conquistas para o país, e “o desafio” de Lula é não colocar tais conquistas em risco.

A ausência da cor vermelha, até mesmo no nome da revista, que costuma aparecer em vermelho, cor da bandeira do partido, que foi substituída pelas cores da bandeira do Brasil, indicam um apagamento do partido de Lula e, por consequência, de uma memória do PT relacionada ao radicalismo, à agressividade, ao autoritarismo e aos movimentos grevistas. O partido está apagado, tanto pelas cores, quanto pela ausência de sua associação a Lula.

As materialidades analisadas das edições que circularam a partir de 1988 levam a um processo de construção, ou melhor, reconstrução da imagem do sujeito político Luiz Inácio Lula da Silva e, conseqüentemente, de seu partido. O Partido dos Trabalhadores, antes convocado a ocupar a posição-sujeito vilão, como discutimos na subseção anterior, passa, primeiro, a pleitear e, depois, a assumir o protagonismo e a ocupar a posição-sujeito herói. Nesse sentido, verificamos que, no período analisado, a imagem do sujeito político Lula/PT passou por um processo de reconstrução. Afastado do radicalismo e disposto a adentrar o jogo político, na discursivização de *Veja*, Lula passou de candidato inadequado a possível vencedor das eleições, chegando ao “TRIUNFO HISTÓRICO” e se tornando o herói nacional, vindo, assim, a ocupar a posição-sujeito herói.

2.4 Considerações finais

Neste capítulo, buscamos analisar o funcionamento discursivo do Partido dos Trabalhadores na posição-sujeito vilão e na posição-sujeito herói em capas de edições de *Veja* que circularam entre os anos de 1979 e 2002, além de verificar como se deu o processo de transição de uma posição a outra. Vale salientar, no entanto, que a mudança observada na discursivização de *Veja* não se deu sem oscilações; trata-se de um processo complexo marcado por retomadas e deslocamentos.

Verificamos que, em um primeiro momento, o partido é convocado a ocupar, na discursivização de *Veja*, a posição-sujeito vilão. Nas edições analisadas no item 2.2, Lula e o PT apareciam discursivizados de forma negativa, pois estavam ligados ao autoritarismo, à agressividade, ao radicalismo, ao desrespeito às leis e à inadequação ao cargo da Presidência. Nesse período, outros sujeitos políticos figuravam como protagonistas, a exemplo do governo militar, de Collor e de FHC.

Em um segundo momento, entretanto, a imagem de Lula e do partido passa por um processo de construção. O que se observa, nesse período, é um processo de resignificação. Isso é possível porque, como argumenta Pêcheux (1983a), os sentidos não estão estabilizados, não estão presos à palavra e, por isso mesmo, podem ser deslocados, resignificados, tornar-se outro. Na discursivização de *Veja*, os sentidos produzidos em relação a Lula e ao PT passaram por processos de deslocamento e resignificações, o que possibilitou a transição do partido da posição-sujeito vilão para a posição-sujeito herói. Esses sujeitos políticos passaram, primeiro, a pleitear e depois a assumir o protagonismo no cenário político.

O Lula que ocupa a posição-sujeito herói na discursivização de *Veja* está afastado do radicalismo e disposto a participar do jogo político. Nesse sentido, nas capas das edições analisadas funciona um jogo de aproximação e afastamento entre Lula e o PT, já que, em alguns momentos, eles se equivalem e, em outros, o partido passa por um processo de apagamento. Para que Lula seja convocado a ocupar a posição-sujeito herói, seu partido é apagado na discursivização da revista.

3 O PARTIDO DOS TRABALHADORES ENTRE A POSIÇÃO-SUJEITO HERÓI E A POSIÇÃO-SUJEITO VILÃO

3.1 Considerações iniciais

Nessa seção, analisamos capas de edições de *Veja* que discursivizam sobre o Partido dos Trabalhadores ou sujeitos políticos ligados ao partido, postas em circulação entre os anos de 2003 e 2006. O marco inicial e final do recorte diz respeito, respectivamente, ao primeiro ano de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ao seu último ano de mandato da primeira gestão, em que ocorreu nova eleição presidencial e da qual Lula saiu novamente vitorioso.

Assim, neste capítulo, analisamos o funcionamento discursivo do Partido dos Trabalhadores na posição-sujeito herói e na posição-sujeito vilão e verificamos o processo de transição de uma posição a outra em capas de edições de *Veja*. O capítulo se subdivide em três partes: a 3.2, que trata do funcionamento do PT na posição-sujeito herói; a 3.3, que trata do PT na posição-sujeito vilão; e a 3.3, em que apresentamos as considerações finais do capítulo.

3.2 Posição-sujeito herói

Em 08 de janeiro de 2003 foi publicada a primeira edição de *Veja* do ano. A capa foi dedicada à posse do novo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Nela, aparecem Lula e a primeira-dama Marisa Letícia Lula da Silva em um automóvel na cerimônia de posse, ambos sorridentes. O casal está em pé no banco traseiro do carro, e Lula acena para os presentes. A posição de captura da foto permite que ele pareça acenar também para o leitor. O carro presidencial aparece cercado de pessoas e, ao fundo, entre a multidão, alguém segura uma bandeira do Partido dos Trabalhadores. Em toda a página se vê uma chuva de confetes, em verde e amarelo, cores da bandeira do Brasil. O clima é de festa e comemoração. A chamada principal traz a seguinte formulação linguística: “LULA-DE-MEL”, em letras maiúsculas na cor branca e em tamanho maior. Apenas o segundo “L” de Lula aparece em amarelo; em seguido o subtítulo “A partir de agora, começa a cobrança”, em letras minúsculas na cor branca e tamanho menor.

Figura 15 - Capa edição *Veja*, 1784, 08/01/2003



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Na formulação linguística “LULA-DE-MEL”, se retirado o segundo “L” de Lula, destacado em amarelo, lê-se “Lua-de-mel” – trata-se de um jogo com as palavras Lula/Lua. A expressão “Lua de mel” diz respeito ao período de celebração privada que sucede ao casamento, em que o casal comemora a recém-união, sem a companhia de terceiros, uma celebração da união que antecede a rotina da vida “real” de casados. Tal expressão remete ao casamento, tanto no que se refere à celebração, quanto à união. Nesse sentido, a capa da edição Nº 1784 de *Veja* trabalha a posse do então presidente nos dois aspectos: o primeiro, de comemoração/festa, tendo em vista a própria natureza da posse presidencial, cerimônia na qual o presidente eleito é empossado oficialmente no cargo; e o segundo, de compromisso, firmado entre Lula e o povo/o governo e seus governados.

A ideia de compromisso é reforçada pela construção “A partir de agora, começa a cobrança”, ou seja, passadas as comemorações do casamento e, posteriormente, a lua de mel, iniciam as obrigações que se seguem à união. A partir desse momento, começam “as cobranças”. Assim, a discursivização de *Veja* mostra que é importante comemorar a vitória, mas sem se esquecer de que virão, depois, “as obrigações”. O vocábulo “agora”, advérbio que indica tempo, nessa construção lembra que a lua-de-mel precisa acabar para que a rotina das obrigações governamentais possa começar, com todos os problemas que lhe são inerentes,

assim como acontece no casamento. Essa ideia é reforçada pelo verbo “começar”, que marca uma temporalidade, isto é, trata-se do tempo de pensar nas “obrigações”, que não é depois, não está distante, mas começa naquele momento, com a posse.

Nessa edição, Lula aparece sorridente, aclamado pelo povo, triunfante. Nesse aspecto, a capa funciona em relação interparafrástica com a capa da edição Nº 1775 de *Veja*, ilustrada na Figura 14. Na primeira, Lula aparece segurando a bandeira do país, na segunda, portando a faixa presidencial. Assim, na materialidade analisada, o então presidente é convocado por *Veja* a ocupar a posição-sujeito herói. Trata-se do herói nacional, vitorioso e aclamado pelo povo.

A capa da edição Nº 1803, datada de 21 de maio de 2003, é dedicada à primeira-dama Marisa Letícia Lula da Silva. Nela, Marisa Letícia aparece sorridente, serena, com roupa e acessórios simples e elegantes. Na parte inferior da página, há a seguinte formulação linguística: “A PRESENÇA DE MARISA”, em letras maiúsculas na cor branca, como manchete de capa e com os subtítulos: “Mulher do presidente vai sempre a reuniões políticas e compromissos oficiais”; “A imagem de autenticidade e companheirismo beneficia Lula”; e “No Alvorada, mantém um estilo de vida simples”.

Figura 16 - Capa edição *Veja*, 1803, 21/05/2003



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Marisa Letícia aparece na foto sorridente, serena, com o olhar direcionado para o leitor e a cabeça levemente inclinada. A primeira-dama é descrita, por meio das formulações linguísticas presentes na capa, como autêntica, companheira e adepta de um estilo de vida simples. Na discursivização de *Veja*, a esposa de Lula exibe características pertinentes a uma primeira-dama, entretanto, se afasta da pompa geralmente atribuída ao título, por não ser adepta de um estilo de vida luxuoso.

A formulação linguística “A imagem de autenticidade e companheirismo beneficia Lula” ratifica o sentido de que a imagem de “autenticidade” e “companheirismo” é benéfica, portanto, adequada, o que produz um efeito-sentido de adequação ao título de primeira-dama. Ainda nessa formulação linguística, a forma verbal “beneficia” produz um efeito-sentido positivo em relação a Lula, que tem a imagem “beneficiada” pela autenticidade e companheirismo de Marisa, sua esposa e primeira-dama. As formulações presentes na capa da edição de *Veja* desvelam um atravessamento do privado no público, isto é, a “autenticidade”, o “companheirismo” e o “estilo de vida simples” são características consideradas importantes para vida privada, não para o serviço público, ou seja, tais qualidades estão mais vinculadas à vida privada que à pública. Nas construções, no entanto, não há separação das duas esferas, pública e privada, o que constitui um atravessamento de um discurso no outro.

No geral, salvo exceções, a primeira-dama cumpre o papel de anfitriã do Palácio da Alvorada, não participando ativamente de questões políticas. O substantivo “presença” em “A PRESENÇA DE MARISA”, associado à formulação “Mulher do presidente vai sempre a reuniões políticas e compromissos oficiais”, sinaliza um engajamento político por parte de Marisa. Nesse contexto, “presença” equivale a participação. O advérbio “sempre”, que indica temporalidade, reforça essa ideia de participação, ou seja, trata-se de uma presença contínua. Reestruturando a imagem de primeira-dama como aquela que é apenas companheira do presidente e uma figura ilustrativa, Marisa é discursivizada como alguém que, além de exercer as funções de esposa do mandatário da nação, também atua na vida pública, mesmo que seja de forma mais discreta.

Na campanha presidencial, a presença de Marisa Letícia humanizou a imagem do candidato Lula e diminuiu sua rejeição entre eleitoras mulheres. Segundo matéria dessa mesma edição de *Veja*, a presença de Marisa foi utilizada como estratégia para transformar Lula em “Lulinha, paz e amor”, humanizando-o e diminuindo a rejeição junto ao eleitorado feminino. Lula, antes, era um homem sem esposa, sem família, distante do que está no imaginário de quem serve para ser presidente.

Ainda sobre “A PRESENÇA DE MARISA”, a mulher de Lula, que antes estava nos bastidores da vida política, começa a aparecer nessa nova fase e a estar “sempre” em reuniões e compromissos políticos. A formulação linguística “No Alvorada, mantém um estilo de vida simples”, por sua vez, retoma uma memória relacionada à origem popular do casal, que conserva um estilo de “vida simples”, mesmo estando no Alvorada. A construção produz ainda um efeito-sentido de oposição entre Alvorada e vida simples, que faz pressupor que a vida de Primeira-Dama e de Presidente da República não é simples, o que promove uma reestruturação da memória do que é ser presidente da República e morar no Palácio da Alvorada.

A edição Nº 1816, de 20 de setembro de 2003, veicula a primeira entrevista de Lula como presidente. Na capa de fundo azul, no canto direito da página, há uma foto de Lula sorridente, sereno e com traços leves. Ao lado da foto, estava a chamada principal com a seguinte formulação linguística: “Quem apostar contra o Palocci vai perder”, e, abaixo dela, outra formulação, “E MAIS: MST, radicais, juro, crescimento econômico, confiança dos investidores, FHC, mudanças no ministério, criminalidade, reformas, a vida no Palácio da Alvorada, a dieta...”. Na parte superior da página, aparecia a formulação “LULA: A PRIMEIRA ENTREVISTA”, em destaque, com letras maiúsculas, em tamanho maior e na cor branca.

Figura 17 - Capa edição *Veja*, 1816, 20/08/2003



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Nessa capa da edição de *Veja*, Lula aparece novamente como protagonista, é o mesmo Lula sorridente das edições 1775 e 1784, ilustradas nas Figuras 14 e 15, respectivamente. Trata-se da “PRIMEIRA ENTREVISTA” que Lula concede à *Veja* após sua posse, e muitos assuntos são pontos de pauta: “MST, radicais, juro, crescimento econômico, confiança dos investidores, FHC, mudanças no ministério, criminalidade, reformas, a vida no Palácio da Alvorada, a dieta...”. É possível observar que, entre os pontos, estão questões relacionadas à gestão, com destaque para economia, o que é comum em entrevistas que envolvem sujeitos que ocupam altos cargos políticos; há outros relacionados à trajetória política do então presidente e mesmo a sua vida pessoal.

As temáticas “MST” e “radicais” retomam uma memória relacionada à trajetória de Lula e de seu partido. Esses temas aparecem primeiro na ordem de listagem, o que chama a atenção para esses pontos. As temáticas “a vida no Palácio da Alvorada” e “a dieta” dizem respeito às questões pessoais relacionadas ao presidente, o que aponta para um atravessamento do privado na vida pública.

A formulação linguística “Quem apostar contra o Palocci vai perder” é um recorte da entrevista dada por Lula, em que o presidente defende sua opção por Palocci no cargo de ministro da Fazenda. A forma clara e objetiva como a afirmação aparece na capa de *Veja* demonstra confiança e firmeza por parte do político. Nesse sentido, a construção produz um efeito de seriedade e confiança em relação às decisões tomadas pelo presidente.

As materialidades analisadas nesta subseção mostram que, nos primeiros meses de gestão, Lula ainda é convocado a ocupar a posição-sujeito herói. Nas capas, em linhas gerais, Lula é discursivizado, primeiro, como um vencedor, aclamado pelo povo, e, depois, como um presidente firme, confiante e decidido. Sua primeira-dama, Marisa Letícia, é discursivizada como autêntica, companheira e engajada, o que, em *Veja*, beneficia a imagem de Lula.

3.3 Posição-sujeito vilão

No mês seguinte, a capa da edição Nº 1819 de *Veja* estampa na chamada principal a seguinte formulação linguística: “BRASILHA DA FANTASIA”, destacada em letras maiúsculas, na parte inferior da página. O “BRAS” de “BRASILHA” está grafado na cor preta e o restante da formulação na cor vermelha. No centro da página, sobre um plano de fundo que representa as nuvens do céu, um bloco triangular de terra e raízes sustenta Brasília em sua base. A capital federal é representada por obras projetadas por Oscar Niemeyer e a bandeira do Brasil.

Na parte inferior do bloco, há a formulação linguística: “O PT infiltra a máquina administrativa do Estado com seus militantes e cai na velha ilusão de que, ao perseguir seus objetivos partidários, está servindo o país”.

Figura 18 - Capa edição *Veja*, 1819, 10/09/2003



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Na formulação linguística “BRASILHA DA FANTASIA”, o nome “BRASILHA” é uma referência à cidade de Brasília, formada por “BRAS”, de Brasil, e “ILHA”, definida como qualquer pedaço de terra subcontinental cercado por água. Em “ILHA DA FANTASIA” destacada na formulação em letras vermelhas, o sentido de ilha é deslocado: não se trata de um pedaço de terra subcontinental cercada por água, mas de uma ilha da fantasia, uma metáfora para Brasília, o que é reforçado pela linguagem não verbal presente na capa.

A construção “ILHA DA FANTASIA” remete ainda a um seriado de televisão de origem estadunidense, que conta a história de uma ilha, um lugar paradisíaco, onde todos os desejos podem ser realizados, cujo anfitrião é o senhor Roarke e seu ajudante é um anãozinho chamado Tattoo. Há, portanto, uma aproximação entre o “enredo” da série e o “enredo” apresentado na capa de *Veja*, o que produz um efeito-sentido de aproximação entre as ações praticadas pelo PT em Brasília e as ações realizadas na ilha. Nesse sentido, na discursivização

do semanário, Brasília se tornou a “Ilha da Fantasia” do PT, ou seja, existe por parte do partido a “ilusão” de que em Brasília, assim como na “ilha da fantasia”, todos os desejos de seus membros podem ser atendidos, em detrimento das necessidades do país. A formulação linguística em destaque, associada à imagem, produz um efeito-sentido de que os valores estão invertidos.

Em “O PT infiltra a máquina administrativa do Estado com seus militantes e cai na velha ilusão de que, ao perseguir seus objetivos partidários, está servindo o país”, o adjetivo “velha”, que caracteriza o substantivo “ilusão”, produz um efeito de recorrência e de contestação de um discurso de que o PT era diferente dos demais partidos. O adjetivo aponta para a ideia de que a prática exercida pelo PT de achar que “ao perseguir seus objetivos partidários, está servindo o país”, já é antiga, não se trata de algo novo. Na construção “O PT infiltra a máquina administrativa do Estado com seus militantes”, a forma verbal “infiltra” produz efeitos-sentido de intrusão e ilegitimidade, ou seja, de que “os militantes” se apoderaram, ou foram introduzidos, de maneira clandestina, em algo que não lhes pertence por direito, retomando uma memória de ilegalidade em relação ao partido.

A formulação produz ainda um efeito-sentido de afastamento entre o PT e as funções atribuídas ao governo, ao ato de bem governar e de “servir ao país”. Sugere também uma incapacidade, por parte do partido, que chegou ao governo, de separar “objetivos partidários” de “serviço público”, produzindo efeitos-sentido de inadequação e incompetência para governar o país. Assim, as construções “infiltrar militantes na máquina administrativa do Estado” e “perseguir seus objetivos partidários” funcionam em uma relação interparafrástica e marcam uma posição-sujeito, a do partido, que se opõe à posição-sujeito de servidor público e de bom governante.

Segundo a discursivização de *Veja*, O PT vive na “ILHA DA FANTASIA” ao conservar a “velha ilusão de que, ao perseguir seus objetivos partidários, está servindo o país” e achar que pode “infiltrar a máquina administrativa do Estado com seus militantes”. Nesse sentido, “ILHA DA FANTASIA”, Brasília e governo do PT encontram-se em relação interparafrástica. No que se refere à relação entre “ILHA DA FANTASIA” e governo do PT, isso é reforçado pela cor das letras, destacadas em vermelho, cor que retoma uma memória em relação ao partido.

A edição Nº 1842, datada de 25 de fevereiro de 2004, apresenta uma entrevista de José Vicente Goulart Brizola, na qual o político acusava o PT de tê-lo pressionado, no ano de 2002, a pedir contribuições financeiras a empresários ligados a jogos de azar para o caixa dois da campanha do partido no Rio Grande do Sul, onde atuou como diretor-geral da loteria do estado.

José Vicente é filho de Leonel de Moura Brizola e, à época, era membro do Partido dos Trabalhadores.

Na parte inferior da capa aparece a chamada principal “O VALE-TUDO DO PT”, seguida do subtítulo “Ex-diretor da loteria gaúcha conta como foi pressionado a intermediar encontros de empresários do jogo com políticos do PT em busca de dinheiro para o caixa dois da campanha de 2002”. A foto de José Vicente ocupa toda a página; ao lado, no canto direito da foto a descrição “José Vicente Brizola, diretor-geral da Loteria do Estado do Rio Grande do Sul no governo Olívio Dutra”.

Figura 19 - Capa edição *Veja*, 1842, 25/02/2004



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Na formulação linguística “O VALE-TUDO DO PT”, a palavra “VALE-TUDO” faz referência a uma modalidade de luta com contato pleno em que os adversários não precisam, necessariamente, seguir um único estilo de arte marcial. Como o próprio nome sugere, é muito conhecida por ter poucas regras. Em “O VALE-TUDO DO PT”, o sentido de “VALE-TUDO”, enquanto luta, é deslocado para “valer tudo”, funcionando em *Veja*, em relação ao Partido dos Trabalhadores, como aquele que é “sem limite”, “capaz de tudo” para chegar ao poder e, até mesmo, para se manter nele. Nesse contexto, a formulação linguística “O VALE-TUDO DO

PT” encontra-se em relação interparafrástica com “No PT vale tudo”, “O PT é capaz de tudo” e “O PT é sem limite” para se manter no poder.

Nesse sentido, o partido é discursivizado como aquele capaz de tudo para chegar ao poder, inclusive exercer influência para pressionar terceiros a conseguir financiamento de campanha, produzindo efeitos-sentido de falta de limites e ilicitude. Retoma e atualiza, portanto, uma memória relacionada ao desrespeito às leis. No que se refere ao aspecto “falta de limites”, observamos uma retomada da discursivização apresentada na edição Nº 1819, ilustrada na Figura 18, de que o Partido “extrapolou os limites” ao “infiltrar seus militantes na máquina administrativa do Estado”.

A capa da edição Nº 1867, de 18 de agosto de 2004, apresenta um plano de fundo vermelho com um recorte em forma de estrela no centro, através do recorte há um olho aberto que parece observar fixamente o leitor. Na parte inferior da página, na chamada principal, a seguinte formulação linguística: “A TENTAÇÃO AUTORITÁRIA”, grafado em letras maiúsculas, na cor branca. Com o subtítulo, logo abaixo, “As investidas do governo do PT para vigiar e controlar a imprensa, a televisão e a cultura”.

Figura 20 - Capa edição *Veja*, 1867, 18/08/2004



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

O olho sobre a estrela, presente na capa da edição, faz referência ao personagem “Grande Irmão”, do livro 1984, de George Orwell, caracterizado na obra como o olho que tudo vê. Na obra de Orwell, o “Grande Irmão” é o líder máximo, que assumiu o poder após uma guerra de escala global e eliminou as nações, substituindo-as por três grandes estados transcontinentais totalitários. A estrela recortada no plano vermelho remete à bandeira do Partido dos Trabalhadores e é interligada à formulação linguística “As investidas do governo do PT para vigiar e controlar a imprensa, a televisão e a cultura”, que estabelece uma relação de associação entre o “Grande Irmão” e o partido, produzindo um efeito-sentido de aproximação entre esses sujeitos, especialmente no que se refere ao controle “da imprensa, da televisão e da cultura”, que podem ser representados na obra de Orwell pelas “teletelas”. As “teletelas” eram uma espécie de televisor capaz de monitorar e gravar a população, ou seja, eram responsáveis por espioná-la.

Nesse sentido, a construção “vigiar e controlar a imprensa, a televisão e a cultura”, presente na formulação linguística “As investidas do governo do PT para vigiar e controlar a imprensa, a televisão e a cultura”, reforça o efeito-sentido de aproximação entre o “Grande Irmão” e o Partido dos Trabalhadores, além de retomar uma memória relacionada ao autoritarismo e ao totalitarismo, uma vez que vigiar e controlar os meios de comunicação e a cultura são características de regimes totalitários. Esse efeito é ratificado pela formulação linguística “A TENTATIVA AUTORITÁRIA”.

A capa dessa edição de *Veja* retoma também a discursivização do partido como aquele que é capaz de tudo para chegar ao poder, para se eleger, como observado na materialidade anteriormente analisada. Nesse contexto, as capas apontam para uma propensão do partido em fazer não apenas qualquer coisa para chegar ao poder, mas, também, para se manter nele, inclusive “vigiar e controlar a imprensa, a televisão e a cultura”.

Na trajetória do PT, o partido se viu associado a uma série de escândalos de corrupção. Em 2005, foi instaurada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios (CPMI), uma comissão parlamentar que se constituiu com o intuito de investigar denúncias de corrupção nas estatais, mais especificamente, nos Correios e Telégrafos. Posteriormente, no entanto, passou a investigar a existência do Mensalão, que consistia no pagamento mensal a parlamentares da base aliada pelo governo em troca de apoio político.

A CPMI foi aberta em decorrência de denúncias de corrupção envolvendo o então presidente do PTB, Roberto Jefferson. O escândalo estourou a partir da divulgação de uma fita de vídeo em que o ex-diretor do Departamento de Contratação e Administração de Materiais dos correios, Maurício Marinho, aparecia negociando propina com empresários interessados

em participar de uma licitação. No vídeo, o funcionário dos Correios dizia ter o respaldo do deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ). O dinheiro da propina seria utilizado para caixa dois do partido. Após as denúncias, Jefferson ameaçou denunciar casos de corrupção envolvendo, segundo ele, o Partido dos Trabalhadores. E assim o fez, dando início ao escândalo de corrupção que ficou conhecido como Mensalão.

Nesse contexto, a capa da edição Nº 1907, de 01 de junho de 2005, retrata o deputado Roberto Jefferson, com as sobrancelhas arqueadas, olhos arregalados e com os traços acentuados. No canto direito da capa, aparecem as seguintes formulações linguísticas: “DEPOIMENTO Senador do PTB e líder do governo recebe denúncia de esquema do PT no governo” e “DOCUMENTOS o PT se uniu ao PTB para favorecer amigo de Jefferson em estatais”. Na parte inferior, no canto direito da página, a chamada principal apresentava a formulação “O HOMEM BOMBA”, seguido de “Se for incriminado pela CPI dos correios, Jefferson ameaça levar junto Dirceu, Silvio e Delúbio, do PT”.

Figura 21 - Capa edição *Veja*, 1907, 01/06/2005



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

As palavras “HOMEM BOMBA” e “ameaça”, presentes nas formulações “O HOMEM BOMBA” e “Se for incriminado pela CPI dos correios, Jefferson ameaça levar junto Dirceu,

Silvio e Delúbio, do PT”, retomam uma memória relacionada ao terrorismo e produz um efeito-sentido de tensão entre Jefferson/PTB e o PT. Em “DOCUMENTOS o PT se uniu ao PTB para favorecer amigo de Jefferson em estatais”, há a produção de um efeito-sentido de aproximação entre os sujeitos políticos Roberto Jefferson/PTB e o Partido dos Trabalhadores, que são convocados a ocupar a posição-sujeito corrupto. Na formulação “DEPOIMENTO Senador do PTB e líder do governo recebe denúncia de esquema do PT no governo”, a palavra “esquema” produz efeitos-sentido de ilicitude e corrupção atrelado ao governo do Partido dos Trabalhadores.

A edição Nº 1910, datada de 22 do junho de 2005, apresenta uma estátua em ruínas com as feições do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobre um plano de fundo de céu acinzentado. Ao lado da foto, no canto direito da página, a formulação “Com a demissão de José Dirceu, Lula tenta salvar o governo e a sua biografia”. Na parte inferior da página, a chamada principal apresenta a formulação linguística “TEM CONSERTO?”.

Figura 22 - Capa edição *Veja*, 1910, 22/06/2005



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A figura de Lula, presente na capa, retoma uma memória relacionada às estátuas gregas e romanas. A imagem associada à formulação linguística “TEM CONSERTO?” produz efeitos-

sentido de ruína e declínio. A ruína de construções e estátuas é resultado da ação do tempo, da falta de restauração e afins. Na discursivização de *Veja*, entretanto, a ruína de Lula se dá pela ação de ilícitos.

A formulação linguística “TEM CONSERTO?” produz efeito-sentido de dúvida em relação à possibilidade de Lula conseguir “salvar o governo” e sua “biografia” após a saída de José Dirceu do cargo. Esse efeito-sentido de dúvida em relação a Lula e ao PT se apresenta como uma regularidade discursiva, tendo em vista a recorrência em materialidades analisadas neste trabalho.

José Dirceu ocupava o Ministério da Casa Civil, foi braço direito de Lula nas eleições de 2002 e um dos nomes fortes do seu governo. Demitiu-se em junho de 2005 após ter seu nome envolvido no escândalo do Mensalão, através das declarações do delator do esquema, Roberto Jefferson (PTB-RJ). A formulação linguística ainda retoma e atualiza uma memória relacionada à capacidade, ou melhor, à incapacidade de Lula e do PT em governarem o país. Nesse contexto, a imagem de desmoronamento de Lula representa o desmoronamento do próprio PT.

Ainda sobre a formulação, esta não se refere somente à saída de Dirceu, na discursivização da revista, o que se pergunta é: o governo/Lula/PT “TEM CONSERTO?” depois de “infiltrar a máquina pública com seus militantes”, de “tentar controlar e vigiar a imprensa”, e apesar do escândalo de corrupção do qual o partido foi acusado de fazer parte. O que se observa, portanto, na discursivização de *Veja*, é um questionamento da escolha do PT para ocupar o cargo da Presidência e de sua manutenção na cadeira presidencial, com base nos fatos apresentados pela revista.

A edição seguinte de *Veja*, de Nº 1911, datada de 29 de junho de 2005, estampa na capa um símbolo da República Federativa do Brasil sobre um plano de fundo cinza. Uma estrela vermelha com a sigla do PT, em letras brancas, cobria o símbolo nacional. Na inscrição “República Federativa do Brasil”, o nome do país está coberto por um bloco amarelo, com a palavra “Zé”, escrita em preto, transformando a inscrição em “República Federativa do ZÉ”. A data também aparece coberta por blocos amarelos, que indicavam outra data, “1º de JANEIRO DE 2003”. Na parte inferior, a chamada principal traz a seguinte formulação linguística: “O GRANDE ERRO”, em letras maiúsculas e, na cor preta, seguida do subtítulo: “Confundir o partido com o governo”, em letras menores, minúsculas e na cor preta. No canto esquerdo da página, sobre uma tarja azul, aparece a formulação linguística “MENSALÃO Banco Central detectou saques milionários de Valério, amigo de Delúbio”.

Figura 23 - Capa edição *Veja*, 1911, 29/06/2005



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A formulação linguística “O GRANDE ERRO”, seguida de “Confundir o partido com o governo”, retoma e atualiza uma memória relacionada à incapacidade do Partido dos Trabalhadores de separar os interesses do partido dos interesses do país, presente na edição N° 1819 de *Veja*, ilustrada na Figura 18. A construção “O GRANDE ERRO” possui, pelo menos, dois efeitos-sentido: o primeiro aponta para o fato de o PT ter cometido um grande erro ao “confundir o partido com o governo”, e o segundo apresenta o PT como o próprio “GRANDE ERRO”.

A ideia de que a eleição do partido foi um grande erro é reforçada pela data, 1º. de janeiro de 2003, uma referência ao dia da posse de Luiz Inácio Lula da Silva ao cargo de presidente da República, que está sobreposta à data original (15 de novembro de 1889), que consta no Brasão da República.

Essa edição, diferente da anteriormente analisada, já não questiona mais a eleição do PT para ocupar a cadeira presidencial e sua manutenção no poder, mas aponta a escolha pelo partido como um “GRANDE ERRO”. Um erro que levou a República Federativa do Brasil a se transformar em “República Federativa do ZÉ”. Zé é um apelido comumente dado a pessoas de nome José, um nome de origem popular, que retoma uma memória relacionada ao termo “Zé

ninguém”. E, na discursivização de *Veja*, produz um efeito de que o Brasil é uma República que, na gestão do PT, pode ser governada por qualquer um, segundo os próprios interesses. O que, por sua vez, produz um efeito-sentido de desgoverno, de que o país estaria à deriva.

A formulação linguística “MENSALÃO Banco Central detectou saques milionários de Valério, amigo de Delúbio”, que aparece no canto esquerdo da página, sobre uma tarja azul, faz referência ao escândalo de corrupção do Mensalão e produz um efeito-sentido de corrupção em relação ao PT, uma vez que Delúbio Soares era membro do partido. Nesse sentido, a corrupção pode aparecer como “O GRANDE ERRO” do PT, ou mesmo, que o partido é um “GRANDE ERRO” por ser corrupto. Ainda no que se refere à formulação linguística “MENSALÃO Banco Central detectou saques milionários de Valério, amigo de Delúbio” o termo “amigo” produz um efeito-sentido de aproximação entre Valério e Delúbio, e de corrupção em relação aos dois.

A edição Nº 1913, de 13 de julho de 2013, traz uma foto de Lula com expressão de dúvida, a mão coçando a barba e um olhar contemplativo. Situada no canto esquerdo da página, a chamada principal apresenta a seguinte formulação linguística: “ELE SABIA? ”, em letras maiúsculas, na cor branca. Seguido das formulações “55% dizem que Lula sabia da corrupção” e “48% acham que o PT é um partido desonesto”, logo abaixo do subtópico “PESQUISA”, escrito em branco e letras maiúsculas, sobre uma tarja preta. Na parte inferior da página, sobre uma faixa azul, as formulações linguísticas: “FLAGRANTE NO AEROPORTO” e “Dirigente do PT é preso com 100.000 dólares na cueca”. Ao lado da inscrição, aparecem imagens de dólares.

Figura 24 - Capa edição *Veja*, 1913, 13/07/2005



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A formulação linguística “ELE SABIA?” faz referência a uma pesquisa que *Veja* trazia na matéria de capa, que procurava saber a opinião dos eleitores sobre o envolvimento de Lula e do PT em escândalos de corrupção. Os resultados da pesquisa mostraram que, entre os entrevistados, “55% dizem que Lula sabia da corrupção” e “48% acham que o PT é um partido desonesto”. Na construção “ELE SABIA?”, o efeito que se produz é de dúvida, questionamento, pergunta em relação ao envolvimento de Lula nos recentes escândalos de corrupção em que o nome do seu partido se viu envolvido. Os resultados da pesquisa indicaram que a maioria dos entrevistados acreditava que Lula sabia da corrupção, e pouco menos que a metade considerava o PT um partido corrupto. Assim, a própria revista responde à pergunta feita na chamada principal e declara que Lula estava ciente dos escândalos de corrupção envolvendo seu partido. Portanto, segundo na discursivização de *Veja*, tanto Lula, quanto PT são corruptos.

Em “Dirigente do PT é preso com 100.000 dólares na cueca”, presente na parte inferior da página, o sentido de que o PT é um partido corrupto e desonesto é ratificado. O efeito que se produz com essa formulação linguística é de que a prática de corrupção é ampla entre os membros do partido. Nesse sentido, verificamos uma retomada do discurso da capa anterior de que o Partido dos Trabalhadores é um “GRANDE ERRO”, e mais, que ele é um grande erro por ser corrupto.

A edição seguinte, Nº 1914, datada de 20 de julho de 2005, foi dedicada ao Mensalão. Nela aparece a silhueta de Lula, como uma sombra, em que se reconhece o petista pelos traços visíveis no contorno. Na parte superior da imagem, sobre uma faixa laranja, a formulação linguística “O MESADÃO DO PT”, em letras maiúsculas e na cor vermelha. Em seguida, o subtítulo “Valério ganhava contratos do governo e redistribuía com depósitos para os petistas”, em letras menores e na cor preta. A chamada principal apresenta a formulação linguística “MENSALÃO”, em letras maiúsculas e na cor amarela, seguida do subtítulo “QUANDO E COMO LULA FOI ALERTADO”, em letras maiúsculas e na cor branca, as formulações estavam separadas por uma linha vermelha.

Figura 25 - Capa edição *Veja*, 1914, 20/07/2005



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Se na capa da edição anterior de *Veja*, a formulação linguística “ELE SABIA?” produz o efeito-sentido de dúvida em relação ao envolvimento de Lula com os escândalos de corrupção que atingiam seu partido, nesta a formulação “QUANDO E COMO LULA FOI ALERTADO” não deixa dúvida de que o então presidente estava ciente do esquema. Os advérbios “QUANDO”, que indica temporalidade, e “COMO”, que indica circunstância, indicam o tempo em que Lula “foi alertado” e as circunstâncias em que isso se deu, respectivamente. A locução

verbal “FOI ALERTADO” e o caráter afirmativo da formulação linguística produzem um efeito-sentido de certeza em relação ao fato de que Lula foi informado do esquema de compra de apoio político, que ficou conhecido como Mensalão. Respondendo, assim, afirmativamente à pergunta da edição anterior.

A expressão “MESADÃO”, presente em “O MESADÃO DO PT”, faz referência ao pagamento mensal (mesada) a parlamentares da base aliada pelo governo em troca de apoio político, que mais tarde ficou conhecido como o Mensalão. A forma como a imagem de Lula aparece, como uma sombra, retoma uma memória relacionada aos que se mantêm ocultos, que praticam seus atos nas sombras, escondido da luz, do público e que querem manter tais atos ocultos, porque são ilícitos. Nesse contexto, Lula aparece discursivizado em *Veja* como aquele que oculta suas ações ou as ações de seu partido, aquele que é traiçoeiro, de quem não se sabe o que esperar, ou seja, um vilão.

A edição Nº 1923, datada de 21 de setembro de 2005, traz na capa uma estrela feita de vidro, de superfície vermelha e em que se observa a sigla do Partido dos Trabalhadores. A estrela está quebrada e, abaixo dela, a chamada principal apresenta a formulação linguística “...ERA VIDRO E SE QUEBROU”, em letras maiúsculas e na cor branca. Com o subtítulo “A história de uma tragédia política”, em letras minúsculas e na cor vermelha. A capa possui um plano de fundo preto.

Figura 26 - Capa edição Veja, 1923, 21/09/2005



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A formulação linguística “ERA VIDRO E SE QUEBROU” faz referência a uma cantiga de roda que diz: “O anel que tu me destes/Era vidro e se quebrou/O amor que tu me tinhas/Era pouco e se acabou”. Nesse sentido, a discursivização de *Veja* compara o Partido dos Trabalhadores ao vidro, caracterizado por ser um material facilmente quebrável. Assim como na canção popular em que o anel por ser de vidro se quebrou, o PT se despedaçou ou, como mostra a imagem, partiu, pois não era feito de algo mais resistente e preciso. O mesmo se aplica à imagem do partido, antes identificada pela luta em favor dos pobres e contra os opressores e, agora, se mostra frágil, mentirosa e falsa. Ainda sobre essa construção, é como se no discurso de *Veja* já se soubesse que o partido “era vidro” e o efeito-sentido que se produz é de não surpresa, de algo que já era esperado, ou seja, da confirmação do efeito-sentido de dúvida presente em capas anteriores.

Por sua vez, a formulação linguística “A história de uma tragédia política”, na cor vermelha, associada à imagem da estrela quebrada, produz um efeito-sentido de que o PT foi uma tragédia política, de que o PT foi uma história trágica na trajetória política do país. Nesse contexto, a formulação linguística em destaque pode ser parafraseada por: “O PT é uma tragédia política”, “A história do PT é uma tragédia política” e, ainda, “O PT é uma história trágica na política do país”. Essas formulações, portanto, encontram-se em relação interparafrástica. A cor

preta presente no plano de fundo da capa ratifica essa ideia de tragédia, uma vez que retoma uma memória relacionada ao luto.

O semanário *Veja* tem por costume colocar em circulação todo final de ano uma edição dedicada à retrospectiva dos fatos que marcaram aquele período. A edição Nº 1937, de 28 de dezembro de 2005, pertence a esse grupo. A capa da edição traz sobre um plano de fundo azul o número 2005, preenchido por imagens de pessoas que estiveram vinculadas a fatos que marcaram o ano. Na parte inferior da página, abaixo dos números, uma estrela vermelha com a sigla do PT aparece partida. Ao lado da estrela, no canto direito da página, a formulação linguística “O ano em que a estrela se partiu”. Na parte superior da página, em letras brancas, estava a palavra retrospectiva.

Figura 27 - Capa edição *Veja*, 1937, 28/12/2005



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A capa dessa edição, dedicada a elencar fatos considerados importantes que ocorreram no ano de 2005, destaca um fato entre os demais, que, segundo a discursivização de *Veja*, é a quebra do PT. Nesse contexto, a formulação linguística “O ano em que a estrela se partiu” marca o ano de 2005 como o ano em que o PT rachou, quebrou, “partiu”, o que produz um efeito-sentido de ruptura, de queda, de fim. Essa capa retoma o discurso de que o Partido dos

Trabalhadores “quebrou”, presente na edição Nº 1923, de 21 de setembro de 2005, ilustrada na Figura 26. Nesse sentido, “se partiu” e “se quebrou” encontram-se em uma relação de paráfrase.

As materialidades analisadas nesta subseção apontam para um processo de desconstrução da imagem do sujeito político Luiz Inácio Lula da Silva e, conseqüentemente, de seu partido. O Partido dos Trabalhadores, antes convocado a ocupar a posição-sujeito herói, como discutido na subseção anterior, é convocado, pela discursivização de *Veja*, a ocupar novamente a posição-sujeito vilão.

Lula e o PT são discursivizados como incapazes de separar os interesses políticos e pessoais dos interesses públicos, responsáveis por infiltrar a máquina pública com militantes, capazes de tudo para chegar ao poder e, também, para manter-se nele, inclusive “vigiar e controlar a imprensa, a televisão e a cultura”. Os efeitos-sentido mobilizados nesse processo foram de inadequação, incompetência para governar o país, autoritarismo, desrespeito às leis e corrupção.

3.4 Considerações finais

Neste capítulo, buscamos analisar o funcionamento discursivo do Partido dos Trabalhadores na posição-sujeito herói e na posição-sujeito vilão em capas de edições de *Veja* que circularam entre os anos de 2003 e 2006, além de verificar como se deu o processo de transição de uma posição a outra.

As materialidades analisadas neste capítulo mostram que, nos primeiros meses de gestão, Lula ainda é convocado a ocupar a posição-sujeito herói. Nas capas, apresentadas na subseção 3.2, Lula é discursivizado, primeiramente, como um vencedor, aclamado pelo povo, um herói nacional e, depois, como um presidente firme, confiante e decidido. A primeira-dama, Marisa Letícia, é discursivizada como autêntica, companheira e engajada, o que em *Veja* beneficia a imagem de Lula.

Entretanto, verificamos uma mudança de cenário nos anos seguintes, como apresentado na subseção 2.3; e o partido/Lula começa a ser desconstruído. Nesse sentido, o partido/Lula começa a ser discursivizado como incapaz de separar os interesses do partido dos do país, portanto, inapto a governá-lo. Depois, como aquele que é capaz de tudo para chegar ao poder e se manter nele.

Nesse período, os primeiros escândalos de corrupção envolvendo o partido começaram a surgir. A primeira polêmica apareceu já em 2004, com as acusações de José Vicente, em

entrevista a *Veja*, de que o PT o teria pressionado a pedir contribuições financeiras a empresários ligados a jogos de azar para o caixa dois da campanha do partido no Rio Grande do Sul, no ano de 2002. A segunda, em 2005, e que se configurou como um dos maiores escândalos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores, o Mensalão, um esquema de pagamento mensal a parlamentares da base aliada pelo governo em troca de apoio político.

A discursivização de *Veja*, que, inicialmente, produziu um efeito-sentido de dúvida em relação ao envolvimento de Lula no escândalo do Mensalão, passou, em seguida, a afirmar que o então presidente sabia do esquema, ou seja, deslocou-se da dúvida para a certeza. Por fim, a revista discursivizou o PT como um partido quebrado, esfacelado, com a credibilidade destruída pela corrupção – um grande erro.

4. O PARTIDO DOS TRABALHADORES NA POSIÇÃO-SUJEITO VILÃO EM DECLÍNIO

4.1 Considerações iniciais

Nessa seção, foram analisadas capas de edições de *Veja* que discursivizam sobre o Partido dos Trabalhadores ou sujeitos políticos ligados ao partido, postas em circulação entre os anos de 2007 e 2018. O marco inicial diz respeito ao primeiro ano do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, que se reelegeu na eleição presidencial realizada em 2006. E o marco final relaciona-se a dois fatos: o primeiro consiste na realização da primeira eleição presidencial após o *Impeachment* de Dilma Rousseff, que ocorreu em 2018; e o segundo consiste na derrota do Partido dos Trabalhadores nas urnas, nesse mesmo pleito, interrompendo assim um ciclo de vitórias sucessivas do partido nas eleições presidenciais, nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014.

Assim sendo, neste capítulo, analisaremos o funcionamento discursivo do Partido dos Trabalhadores na posição-sujeito vilão em declínio. Este, por sua vez, se subdivide em duas partes: a 4.2, que trata do funcionamento do PT na posição-sujeito vilão em declínio; e a 4.3, em que apresentamos as considerações finais do capítulo.

4.2 Posição-sujeito vilão em declínio

As materialidades analisadas nesta subseção foram selecionadas por representarem, a título de amostragem, regularidades presentes no *corpus*, uma vez que o número elevado de edições que circularam nesses anos dedicadas ao Partido dos Trabalhadores e/ou sujeitos políticos ligados ao partido torna inviável a análise de todas as capas catalogadas. Por uma questão de organização, elas foram separadas por blocos temáticos, quais sejam, autoritarismo, radicalismo e desrespeito às leis; corrupção; queda do PT e eleições 2018.

4.2.1 Autoritarismo, radicalismo e desrespeito às leis

A capa da edição Nº 2056, datada de 16 de abril de 2018, estampa a imagem de um Lula sorridente, com um dos braços levantados em posição de aceno e feição artificialmente envelhecida. No terno do então presidente é possível observar um adesivo, contendo seu nome e um número, uma alusão a materiais utilizados para divulgação de campanha eleitoral. No

plano de fundo desfocado aparecem pessoas segurando bandeiras vermelhas, aparentemente do Partido dos Trabalhadores. A forma como a cena é apresentada indica que se trata de um comício ou outro evento do tipo. No centro da página, lê-se a formulação linguística “2026, É LULA OUTRA VEZ...!”, em letras maiúsculas, e, ao lado, no canto direito da página, “A busca do terceiro mandato pode degenerar na criação de um presidente vitalício no Brasil?”.

Figura 28 - Capa edição *Veja*, 2056, 16/04/2008



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A capa trata de uma possível reeleição de Lula a um terceiro mandato, o que é proibido pela legislação brasileira. Atualmente, um mandato presidencial tem duração de quatro anos com direito à disputa de uma reeleição, que garante mais quatro anos de gestão, sendo vedado ao governante ocupar a cadeira da Presidência por período superior a oito anos seguidos. A ideia de um terceiro mandato estava sendo cogitada, segundo a edição da revista, por pessoas próximas a Lula, citando, como exemplo, o então deputado Devanir Ribeiro (PT). A revista faz, portanto, uma crítica a essa possibilidade.

A construção “presidente vitalício”, presente em “A busca do terceiro mandato pode degenerar na criação de um presidente vitalício no Brasil?”, ratifica esse discurso, já que produz efeitos-sentido de continuidade e permanência. Assim, a busca por um terceiro mandato, na

discursivização de *Veja*, significa o primeiro passo para uma permanência vitalícia de Lula na Presidência do Brasil. Essa possibilidade é caracterizada pela revista como uma “degeneração”, o que produz um efeito-sentido de mudança para pior.

Tal efeito é reforçado pela formulação linguística “2026, É LULA OUTRA VEZ...!”, já que 2026 está a 18 anos à frente da data da publicação dessa edição da revista. Associada a “presidente vitalício” e à imagem que estampa a capa, a construção em destaque produz efeitos-sentido de autoritarismo e desrespeito à legislação brasileira relacionados a Lula/PT, tendo em vista que a ocupação vitalícia de um político na Presidência é uma característica encontrada em governos autoritários e ditatoriais.

Publicada em 29 de setembro de 2010, a capa dessa edição de *Veja* tem como pauta a relação do Partido dos Trabalhadores com a imprensa. A capa traz como plano de fundo uma página em branco contendo o capítulo V, artigo 220, parágrafos 1º e 2º da Constituição Federal (CF) e uma estrela vermelha perfurando a imagem com uma das pontas. Na parte inferior da capa, constam as formulações linguísticas “A LIBERDADE SOB ATAQUE”, destacada em letras maiúsculas, e “A revelação de evidências irrefutáveis de corrupção no Palácio do Planalto renova no presidente Lula e no seu partido o ódio à imprensa livre”, em letras minúsculas.

Figura 29 - Capa edição *Veja*, 2184, 29/09/2010



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Em “A LIBERDADE SOB ATAQUE”, o termo “ataque” produz efeito-sentido de embate, o que é ratificado pela imagem da estrela, símbolo do Partido dos Trabalhadores, perfurando a página em que consta uma parte da Constituição que trata da liberdade de imprensa. O capítulo V da CF é destinado à regulação da Comunicação Social no Brasil e seu artigo 220 versa justamente sobre a liberdade de expressão e informação concedida aos meios de comunicação. Nesse sentido, o efeito-sentido de embate que se produz é entre Lula/PT e a imprensa livre. Se Lula e o PT atacam a imprensa, logo, representam uma ameaça à liberdade de expressão, não só dos meios de comunicação, mas de todos os brasileiros. Além do cerceamento da liberdade de expressão da imprensa, a imagem produz ainda efeito-sentido de radicalismo e violência, já que uma das pontas da estrela perfura a página da CF, rasgando-a.

Na construção “evidências irrefutáveis”, presente em “A revelação de evidências irrefutáveis de corrupção no Palácio do Planalto renova no presidente Lula e no seu partido o ódio à imprensa livre”, o que se produz é um efeito de evidência ou um efeito de verdade em relação à corrupção praticada pelo PT/governo Lula. A forma verbal “renova”, por sua vez, abre espaço para a produção do efeito de que o ódio de Lula/PT pela imprensa livre já existia, ele foi apenas renovado com a revelação de corrupção no Palácio do Planalto.

Na materialidade analisada, há uma repetição do termo liberdade e de palavras derivadas, o que produz, em relação com as formulações linguísticas e imagéticas, um efeito-sentido de autoritarismo no que diz respeito ao Partido dos Trabalhadores, uma vez que o ataque aos meios de comunicação e a censura configuram outra característica encontrada em governos autoritários e ditatoriais.

O processo de desconstrução do Partido dos Trabalhadores em *Veja*, iniciado em meados do primeiro mandato de Lula, se intensifica na segunda gestão do petista. O partido, anteriormente discursivizado como um grande erro, como mostram as análises da subseção 3.3, passa a ser descrito, na discursivização da revista, não apenas uma escolha equivocada, mas uma ameaça à liberdade, às leis, à harmonia dos poderes (legislativo, executivo e judiciário), ou seja, um risco para a democracia, cuja busca pela manutenção no poder pode levar à instauração de um governo autoritário e ditatorial.

A edição Nº 2319, datada de 1º. de maio de 2013, apresentava uma mulher vestida de branco, vendada e segurando uma espada, em uma das mãos, e uma balança, na outra. Ela estava amarrada a uma estrela vermelha sobre um plano de fundo preto. Na parte inferior da página apareciam as formulações linguísticas “O ATAQUE À JUSTIÇA”, em letras maiúsculas, e “Para escaparem da cadeia os réus e os radicais do PT desafiam a Constituição e a harmonia entre os poderes”, em letras minúsculas.

Figura 30 - Capa edição *Veja*, 2319, 01/05/2013



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A figura da mulher faz referência a Têmis, uma deusa da mitologia grega, guardiã dos juramentos dos homens, da lei e que personifica a justiça. Na capa, ela aparece amarrada a uma estrela vermelha, que é o símbolo do Partido dos Trabalhadores, o que produz o efeito-sentido de que o PT desrespeita e despreza as leis, manipulando-as para conquistar os seus objetivos. As formulações linguísticas e imagéticas indicam que o embate é entre a justiça/leis e o PT e que o partido representa uma ameaça para as instâncias que regulamentam a leis no país. A imagem produz ainda um efeito-sentido de tortura, uma vez que a mulher está amarrada e vendada, o que reforça o efeito-sentido de autoritarismo em relação ao PT.

A forma verbal “ataque”, presente em “O ATAQUE À JUSTIÇA”, produz efeito-sentido de embate entre a justiça e os réus/radicais do PT. A repetição do termo sugere uma regularidade discursiva em relação ao uso desse verbo e outras palavras do mesmo campo semântico que remetem à luta/batalha, a exemplo de “confronto” (Figura 1), “combate” (Figura 6), “triunfo” (Figura 14), “vale-tudo” (Figura 19), etc. O mesmo efeito é produzido com o verbo “desafiar”, que aparece na formulação linguística “Para escaparem da Cadeia os réus e os radicais do PT desafiam a Constituição e a harmonia entre os poderes”. O termo em destaque

reforça ainda o efeito-sentido de desrespeito às leis, que aparece nas capas anteriores. O fundo escuro da capa, associado aos demais elementos imagéticos, retoma uma memória de medo e ameaça relacionada ao PT.

As materialidades analisadas mostram que, na discursivização de *Veja*, há uma construção e a retomada de uma memória sobre o PT como um partido autoritário, que provoca medo e representa uma ameaça à democracia do Brasil, uma vez que a busca por uma permanência vitalícia no poder, o ataque à liberdade de expressão e o desrespeito às leis são ações que vão de encontro à democracia e são características presentes em governos autoritários e ditatoriais.

4.2.2 Corrupção

Publicada em 10 de dezembro de 2014, a capa da edição N° 2403 apresenta a imagem de uma estrela vermelha sendo lavada por um jato de água, que retira parte da coloração vermelha e revela notas de dinheiro. Na parte inferior da página, estão estampadas as formulações linguísticas “A OPERAÇÃO LAVA-JATO E O PT”, em letras maiúsculas, e “O partido do governo tem muito que explicar sobre o escândalo depois das acusações de receber propina nas campanhas eleitorais”, em letras minúsculas.

Figura 31 - Capa edição *Veja*, 2403, 10/12/2014



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Ao ser “lavada”, a cor vermelha da estrela, símbolo do PT, começa a derreter como tinta fresca e deixa à mostra imagens de notas de dinheiro. O efeito-sentido que se produz é de corrupção. A imagem ainda produz efeitos-sentido de mentira, enganação e dissimulação, uma vez que a tinta vermelha ocultava o dinheiro, provavelmente da corrupção, revelado pela Lava-Jato.

Na formulação linguística “A OPERAÇÃO LAVA-JATO E O PT” o conectivo “e” funciona não como adição, mas como um elemento adversativo, estabelecendo uma relação antagônica entre a “OPERAÇÃO LAVA-JATO” e o “PT”. A construção “O partido do governo tem muito que explicar”, presente em “O partido do governo tem muito que explicar sobre o escândalo depois das acusações de receber propina nas campanhas eleitorais”, produz efeitos-sentido de culpa ou pelo menos de suspeita em relação às acusações de corrupção do PT, já que o partido “tem muito que explicar” sobre as acusações de recebimento de propina em campanhas eleitorais. O termo “muito”, por sua vez, intensifica esses efeitos. Ao levar em consideração os feitos-sentido apresentados, a relação antagônica, PT *versus* Lava-Jato, convoca o Partido dos Trabalhadores e a Operação Lava-jato a ocuparem as posições-sujeito vilão e herói, respectivamente.

A capa da edição Nº 2470 de 23 de março de 2016 estampa, sobre um plano de fundo preto, seis fotos idênticas de Lula organizadas em duas linhas e três colunas. Abaixo de cada foto constam nomes relacionados a casos de corrupção dos quais Lula ou o PT foram acusados. Na imagem, Lula é apresentado fazendo o gesto de “dar uma banana”. Na parte inferior da página, aparecem as formulações linguísticas “LULA COMANDAVA O ESQUEMA”, em letras maiúsculas, e “O senador Delcídio do Amaral antecipa a VEJA a segunda parte de sua delação e detalha como o governo vazava operações da Lava-Jato usando as senhas ‘ventos frios’ e ‘questão indígena’”, em letras minúsculas.

Figura 32 - Capa edição *Veja*, 2470, 23/03/2016



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Em “LULA COMANDAVA O ESQUEMA”, a forma verbal “comandava”, além de produzir efeito-sentido de corrupção em relação a Lula, o coloca como o líder dos esquemas de corrupção, dos quais ele e seu partido foram acusados. Nesse sentido, Lula é discursivizado por *Veja* como culpado dos escândalos de corrupção citados pela revista, como o “Mensalão”, o “Petrolão”, o “Sítio de Atibaia”, o “Triplex do Guarujá”, “Casa Civil” e “A Voz das Ruas”.

A forma verbal “detalha”, por sua vez, presente na formulação “O senador Delcídio do Amaral antecipa a VEJA a segunda parte de sua delação e detalha como o governo vazava

operações da Lava-Jato usando as senhas ‘ventos frios’ e ‘questão indígena’”, produz efeito-sentido de verdade no que diz respeito aos esforços do governo para atrapalhar operações da Lava-Jato, o que é reforçado pelo termo “como”. As palavras em destaque produzem efeito-sentido de evidência da verdade, pelo testemunho de um dos integrantes do próprio governo (a delação), quanto a participação do PT no vazamento de operações da investigação, uma vez que ele “detalha como” e não “detalha se”, portanto, na materialidade analisada, não existe dúvida da culpa de Lula/PT.

Delcídio do Amaral é um político brasileiro, ex-ministro de Minas e Energia e ex-senador que foi filiado ao Partido dos Trabalhadores e ficou conhecido por presidir a CPMI dos Correios. Ele foi preso em 2015 acusado de tentar obstruir as investigações da Operação Lava-Jato.

Nas fotos de Lula, o petista aparece “dando uma banana”, um gesto considerado ofensivo que consiste em dobrar um braço de punho fechado e apoiar a outra mão na dobra desse braço. Os efeitos-sentido produzidos com essa imagem são de desrespeito e desprezo pelas leis. Ao relacionar as formulações linguísticas às formulações imagéticas, é possível dizer que, na discursivização da revista, essa “banana” é destinada à justiça, representada nesse contexto pela operação Lava-Jato, e a própria população, já que ao praticar crimes de corrupção, tendo em vista o cargo que ocupou, Lula desrespeita a população brasileira.

Nas materialidades analisadas Lula e o PT são discursivizados como sujeitos políticos corruptos, mentirosos, enganadores e dissimulado, que desrespeitam, desprezam e zombam da lei. Nas capas, funciona também um efeito-sentido de embate entre Lula e a Operação Lava-Jato, os efeitos produzidos sobre cada um deles, a partir dessa relação antagônica, apontam para a posição-sujeito que eles são convocados a ocupar pela revista, quais sejam, posição-sujeito vilão e herói, respectivamente. Além disso, o PT é discursivizado, pela revista, com um partido em ruínas, destruídos pela ação dos ilícitos e com o fim já decretado.

4.2.3 Queda do PT

A capa da edição Nº 2468, datada de 09 de março de 2016, trata do primeiro depoimento prestado por Lula à Polícia Federal e sobre desdobramentos da Operação Lava-Jato envolvendo o petista. Nela, o então ex-presidente aparece com o semblante sério e cercado por pessoas. Na parte inferior da página há uma formulação linguística “LULA E A LEI”, escrita em letras maiúsculas, seguida de “O Ex-presidente depõe na Polícia Federal em São Paulo e sai debochando da justiça”; “Um dossiê fajuto contra o juiz Moro passa pelo Planalto e, mesmo

assim, circula entre os petistas”; “A delação premiada de Delcídio do Amaral é uma bomba arrasa-quarteirão contra Dilma e Lula”; e “O ‘custo Dilma’ na economia é contabilizado na casa do trilhão”, organizadas em 4 colunas, também em letras maiúsculas, mas em tamanho menor.

Figura 33 - Capa edição *Veja*, 2468, 09/03/2016



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

Na formulação linguística “LULA E A LEI”, o conectivo “e” produz efeito-sentido de oposição entre Lula e a lei. Em “O Ex-presidente depõe na Polícia Federal em São Paulo e sai debochando da justiça”, a construção “sai debochando da justiça” produz efeitos-sentido de desrespeito e desprezo pelas leis e aquilo que elas representam na organização social. Na formulação linguística “Um dossiê fajuto contra o juiz Moro passa pelo Planalto e, mesmo assim, circula entre os petistas”, o termo “fajuto” se encontra em relação parafrástica com falsificado, artifício utilizado para simular uma falsa inocência, segundo a discursividade em *Veja*, o que produz efeitos-sentido de falsidade, mentira, enganação e simulação relacionados ao dossiê e a seus criadores.

Na formulação linguística “A delação premiada de Delcídio do Amaral é uma bomba arrasa-quarteirão contra Dilma e Lula”, a revista caracteriza a delação de Delcídio como uma bomba “arrasa-quarteirão”, o que produz efeito-sentido de culpa e corrupção em relação a esses

sujeitos políticos. O termo remete a grandes proporções e, nesse sentido, faz supor que a delação afetará grande parte do partido, inclusive os membros do alto escalão do PT. A delação de Delcídio produz um efeito de verdade, uma vez que esse sujeito político-delator se subjetiva na posição de ex-membro do PT, atribuindo a si a ciência dos crimes de corrupção cometidos pelos seus ex-companheiros. Desse modo, na materialidade analisada, há um jogo de verdade e mentira, cujas posições marcam o lugar do herói e do vilão.

Com a construção “custo Dilma”, presente em “O ‘custo Dilma’ na economia é contabilizado na casa do trilhão”, o efeito-sentido produzido em relação à então presidente é de prejuízo, ou seja, a petista representa perdas para a economia do país, o que, por sua vez, produz efeitos-sentido de incompetência e inadequação de Dilma ao cargo de presidente. Dado o efeito de aproximação dos sujeitos Dilma, Lula e PT, não apenas Dilma representa um prejuízo para o país, mas, também, o PT e seus membros em geral. Nesse sentido, observa-se uma retomada do discurso do Partido dos Trabalhadores como um grande erro. Ainda sobre essa formulação, é produzido, com a construção “na casa do trilhão”, um efeito-sentido de intensidade em relação aos impactos causados por Dilma/PT à economia brasileira. Essa construção também retoma uma memória relacionada à incapacidade de lidar com as questões econômicas do país e reatualiza uma memória dos primeiros anos do PT como inimigo da ordem, das contas e da economia do país.

Assim, Lula e o PT são discursivizados por *Veja* como sujeitos políticos corruptos, que desrespeitam e menosprezam a lei. Além disso, o partido é apresentado como responsável pelos problemas e danos relacionados à economia do país, sendo, portanto, convocados a ocupar a posição-sujeito vilão.

Como mostramos na subseção 1.3, intitulada “Considerações sobre o objeto”, os escândalos de corrupção política que foram noticiados durante os anos de governo em que o PT ocupou a cadeira presidencial, com destaque para o Mensalão e a Operação Lava-Jato, colaboraram para a queda de popularidade do partido, o que refletiu no resultado das eleições presidenciais de 2014, em que Dilma teve uma vitória apertada em relação ao seu oponente Aécio Neves. O segundo mandato de Dilma foi marcado por manifestações contra o governo e por críticas que partiam não só da oposição, mas, também, da própria base aliada. O desgaste do governo e o momento político conturbado contribuíram para que, no ano de 2017, a então presidente sofresse o *impeachment*.

Publicada em 21 de abril de 2016, a edição especial de *Veja* apresentada na Figura 36 tem como pauta a admissibilidade do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. A capa, cuja moldura é constituída das cores verde, amarelo e azul, retrata uma

jovem mulher vestida com uma blusa amarela e verde segurando a bandeira do Brasil. Na foto, a moça parece estar comemorando, seu cabelo está pintado de azul e a face tem marcas nas cores verde e amarela. Na parte inferior da página, a palavra *impeachment* aparece destacada em letras maiúsculas e logo abaixo a inscrição “SIM 367 x 146 NÃO”. No canto direito da página, consta a legenda da foto “Isabella Marquezini, 13 anos, na segunda manifestação popular de sua vida – Avenida Paulista, domingo, 17 de abril de 2016”.

Figura 34 - Capa edição *Veja*, 2474, 21/04/2016



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A capa dessa edição de *Veja* retoma uma memória relacionada ao movimento *Caras Pintadas*, formado por jovens e adolescentes que se reuniram para realizar manifestações durante o processo de *impeachment* de Fernando Collor. Segundo dados do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), essa denominação foi dada em virtude das características desse movimento, que consistia no uso de roupas pretas e das tintas verde e amarelo pintadas nos rostos de todos que foram para as ruas pedir pela saída de Collor e pela prisão de Paulo César Farias. Tal retomada, na discursivização da revista, produz efeitos-sentido de aproximação e similaridade entre o movimento *Caras Pintadas* e as

manifestações pelo *impeachment* de Dilma, além do motivo que levou Dilma Rousseff e Fernando Collor a perderem seus mandatos, qual seja, a corrupção.

A formulação “SIM 367 x 146 NÃO” faz alusão aos votos que determinaram o resultado da Sessão de votação pela admissibilidade do *impeachment* na Câmara de Deputados e remete ao placar utilizado em competições esportivas, o que, associado à palavra “IMPEACHMENT” e aos elementos imagéticos presentes na capa, produz efeito-sentido de vitória. Assim, na discursivização de *Veja*, o acolhimento do processo contra Dilma representa uma vitória para o país.

Trata-se, portanto, da vitória do povo brasileiro contra a ameaça que o Partido dos Trabalhadores representa e contra a corrupção, uma leitura possível tendo em vista as materialidades analisadas anteriormente nesta seção, em que o PT é discursivizado como um partido corrupto. Além disso, o trabalho de Costa (2018) mostra, como foi discutido, que outros sujeitos políticos, a saber, Lula e PT, foram convocados a ocupar a posição-sujeito réu na Sessão Extraordinária de julgamento do *impeachment* de Dilma, embora, juridicamente, apenas ela pudesse figurar como sujeito passivo do processo. Esse fato sugere uma aproximação entre esses sujeitos políticos, que quase se confundem no que se refere ao contexto do *impeachment*.

Datada de 18 de maio de 2016, a capa da edição N° 2478 de *Veja* reporta, sobre um plano de fundo cinza, um busto em ruínas com as feições de Lula. A chamada principal apresenta a formulação linguística “A RUÍNA DO PT”, seguida de “O PARTIDO - Em treze anos no poder, a legenda afundou a esperança de ética em um mar de corrupção”; “DILMA - Afastada por crime de responsabilidade, a presidente entrega um país quebrado”; e “TEMER - Vem aí cortes de gastos, inflação na meta e estímulo aos investimentos”. Na parte superior da página, aparece a formulação linguística “EXCLUSIVO - As novas provas que comprometem Lula”.

Figura 35 - Capa edição *Veja*, 2478, 18/05/2016



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A Figura de Lula, presente na capa, retoma uma memória relacionada aos bustos gregos e romanos. A imagem, associada à formulação linguística “A RUÍNA DO PT”, produz efeitos-sentido de ruína e declínio. Em geral, a degradação desse tipo de obra se dá por meio da exposição à ação do tempo; nesse caso, no entanto, a “ruína” se dá pela ação dos ilícitos.

O semanário já havia publicado uma capa com elementos semelhantes a esta. Trata-se da edição Nº 1910 (Figura 22, p. 86). Nela, conforme foi apresentado, o efeito-sentido produzido ainda era de dúvida. Questionava se o governo e a biografia de Lula ainda tinham conserto. No caso da edição Nº 2478, não há mais dúvida e o efeito-sentido produzido é o de que o Partido dos Trabalhadores caminha para o fim.

Em “O PARTIDO - Em treze anos no poder, a legenda afundou a esperança de ética em um mar de corrupção”, os efeitos-sentido produzidos são de ilegalidade, corrupção e imoralidade. A construção “afundou a esperança de ética” produz ainda efeito-sentido de enganação, uma vez que, para afundar a esperança de ética, é preciso que ela tenha existido; nesse sentido, o PT é discursivizado como um partido que não honrou as expectativas de seu eleitorado. Nesse sentido, o termo ruína, além de indicar a destruição do PT, evoca o estrago em que o partido deixou o país.

As construções “crime de responsabilidade” e “entrega um país quebrado”, presentes em “DILMA - Afastada por crime de responsabilidade, a presidente entrega um país quebrado”, produzem, respectivamente, efeitos-sentido de ilegalidade e incompetência relacionados a Dilma Rousseff. Nesse sentido, se por um lado, Dilma é apresentada como incompetente e incapaz de governar bem o país, já que o deixou quebrado, por outro, Temer é discursivizado como um sujeito político competente e apto a ocupar a cadeira presencial, pois a previsão é que sua gestão deverá cortar gastos, manter a inflação na meta e estimular os investimentos.

A construção “novas provas” e a forma verbal “compromete”, presente na formulação linguística “EXCLUSIVO - As novas provas que comprometem Lula”, produzem, respectivamente, efeitos-sentido de ilicitude, culpa e certeza em relação ao envolvimento de Lula em crimes de corrupção.

Publicada em 07 de setembro de 2016, a edição Nº 2494 tem como pauta o *impeachment* de Dilma Rousseff. A capa da edição mostra, sobre o plano de fundo escuro, uma representação gráfica semelhante àquela encontrada em aparelhos que mapeiam a atividade elétrica do coração, na cor vermelha. Abaixo dessa representação, no canto direito da página, aparecem os anos 2003 e 2016 entre parênteses.

Figura 36 - Capa edição *Veja*, 2494, 07/09/2016



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A capa dessa edição de *Veja* faz referência a um eletrocardiógrafo, aparelho responsável por transformar sinais elétricos em linhas impressas, que mostram o ritmo cardíaco. A revista apresenta uma representação gráfica em que a linha começa irregular, como é comum em exames dessa natureza, mas depois se transforma em uma estrela, que é o símbolo do Partido dos Trabalhadores. A cor vermelha também remete ao partido. Posteriormente, a linha se estabiliza na horizontal, o que, do ponto de vista médico, representa a ausência de batimentos cardíacos, ou seja, a morte.

Assim, a imagem produz efeito-sentido de morte, representada pela estabilização da representação gráfica na horizontal. Nesse sentido, na discursivização de *Veja*, o *impeachment* de Dilma representa a “morte”, o fim do PT, o que é reforçado pelos números entre parênteses, 2003 e 2016, que acionam uma memória relacionada às inscrições responsáveis por informar o ano de nascimento e morte de alguém. Nesse caso, especificamente, as datas mencionadas correspondem, respectivamente, ao primeiro e último ano em que o PT ocupou a cadeira presidencial, ininterruptamente, contabilizando duas eleições e duas reeleições.

Embora no semanário o *impeachment* de Dilma represente o fim do PT, o fato de ser tema de edições históricas de uma revista de tradição e de grande circulação como *Veja* chama a atenção para a relevância que o partido ainda tem no cenário político brasileiro. Os dados quantitativos apresentados nas considerações sobre o percurso teórico-metodológico deste trabalho mostram que, mesmo após o afastamento de Dilma, o número de capas de edições dedicadas ao Partido dos Trabalhadores ou aos sujeitos políticos relacionados ao partido se manteve expressivo.

Publicada em 10 de maio de 2017, a capa da edição Nº 2529 é dedicada ao primeiro encontro de Lula e Moro. Sobre um plano de fundo alaranjado, aparecem os desenhos de Moro e Lula usando máscaras de super-herói ou super-vilão e seus nomes figuram acima dos círculos em que estavam envoltos. As imagens estão separadas por um x. As cores do plano de fundo dos círculos são as mesmas presentes nas máscaras, sendo azul a cor de Moro, e vermelha, a de Lula. Na parte superior da página, acima dos desenhos de Moro e Lula, há a formulação linguística “O PRIMEIRO ENCONTRO CARA A CARA”, em letras maiúsculas. Abaixo, na parte inferior da página, é possível ler as seguintes formulações “Porque a libertação de José Dirceu só fortalece a lava-jato” e “Renato Duque diz que Lula o orientou a fechar conta na Suíça”, separadas por quatro estrelas, também em letras maiúsculas, mas em tamanho menor.

Figura 37 - Capa edição *Veja*, 2529, 10/05/2017



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A chamada principal dessa edição de *Veja* faz referência ao primeiro encontro entre o juiz Sérgio Moro e Lula no contexto da Operação Lava-Jato. A forma como os rostos aparecem, de perfil, as máscaras que usam e o “x” entre as imagens remetem a luta-livre ou, ainda, ao universo dos quadrinhos. Todos esses elementos imagéticos produzem efeito-sentido de embate entre Moro e Lula, efeito que é reforçado na formulação linguística “O PRIMEIRO ENCONTRO CARA A CARA”, em que a construção “cara a cara” produz efeito-sentido de enfrentamento. A revista discursiviza o encontro entre Moro e Lula não como um encontro entre juiz e réu, respectivamente, mas como um grande evento, um embate entre duas forças antagônicas, dois rivais, dois adversários.

A formulação linguística “Renato Duque²⁶ diz que Lula o orientou a fechar conta na Suíça” produz efeitos-sentido de culpa e corrupção em relação ao petista, uma vez que a fala de Duque faz pressupor que Lula tinha consciência da existência desse tipo de conta e que ele desejava ocultá-la. O fato de querer ocultar algo, por sua vez, produz efeitos-sentido de

²⁶ Renato Duque foi diretor de serviços da Petrobras, entre os anos de 2003 e 2012. Em março de 2015, ele foi preso durante investigações da Operação Lava Jato. Às vésperas do primeiro encontro presencial, no contexto da Operação Lava-Jato, entre Lula e Moro, ele tornou públicas, por meio de delação premiada, informações que denunciavam a participação de Lula em esquemas de corrupção.

enganação e ilegalidade. Assim, Lula é discursivizado como um sujeito político que, além de praticar condutas ilícitas, articula para escondê-las ou eliminar seus rastros.

Se partirmos dessa relação, Moro pode estar representando, nessa capa de *Veja*, o herói nacional, aquele responsável por livrar o povo de algum mal ou provação. Nesse contexto, portanto, Moro seria o herói responsável por limpar o Brasil da corrupção. No universo dos quadrinhos, os confrontos se dão, geralmente, entre um herói e um vilão. Dados os elementos apresentados, caberia a Moro o papel de herói, e a Lula, a figura de vilão.

No que se refere à ordem das imagens, o desenho de Moro aparece antes do de Lula, o que aponta para um protagonismo do juiz nesse contexto. O plano de fundo vermelho do círculo em que Lula está inserido remete à cor da bandeira do PT e retoma uma memória relacionada ao partido de esquerda, enquanto a cor azul, do plano de fundo do círculo em que Moro está inserido, é muito utilizada como referência ao azul da bandeira do Brasil.

As materialidades analisadas apontam para a construção de uma memória do PT em oposição às leis. Nas capas são encontrados elementos linguísticos e imagéticos que produzem efeitos-sentido que apontam para a posição-sujeito que esses sujeitos são convocados a ocupar. A posição-sujeito que o Partido dos Trabalhadores é convocado a ocupar por *Veja*, no período analisado, é constituída pelos sentidos de corrupção, mentira, enganação e ilegalidade: trata-se, portanto, da posição-sujeito vilão. A posição-sujeito a que Moro, na discursivização da revista, é convocado a ocupar se constitui pelos sentidos de combate à corrupção, justiça e legalidade; trata-se, portanto, da posição-sujeito herói.

4.2.4 Eleições 2018

Nas eleições presidenciais que ocorreram no ano de 2018 se candidataram: Álvaro Fernandes Dias (PODE), Benevenuto Daciolo Fonseca dos Santos (PATRI), Ciro Ferreira Gomes (PDT), José Maria Eymael (DC), Fernando Haddad (PT), Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho (PSDB), Guilherme Castro Boulos (PSOL), Henrique De Campos Meirelles (MDB), Jair Messias Bolsonaro (PSL), Joao Dionisio Filgueira Barreto Amoedo (NOVO), João Vicente Fontella Goulart (PPL), Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima (REDE) e Vera Lucia Pereira Da Silva Salgado (PSTU). Inicialmente o candidato do PT à Presidência era Luiz Inácio Lula da Silva, que, por ter o registro de sua candidatura indeferido com base na Lei da Ficha Limpa, foi substituído por Fernando Haddad.

O período eleitoral foi marcado pela polarização em torno dos candidatos Jair Messias Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), que contavam com o maior número de intenções de

voto e com mais chances de chegar à presidência. Haddad representava a volta do PT, ao passo que Bolsonaro ganhou força com o antipetismo. Por esse motivo, os apresentaremos brevemente.

Fernando Haddad iniciou sua carreira política no ano 2001, ao assumir o cargo de chefe de gabinete da Secretaria de Finanças da Prefeitura de São Paulo, na gestão de Marta Suplicy. Entre 2005 e 2012, foi ministro da Educação nos governos de Lula e Dilma. E em 2012, ganhou a eleição para prefeito de São Paulo, ocupando o cargo entre 2013 e 2016. Concorreu pela primeira vez à Presidência da República em 2018 com propostas de campanha que defendiam uma política voltada para programas sociais e fortalecimento do mercado interno, também tinha como objetivo realizar uma reforma política com participação popular, fortalecer o SUS e priorizar a educação²⁷.

Capitão da reserva do Exército, Jair Messias Bolsonaro deu início a sua carreira política no ano de 1991 como deputado federal pelo Rio de Janeiro, sendo eleito sete vezes consecutivas, entre os anos de 1991 a 2015, por diferentes siglas partidárias. Apesar dos 24 anos que esteve na Câmara dos Deputados, Bolsonaro era, até poucos anos antes da eleição de 2018, um nome pouco conhecido no âmbito nacional. Candidato à Presidência pela primeira vez, Bolsonaro se apresentou na campanha eleitoral como um político conservador e liberal e, entre suas propostas, defendia o pagamento de dívidas do Estado por meio da privatização de estatais e a promoção de cortes de gastos²⁸.

Os candidatos Jair Bolsonaro, à época membro do Partido Social Liberal (PSL), e Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), foram para o segundo turno da eleição presidencial de 2018, da qual Bolsonaro saiu vitorioso. Sua eleição representou uma ruptura política, já que interrompeu o ciclo de quatro vitórias consecutivas do Partido dos Trabalhadores.

Publicada em 29 de agosto de 2018, a capa da edição Nº 2597 tem como tema as eleições presidenciais de 2018. A imagem que compõe o plano de fundo da página é uma cópia da obra *O grito*, do pintor norueguês Edvard Munch. Entretanto, a cabeça do homem retratada na figura, diferentemente da pintura, é em formato de mapa do Brasil. Na parte inferior da capa, leem-se as seguintes formulações linguísticas: “A ELEIÇÃO DO PAVOR”, destacada em letras

²⁷ ELEIÇÕES 2018. **ESTADÃO**. São Paulo: Grupo Estado, 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2018/candidatos/br/presidente/fernando-haddad>,13. Acesso em 04 mar. 2020.

²⁸ ELEIÇÕES 2018. **ESTADÃO**. São Paulo: Grupo Estado, 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2018/candidatos/br/presidente/jair-bolsonaro>,17. Acesso em 04 mar. 2020.

maiúsculas e tamanho maior, e “O mercado se assusta com a paralisia de Alckmin nas pesquisas”; “Os democratas se assustam com a liderança de Bolsonaro”; e “Os que acreditam na lei se assustam com a força de Lula mesmo preso”, escritas em um tamanho maior.

Figura 38 - Capa edição *Veja*, 2597, 29/08/2018



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

A obra *O grito* de Edvard Munch transmite sentimentos de medo, pavor e desespero, que são retomados por *Veja*, por meio da memória, com a capa dessa edição, e reforçados pelo termo “pavor” presente em “A ELEIÇÃO DO PAVOR”, que produz efeito-sentido de medo e insegurança em relação às eleições presidenciais daquele ano.

Na formulação linguística “O mercado se assusta com a paralisia de Alckmin nas pesquisas” os efeitos-sentido produzidos são de medo e anormalidade diante da “paralisia” de Alckmin nas pesquisas, esse medo se relaciona com a memória de que o partido de Alckmin, o PSDB, sempre esteve presente no segundo turno das eleições, figurando, inclusive, como o partido preferido do mercado.

Em “Os democratas se assustam com a liderança de Bolsonaro” os efeitos-sentido que aparecem são de medo e incerteza sobre os rumos que a democracia pode tomar no Brasil com uma possível vitória de Bolsonaro. Mesmo em campos distintos, PT E PSDB, em uma posição discursiva democrática, eram vistos como partidos que respeitam o resultado democrático ou

sempre tiveram posturas democráticas, nesse sentido, o medo se relaciona aqui com uma memória de Bolsonaro como um candidato que defende ideias consideradas antidemocráticas.

A construção “os que acreditam na lei”, presente em “Os que acreditam na lei se assustam com a força de Lula mesmo preso”, por sua vez produz efeito-sentido de ilegalidade em relação a Lula e de afastamento entre Lula e à Lei. Nesse caso, o medo se constitui pelo fato de que era esperado que, condenado por corrupção, o custo ético arrefeceria a liderança de Lula, o que não ocorreu, pelo menos não nas proporções esperadas.

A edição Nº 2603, de 10 de outubro de 2018, também trata das eleições presidenciais de 2018. A capa estampa duas mãos com os dedos em L e em posições distintas, uma na cor azul e outra na cor vermelha, sobre um plano de fundo amarelo. Entre elas estão as formulações linguísticas “O DUELO DA INSENSATEZ”, em letras maiúsculas, e “Por que Bolsonaro e Haddad, cada um a seu modo, são um risco de retrocesso para o país”, em letras minúsculas.

Figura 39 - Capa edição, *Veja* 2603, 10/10/2018



Fonte: Acervo digital da revista *Veja*

As cores azul e vermelho, com as quais as mãos estão pintadas, fazem referência ao partido a que Bolsonaro e Haddad pertenciam na época da eleição, respectivamente. A cor vermelha, como já mencionamos, retoma uma memória relacionada aos partidos de esquerdas,

ao passo que a cor azul remete aos de direita. Ainda no que se refere às cores, a cor amarela vibrante, que aparece no plano de fundo da capa, produz efeitos-sentido de alerta e perigo, uma vez que recupera uma memória relacionada ao sinal semafórico, em que essa cor indica que é preciso tomar cuidado e ter atenção.

Em “O DUELO DA INSENSATEZ”, o efeito-sentido produzido com o termo “duelo” é de embate. Esse “duelo” é caracterizado por *Veja* como “da insensatez”, o que produz o efeito-sentido de que a escolha entre qualquer um dos dois, Bolsonaro e Haddad, é insensata e imprudente, portanto ambos os candidatos são discursivizados por *Veja* como inaptos a ocupar o mais alto cargo do poder executivo do Brasil, já que essa é uma característica inadequada a um presidente da República. Esse aspecto é reforçado pela construção “um risco de retrocesso para o país”, presente em “Por que Bolsonaro e Haddad, cada um a seu modo, são um risco de retrocesso para o país”, o termo “risco” encontrado nessa construção produz efeitos-sentido de perigo, medo e ameaça, enquanto o termo “retrocesso” produz efeitos-sentido de atraso e mudança para pior. Nesse contexto, tanto Bolsonaro quanto Haddad, são convocados a ocupar a posição-sujeito vilão.

Embora as mãos estejam realizando o mesmo gesto, em L, a forma como estão posicionadas retoma e atualiza uma memória relacionada aos partidos. A mão com formato em L na posição deitada, em azul, remete a um gesto usado com frequência por Bolsonaro e seus simpatizantes que fazem alusão a uma arma de fogo. Já a mão com formato em L na posição em pé, em vermelho, remete a “Lula Livre”, slogan utilizado por Lula e seus simpatizantes em protesto contra sua prisão. Ao relacionar o posicionamento das mãos às formulações linguísticas e imagéticas presentes na capa e ao estabelecer um diálogo entre essa materialidade e a anteriormente analisada, entendemos que os efeitos-sentido produzidos pela mão em azul em relação a Bolsonaro e seu partido é de violência e risco à democracia, ao passo que o efeito-sentido produzido pela mão em vermelho em relação a Haddad e seu partido é de desrespeito às leis.

As materialidades analisadas indicam que os efeitos-sentido produzidos em relação às eleições presidenciais de 2018 são de medo, ameaça e insegurança. Na discursivização de *Veja*, o efeito-sentido produzido em relação, tanto a Bolsonaro, quanto a Haddad é de que a escolha entre qualquer um dos dois é insensata e imprudente, portanto ambos os candidatos são discursivizados pela revista como inaptos a ocupar o cargo de presidente da República.

4.3 Considerações finais

A trajetória do Partido dos Trabalhadores contada pelas capas de *Veja* passou por momentos de construção e desconstrução. Os dados analisados mostram que, ora o partido foi convocado a ocupar a posição-sujeito herói, ora a posição-sujeito vilão. Nesse sentido, buscamos analisar, neste capítulo, o funcionamento discursivo do Partido dos Trabalhadores na posição-sujeito vilão em declínio nas capas de edições que circularam entre os anos de 2007 e 2018.

Nesse recorte, observamos uma regularização do PT na posição-sujeito vilão. Entretanto, identificamos elementos que distinguem esse período dos demais: os efeitos-sentido de queda e de fim do Partido dos Trabalhadores. Por esse motivo, consideramos que, nesse recorte temporal, o partido foi convocado a ocupar a posição-sujeito vilão em declínio.

Nas materialidades analisadas foi se constituindo uma memória do PT como um partido autoritário, que provoca medo e representa uma ameaça à democracia do Brasil, uma vez que busca a manutenção do poder a qualquer custo, ataca a liberdade de expressão e desrespeita as leis, ações que não condizem com uma democracia, e, sim, com governos autoritários e ditatoriais. Trata-se, portanto, de um partido em conflito com a lei, destruído pela corrupção e inapto a ocupar a cadeira presidencial novamente.

Nesse sentido, no período analisado, o PT é convocado a ocupar na discursivização de *Veja* a posição-sujeito vilão em declínio, que se constitui a partir dos efeitos-sentido de autoritarismo, radicalismo, desrespeito às leis, desprezo pela justiça, corrupção, ameaça e perigo à democracia.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho buscou analisar, sob a óptica da Análise de Discurso, as posições-sujeito que o Partido dos Trabalhadores foi convocado a ocupar nas capas das edições de *Veja* que circularam entre os anos de 1970 e 2018, aqui tomadas como uma materialidade simbólica de significação que funciona como lugar de memória discursiva, de materialização dos discursos que circulam na sociedade e de construção e desconstrução de sujeitos e de partidos políticos.

As materialidades analisadas indicam que a trajetória do PT contada pelas capas de *Veja* passou por processos de construção e desconstrução, em que o partido fora convocado a ocupar, ora a posição-sujeito herói, ora a posição-sujeito vilão. Por esse motivo, os capítulos de análise que compõem este trabalho foram estabelecidos com base nessa alternância de posições discursivas que o PT fora convocado a ocupar.

No Capítulo 1, discutimos alguns dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do GPADis, mostrando como eles dialogam entre si e como contribuíram para construção do nosso estudo e apresentamos a pergunta, a hipótese e os objetivos da pesquisa. Discorremos também sobre o percurso metodológico e os pressupostos teóricos utilizados. Além disso, realizamos um apanhado histórico da trajetória do Partido dos Trabalhadores com o intuito de mostrar as condições de produção dos discursos analisados.

No Capítulo 2, foram analisadas capas de edições de *Veja* que discursivizam sobre o Partido dos Trabalhadores ou os sujeitos ligados ao partido e que circularam entre 1979 e 2002, ano em que foi publicada a primeira capa em que Lula aparece e ano da primeira vitória do PT em eleições presidenciais, respectivamente. Nessa seção, mostramos o funcionamento discursivo do partido na posição-sujeito vilão e na posição-sujeito herói e verificamos como se deu esse processo de transição de uma posição a outra.

Os dados indicam que, na discursivização da revista, primeiro o partido foi convocado a ocupar a posição-sujeito vilão e os efeitos-sentido produzidos, cuja posição é de agressividade, autoritarismo, desrespeito às leis, radicalismo, subversão, inaptidão para lidar com questões econômicas e inadequação ao cargo de presidente. Nesse período, uma memória que relaciona o PT ao socialismo, à esquerda revolucionária e às greves do ABC é construída e retomada. Em seguida, o partido passa por um processo de construção e Lula e o PT assumem o protagonismo no cenário político. O PT, que é convocado a ocupar a posição-sujeito herói, é um partido afastado do radicalismo e disposto a participar do jogo político.

No Capítulo 3, foram analisadas capas de edições de *Veja* que discursivizam sobre o Partido dos Trabalhadores ou os sujeitos ligados ao partido e que circularam entre 2003 e 2006,

primeiro e último ano do primeiro mandato do governo Lula, respectivamente. Nessa seção, mostramos o funcionamento discursivo do partido na posição-sujeito herói e na posição-sujeito vilão e verificamos como se deu esse processo de transição de uma posição a outra.

As materialidades sugerem que, nessa fase, ao ser convocado a ocupar a posição-sujeito herói, os efeitos-sentido produzidos em reação ao PT foram de vitória, aclamação popular e adequação ao cargo da presidência e de um partido cujo líder era firme, confiante, autêntico e decidido. Entretanto, posteriormente, a sigla começa a ser desconstruída, e Lula e o PT são discursivizados como incapazes de separar interesses políticos e pessoais do interesse público, responsáveis por infiltrar militantes na máquina pública, capazes de tudo para chegar ao poder e para manter-se nele. São, portanto, novamente convocados a ocupar a posição sujeito-vilão, constituída, nesse período, pelos efeitos-sentido de inadequação ao cargo da presidência, incompetência para gerir a coisa pública, autoritarismo, desrespeito às leis e corrupção.

No Capítulo 4, foram analisadas capas de edições de *Veja* que discursivizam sobre o Partido dos Trabalhadores ou os sujeitos ligados ao partido e que circularam entre 2007 e 2018, primeiro ano do segundo mandato de Lula e primeira eleição presidencial após o *impeachment* de Dilma Rousseff. Nessa eleição o Partido dos Trabalhadores foi derrotado, interrompendo, assim, um ciclo de quatro vitórias sucessivas. Esse capítulo foi dedicado a mostrar o funcionamento discursivo do partido na posição-sujeito em declínio.

No período analisado, observamos a regularização do PT na posição-sujeito vilão, entretanto identificamos um elemento que distingue esse período dos demais: o efeito-sentido de fim do Partido dos Trabalhadores, motivo pelo qual concluímos que a posição-sujeito que a sigla foi convocada a ocupar nesse recorte temporal é a posição-sujeito vilão em declínio.

A análise das capas leva-nos a concluir que, na discursivização de *Veja*, é construída uma memória do PT como um partido autoritário, que provoca medo e representa uma ameaça à democracia do Brasil, uma vez que busca manter-se no poder a qualquer custo, ataca a liberdade de expressão, desrespeita as leis e despreza a justiça, ações que vão de encontro ao que prevê uma democracia e condizem com a atuação de governos autoritários e ditatoriais. Trata-se, portanto, de um partido em conflito com a lei, destruído pela corrupção, que demonstrou não saber gerir adequadamente a coisa pública e inapto a ocupar a cadeira presidencial novamente. Nesse sentido, no período analisado, o PT é convocado a ocupar a posição-sujeito vilão em declínio, que se constitui a partir dos efeitos-sentido de autoritarismo, radicalismo, desrespeito às leis, desprezo pela justiça, corrupção, ameaça e perigo.

Embora os efeitos-sentido de corrupção e desrespeito às leis já tivessem sido apresentados anteriormente, nas capas publicadas nessa fase eles são acentuados, tanto no que

se refere ao número de publicações, quanto na intensidade e na repetibilidade com que aparecem.

Observamos também, nas capas das edições analisadas, um jogo de aproximação e afastamento entre os sujeitos Lula e o PT, entre Dilma e o PT, e entre Lula e Dilma, como as pesquisas desenvolvidas por Barbosa (2014) e Conceição (2018) já haviam constatado. Vimos também que os sujeitos político PT e Lula em alguns momentos chegam a se confundir, motivo pelo qual o petista aparece com mais frequência nas materialidades que constituem o *corpus* da pesquisa. Ainda sim, esse efeito de aproximação e afastamento funciona entre eles, tendo em vista que, em dados momentos, esses sujeitos se equivalem e, em outros, o partido passa por um processo de apagamento. Para que Lula seja convocado a ocupar a posição-sujeito herói, como mostramos nos Capítulos 2 e 3, o partido é apagado na discursivização de *Veja*.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. *In*: ACHARD, P. et al. (org.). **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999. Edição original: 1983.
- AMORIM, M. A. **Posição-sujeito utópico e efeitos-sentido**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2015. 93f. Dissertação (mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2015. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2015.v3i1.67>. Acesso: 25 mai. 2019.
- AMORIM, M. A.; FONSECA-SILVA, M. C. Posição-sujeito utópico imbricada com efeitos-sentido de utopia (Subject position utopian imbricated with effects sense of utopia). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 159-180, 2015. ISSN: 1982-0534. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v13i2.1306>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1306>. Acesso em: 23 jun. 2019.
- BARBOSA, L. C. **Mídia e discursividade: Dilma, Lula, radicais do PT e corrupção**. orientador: Adilson Ventura da Silva; coorientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2014. 83f. Dissertação (mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2014.v2i1.43>. Acesso em: 21 jun. 2018.
- BARBOSA, L. C.; FONSECA-SILVA, M. C.; VENTURA, A. Dilma e “radicais do PT”: uma análise discursiva (Dilma and “radicals of the PT”: a discursive analysis). **Estudos da Língua(gem)**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 99-117, dez. 2017. ISSN 1982-0534. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v15i2.3546>. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/3546>. Acesso em: 16 jun. 2019.
- BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. 16. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002. Edição original: 1976.
- BRITO, E. J; ABADE, J. J.; AMORIM, M. A.; COSTA, T. D. L.; FONSECA-SILVA, M. C.; FRANÇA, T. A. Discursos sobre a mulher na posição de sujeito corrupto: análise de casos. *In*: Reunião Anual Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 63, 2011, Goiânia. **Anais da 63ª Reunião Anual Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**. São Paulo: SBPC, 2011. v. 63. p. 1-2. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/63ra/resumos/resumos/6504.htm>. Acesso em: 22 jul. 2019.
- BRITO, E. J. **Memória discursiva e efeitos-sentido de divisão do Brasil em processos de eleições presidenciais**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2016. 84f. Dissertação (mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2016. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2016.v4i1.76>. Acesso em: 21 jun. 2018.
- CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. 1. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2007. Edição original: 1949.
- CONCEIÇÃO, N. M. S. S. **Memória e efeitos-sentido sobre Dilma Rousseff em Veja: construção e desconstrução**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2018. 116f. Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018. Disponível em:

<http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2019/05/Dissertacao-Naiara-Morena-Sebadelhe-Santos-da-Conceicao.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019.

CARDOSO, A. C. R. S. **O herói desbussolado e a vida sem honra: uma análise da figura mítica do herói hipermoderno à luz da teoria psicanalítica**. 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Psicologia_CardosoAC_1.pdf. Acesso em: 16 jun. 2019.

COSTA, T. D. L.; FONSECA-SILVA, M. C. A posição-sujeito réu no *impeachment* de Dilma Rousseff. In: ATAÍDE, C.; SOUSA, V. V. (org.). **Língua, texto e ensino: descrições e aplicações**. 1. ed. Recife: Pipa Comunicação, 2018, v. 1, p. 50-58. Disponível em: <http://www.gelne.com.br/arquivos/Lingua-texto-e-ensino-v2.pdf>. Acesso em: 10 nov, 2019.

COSTA, T. D. L. **A posição-sujeito réu no acontecimento discursivo do Impeachment de Dilma Rousseff**. Orientadora Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2018. 91f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2018. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2018.v6i1.160>. Acesso em: 19 jun 2019.

COURTINE, J-J. As metamorfoses do *Homo Politicus*. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.) **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2011. p.117-128. Edição original: 1994.

CRETELLA JÚNIOR, J. **Do impeachment no Direito brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.

ERNST-PEREIRA, A. O Casaco de Arlequim: uma Reflexão sobre a Semântica Proposta por Michel Pêcheux (Le Manteau de Arlequin une Réflexion sur la Sémantique Proposée par Michel Pêcheux). **Estudos da Língua(gem)**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 23-30, jun. 2005. ISSN 1982-0534. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/975>. Acesso em: 15 jun. 2019. doi: <https://doi.org/10.22481/el.v1i1.975>.

FONSECA-SILVA, M. C. Materialidades Discursivas: A fronteira ausente (Matérialités Discursives: La frontiere absente). **Estudos da Língua(gem)**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 91-97, jun. 2005. ISSN 1982-0534. doi: <https://doi.org/10.22481/el.v1i1.982>. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/982>. Acesso em: 15 mar. 2019.

FONSECA-SILVA, M. C. Mídia e lugares de memória discursiva. In: FONSECA-SILVA, M. C.; POSSENTI, S. (org.). **Mídia e rede de memória**. 1. ed. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007a. p. 11-35.

FONSECA-SILVA, M. C. **Poder-Saber-Ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade**. 1. ed. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007b.

FONSECA-SILVA, M. C. O sentido como efeito de e bases simbólicas de significação. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos e confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007c. p. 207-212.

FONSECA-SILVA, M. C. Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 38, p. 193-203, 2009. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N3_15.pdf. Acesso em: 10 jul. 2018.

FONSECA-SILVA, M. C. Memória, mulher e política: do governo das capitanias à presidência da república, rompendo barreiras. *In*: TASSO, I.; NAVARRO, P. (org.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. 1. ed. Maringá: Eduem, 2012. p. 183-208. ISBN 978-85-7628-583-0. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 2 mai. 2019.

FONSECA-SILVA, M. C.; PRADO, C. O. Memória, intimidade e vida privada de mulheres que atuam nas esferas do poder político. *In*: FONSECA-SILVA, M. C.; FARIAS, E. S. (org.). **Memória, discurso e sociedade**. 1. Ed. São Carlos: Claraluz, 2012. p. 55-84. Disponível em: https://www.academia.edu/59090641/Mem%C3%B3ria_Discurso_e_Sociedade. Acesso em: 5 jun. 2019.

FONSECA-SILVA, M. C. Língua, memória discursiva e efeitos de sentido. *In*: DIAS, C.; PETRI, V. (org.). **Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. 1. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p. 35-48.

FONSECA-SILVA, M. C.; GONÇALVES, L. C. A.; FERREIRA, R. C. Discursive memory, corruption and force illusion effect in the duo politics and religion of former federal deputy Eduardo Cunha. **International Journal of Development Research**, [S.l.], v. 9, 3, p. 26308-26310, 2019. Available at: <https://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/15379.pdf>. Date accessed: 10 jun. 2019.

FONSECA-SILVA, M. C.; GONÇALVES, L. C. A.; PINTO, D. R. F. Memory and clandestine recordings as a mean of production of evidence in cases of corruption in Brazil. **International Journal of Development Research**, [S.l.], v.9, n.5, p. 27637-27640, 2019. Available at: <https://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/15900.pdf>. Date accessed: 10 jun. 2019.

FONSECA-SILVA, M. C.; GONÇALVES, L. C. A.; GOMES, E. F. A. S. Discursive memory and sense-effects in the case of corruption the operation of one-fifth of the gold. **International Journal of Development Research**, [S.l.], v. 9, 2, p. 25819-25822, 2019. Available at: <https://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/15379.pdf>. Date accessed: 10 jun. 2019.

FOUCAULT, M. **A Verdade e As Formas Jurídicas**. 3. ed. e 4 reimp. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996. Edição original: 1974.

GOMES, L. F. **Crime organizado: enfoque criminológico, jurídico e político criminal**. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

GONÇALVES, L. C. A.; FONSECA-SILVA, M. C. Hermenêutica e lugares de memória discursiva: a aplicação da Lei da Ficha Limpa às eleições 2010. *In*: MARTINS, M. A. et al. (org.). **Estudos Linguísticos: textos selecionados/ABRALIN-2013**. 1. ed. João Pessoa: Ideia, 2016. p. 1216-1227.

GONÇALVES, L. C. A. **Memória e interpretação no STF: o controle de constitucionalidade da Lei da “Ficha Limpa” em práticas de subjetivação e hermenêutica**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2016. 228 f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA, 2016. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Tese-Lu%C3%ADs-Cl%C3%A1udio-Aguiar-Gon%C3%A7alves.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

GONÇALVES, L. C. A. **Memória e Interpretação: Constitucionalidade e Eficácia da Lei na “Ficha Limpa” no STF**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do

Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA, 2012a. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Goncalves-L-C-A.pdf>. Acesso em: 18 de jul. de 2018.

GONÇALVES, L. C. A.; FONSECA-SILVA, M. C. Hermenêutica e efeitos-sentido: a Lei da Ficha Limpa em face da Presunção de Inocência. **RECHTD - Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, [S.l.], v. 8, p. 354-365, 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2016.83.08/5719>. Acesso em: 14 jun. 2019.

GONÇALVES, L. C. A.; FONSECA-SILVA, M. DA C. Memória e interpretação: a Lei da “Ficha Limpa” em face dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. **Signótica**, [S.l.], v. 29, n. 2, p. 528-552, 30 ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/42055>. Acesso em: 15 de agosto de 2018. <https://doi.org/10.5216/sig.v29i2.42055>.

GONÇALVES, L. C. A.; FONSECA-SILVA, M. C. Política e memória: o juiz Sérgio Mouro como herói nacional. In: FEITOSA, Anny et al. (org.). **Perspectivas de direito contemporâneo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGB/Pembroke Collins, 2019. p. 614-630.

GONÇALVES, L. C. A.; FONSECA-SILVA, M. C. Memória discursiva e a lei da “ficha limpa” no STF (Discursive memory and the Law of “Clean Sheet” in STF). **Estudos da Língua(gem)**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 87-107, jun. 2012. ISSN 1982-0534. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v10i1.1174>. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1174>. Acesso em: 16 mar. 2019.

GRIGOLETTO, E. A Noção de Sujeito em Pêcheux: uma Reflexão acerca do Movimento de Desidentificação (La Notion du Sujet en Pêcheux: une Reflexión sur Le Mouvement de Desidentification). **Estudos da Língua(gem)**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 61-67, jun. 2005. ISSN 1982-0534. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/978>. Acesso em: 02 out. 2019.

GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos e confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 123-134.

INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon: Revista do Instituto de Letras da UFRGS, Discurso, língua e memória**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/173271/000411846.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 ago. 2019.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

LUZ, M. B.; FONSECA-SILVA, M. C. A admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff como acontecimento discursivo. In: ATAÍDE, C.; SOUSA, V. V. (org.). **Língua, texto e ensino: descrições e aplicações**. 1. ed. Recife: Pipa Comunicação, 2018, p. 243-248.

LUZ, M. B. **Efeitos-sentido na circulação-confronto de formulações da Sessão de Admissibilidade do Processo de Impeachment de Dilma Rousseff**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual do

Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2018.v6i1.152>. Acesso em: 10 set. 2018.

MACHADO, M. N. **Memória, relações de poder e corrupção política no Brasil: o escândalo do mensalão como acontecimento discursivo**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2013. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Dissert-Marcelo-Nogueira-Machado.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2018.

OLIVEIRA, J. C. M. M. **Memória, corrupção, espetacularização e efeitos de memória**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2013. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Dissert-José-Carlos-Melo-Miranda-de-Oliveira.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). **Estudos da Língua(gem)**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 9-13, jun. 2005. ISSN 1982-0534. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973>. Acesso em: 15 mar. 2019. doi: <https://doi.org/10.22481/el.v1i1.973>.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, F e HAK, T (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990. p. 163-252. Edição original: 1975.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In.: GADET, F.; HAK, T.(org). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethânia Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 61-161. Edição original: 1969.

PÊCHEUX, M. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.) **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 63-76. Edição original: 1971.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990. Edição original: 1983a.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARAD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas-SP: Pontes, 2015. Edição original: 1983b.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Tradução Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. Edição Original: 1975.

PINTO, D. R. F. **Interceptações telefônicas e gravações clandestinas como meios de produção probatória em casos de corrupção: recorte de memória**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2017. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2018/03/Dissertação-Danielsa-Rara-Ferraz-Pinto.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

POSSENTI, S. Análise do discurso e acontecimento: breve análise de um caso. In: NAVARRO, P. (org). **Estudos do Texto e do Discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Clara Luz: 2006. p.93-108.

PRATES, C. R. O. **Corrupção por meio de práticas delitivas ou de infringência à norma legal de parlamentares no Brasil**: memória e efeitos de verdade. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2018. 151 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2019/03/Tese-de-Ciro-Renan-Oliveira-Prates.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

PRATES, C. R. O.; FONSECA-SILVA, M. C. A corrupção em números nos partidos brasileiros: memória e efeitos de verdade. In: ATAÍDE, C.; SOUSA, V. V. (org.). **Língua, texto e ensino**: descrições e aplicações. 1ed.Recife: Pipa Comunicação, 2018, p. 40-49.

PRATES, C.; FONSECA-SILVA, M. C.; GONÇALVES, L. C. A. Memory and truth effects: Brazil's corruption in numbers in the brazilian parliament. **International Journal of Development Research**, [S.l], v. 9, 3, p. 26725-26727, 2019. Available at: <https://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/15508.pdf>. Date accessed: 10 jun. 2019.

RUFO, A. D. **Melkor, o inimigo do mundo**: a constituição do vilão em o Silmarillion de J. R. R. Tolkien. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7817/DissADR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 set. 2018.

SANTOS, G. L.; FONSECA-SILVA, M. C. Efeito de memória e de espírito de vingança no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. In: ATAÍDE, C.; SOUSA, V. V. (org.). **Língua, texto e ensino**: descrições e aplicações. 1. ed. Recife: Pipa Comunicação, 2018, p. 1-10.

SANTOS, G. L.; FONSECA-SILVA, M. C. Memory and corruption in the Collor de Mello case: the judgement of conviction as an expression of justice or vengeance. **International Journal of Development Research**, [S.l], v. 9, n. 5, p. 27629-27631, 2019. Available at: <https://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/15293.pdf>. Date accessed: 10 jun. 2019.

SANTOS, G. L.; FONSECA-SILVA, M. C. Noção de responsabilidade no depoimento pessoal de Dilma Rousseff na sessão de *impeachment* do Senado Federal: aspectos jurídicos e discursivos. In: FEITOSA, Anny et al. (org.). **Perspectivas de direito contemporâneo**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGB / Pembroke, 2019. p. 815-827.

SANTOS, G. L. **Corrupção, memória e o ato de julgar**: o senso de justiça e o espírito de vingança no caso Collor de Mello. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2016. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Dissert.Glauber-Lacerda.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2018.

SCHERER, A. E.; TASCHETTO, T. R. O Papel da Memória ou a Memória do Papel de Pêcheux para os Estudos Lingüístico-Discursivos (Le Rôle de la Mémoire ou la Mémoire du Rôle de Pêcheux pour les Études Linguistique-Discursives). **Estudos da Língua(gem)**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 119-123, jun. 2005. ISSN 1982-0534. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/985>. Acesso em: 18 mar. 2019. doi: <https://doi.org/10.22481/el.v1i1.985>.

- SECCO, L. **História do PT**. 5ª edição. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2018. Edição original: 2011.
- SOUZA, P. B. **O Impeachment**: aspectos da responsabilidade política do Presidente da República. Porto Alegre, RS: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo S.A, 1965.
- VEJA. São Paulo: Editora Abril, 1968-. Semanal. Disponível em: <https://complemento.veja.abril.com.br/acervodigital/index-novo-acervo.html>. Acesso em: 01 dez. 2018.
- VIEIRA, R. P.; FONSECA-SILVA, M. C. Hugo Chávez - heroism and tyranny in discourses on legitimation in political power in Latin America. **International Journal of Development Research**, [S.l.], v. 8, 12, p. 24902-24905, 2018. Available at: <https://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/14788.pdf>. Date accessed: 12 jun. 2019.
- VIEIRA, R. P.; FONSECA-SILVA, M. C. Efeitos sentido, descrição/interpretação e *Veja* como lugar de memória discursiva (Effets de sens, description/interpretation et de *Veja* comme lieu de mémoire discursive). **Estudos da Língua(gem)**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 195-209, dez. 2013. ISSN 1982-0534. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v11i2.5493>. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/5493>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- VIGGIATO, K. D. **Memória, corrupção e o acontecimento discursivo PC Farias espetacularizado na mídia**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2012. 82 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2012. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2021/04/Dissertação-de-Katharinne-Dantas-Viggiato.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.